

Aula 00

*PME-RJ (Soldado) Noções de Direitos
Humanos*

Autor:
Ricardo Torques

07 de Janeiro de 2025

Sumário

Direitos Humanos para a PM-RJ	4
Considerações Iniciais	7
Declaração Universal de Direitos Humanos	7
1 - Introdução	7
2 - Direitos albergados.....	8
3 - Natureza jurídica	8
4 - Estrutura.....	9
5 - Disposições da DUDH.....	9
5.1 - Preâmbulo	9
5.2 - Princípio da Igualdade.....	10
5.3 - Direitos à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade.	12
5.4 - Vedação à escravidão e à tortura, tratamento cruel, desumano ou degradante	12
5.5 - Direitos e garantias processuais.....	13
5.6 - Direito à vida privada	15
5.7 - Direito de ir e vir.....	15
5.8 - Direito de asilo.....	15
5.9 - Direito de nacionalidade	16
5.10 - Direito de constituir família	17
5.11 - Direito à liberdade de expressão	17
5.12 - Direito de reunião	19
5.13 - Direitos políticos e proteção do Estado.....	19
5.14 - Direitos trabalhistas	20



5.15 - Direitos Sociais	20
Os pactos de 1966.....	21
1 - Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos	22
1.1 - Introdução	22
1.2 - Estrutura.....	23
1.3 - Direitos Albergados	23
1.4 - Preâmbulo	24
1.5 - Autodeterminação dos povos	24
1.6 - Efetividade dos Direitos	25
1.7 - Não discriminação entre homens e mulheres	25
1.8 - Derrogação temporária das obrigações do Pacto	25
1.9 - Vedação à interpretação restritiva de Direitos	26
1.10 - Vedação à pena de Morte	26
1.11 - Direitos de Liberdade	27
1.12 - Direitos de natureza penal	27
1.13 - Direito de ir e vir.....	29
1.14 - Garantias processuais.....	29
1.15 - Direitos de Personalidade e inviolabilidades	30
1.16 - Direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião	30
1.17 - Liberdade de Opinião	30
1.18 - Direito de Reunião	31
1.19 - Direitos de Família	32
1.20 - Direitos Políticos	32
1.21 - Isonomia	32



1.22 - Respeito às minorias.....	32
1.23 - Comitê.....	33
1.24 - Mecanismos de fiscalização.....	34
1.25 - Comissão.....	34
1.26 - Regras interpretativas.....	34
1.27 - Regras finais.....	34
1.28 - Protocolos Facultativos.....	35
1.29 - Mecanismos de Fiscalização.....	36
Destaques dos Tratados e Convenções Internacionais.....	37
Resumo.....	42
Considerações Finais.....	52
Questões com Comentários.....	53
Lista de Questões.....	130
Gabarito.....	158



DIREITOS HUMANOS PARA A PM-RJ

Iniciamos nosso Curso de Direitos Humanos em **teoria e questões**, voltado para o cargo de **Soldado** para o concurso da **Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro** (PM-RJ).

A banca organizadora contratada para o certame é a **FGV**. Desta forma, a lista de questões adotadas no material foi atualizada conforme a banca escolhida.

Vamos falar um pouco sobre a nossa disciplina?

Trata-se de reformulação de um curso que temos trabalhado desde 2013, quando redigimos este material pela primeira vez. Desde então, acompanhamos provas de Direitos Humanos, percebendo a tendência de bancas, assuntos mais cobrados, novos conceitos doutrinários relevantes e a jurisprudência, nacional e internacional pertinente.

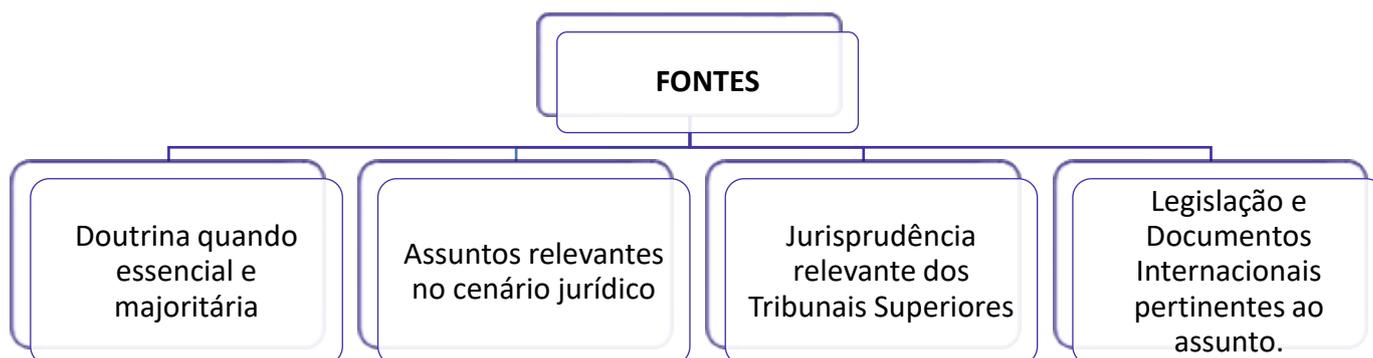
Assim, caso tenha estudado nossos cursos, notará que apresentamos vários pontos adicionais. Reduzimos alguns conteúdos e acrescentamos outros, segundo a evolução da cobrança da matéria em provas de concurso público.

Confira, a seguir, com mais detalhes, nossa metodologia.

Metodologia do Curso

Algumas constatações sobre a metodologia são importantes!

Podemos afirmar que as aulas levarão em consideração as seguintes “fontes”.



Para tornar o nosso estudo mais completo, é muito importante resolver questões anteriores para nos situarmos diante das possibilidades de cobrança. Traremos questões de todos os níveis.

Essas observações são importantes pois permitirão que possamos organizar o curso de modo focado, voltado para acertar questões objetivas e discursivas.

Esta é a nossa proposta!



Vistos alguns aspectos gerais da matéria, façamos algumas considerações acerca da **metodologia de estudo**.

As aulas em *.pdf* tem por característica essencial a **didática**. Ao contrário do que encontraremos na doutrina especializada de Direitos Humanos (Flávia Piovesan e Augusto Cançado Trindade, para citarmos dois dos expoentes neste ramo), o curso todo se desenvolverá com uma leitura de fácil compreensão e assimilação.

Isso, contudo, não significa superficialidade. Pelo contrário, sempre que necessário e importante os assuntos serão aprofundados. A didática, entretanto, será fundamental para que diante do contingente de disciplinas, do trabalho, dos problemas e questões pessoais de cada aluno, possamos extrair o máximo de informações para a hora da prova.

Para tanto, o material será permeado de **esquemas, gráficos informativos, resumos, figuras**, tudo com a pretensão de “chamar atenção” para as informações que realmente importam.

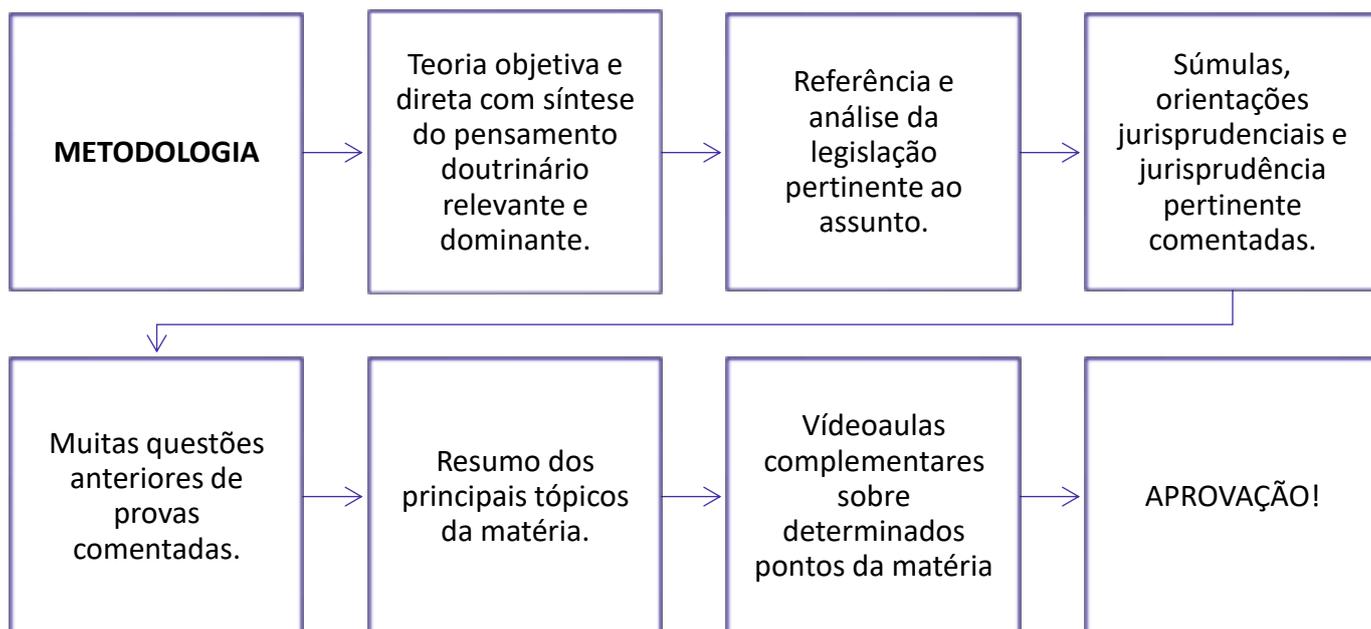
Com essa estrutura e proposta pretendemos conferir segurança e tranquilidade para uma **preparação completa, sem necessidade de recurso a outros materiais didáticos**.

Finalmente, destaco que um dos instrumentos mais relevantes para o estudo em *.PDF* é o **contato direto e pessoal com o Professor**. Além do nosso **fórum de dúvidas**, estamos disponíveis por **e-mail** e, eventualmente, pelo **Facebook**. Aluno nosso não vai para a prova com dúvida! Por vezes, ao ler o material surgem incompreensões, dúvidas, curiosidades, nesses casos basta acessar o computador e nos escrever. Assim que possível respondemos a todas as dúvidas. É notável a evolução dos alunos que levam a sério a metodologia.

Além disso, teremos videoaulas! Essas aulas destinam-se a complementar a preparação. Quando estiver cansado do estudo ativo (leitura e resolução de questões) ou até mesmo para a revisão, abordaremos alguns pontos da matéria por intermédio dos vídeos. Com outra didática, você disporá de um conteúdo complementar para a sua preparação. Ao contrário do PDF, evidentemente, **AS VIDEOAULAS NÃO ATENDEM A TODOS OS PONTOS QUE VAMOS ANALISAR NOS PDFS, NOSSOS MANUAIS ELETRÔNICOS**. Por vezes, haverá aulas com vários vídeos; outras que terão videoaulas apenas em parte do conteúdo; e outras, ainda, que não conterão vídeos. Nosso foco é, sempre, o estudo ativo!

Assim, cada aula será estruturada do seguinte modo:





Apresentação Pessoal

Por fim, resta uma breve apresentação pessoal. Meu nome é Ricardo Strapasson Torques! Sou graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-graduado em Direito Processual.

Estou envolvido com concurso público há 10 anos, aproximadamente, quando ainda na faculdade. Trabalhei no Ministério da Fazenda, no cargo de ATA. Fui aprovado para o cargo Fiscal de Tributos na Prefeitura de São José dos Pinhais/PR e para os cargos de Técnico Administrativo e Analista Judiciário nos TRT 4ª, 1ª e 9ª Regiões.

Quanto à atividade de professor, leciono exclusivamente para concursos, com foco na elaboração de materiais em *pdf*. Temos, atualmente, cursos em Direitos Humanos, Direito Eleitoral e Direito Processual Civil.

Deixarei abaixo meus contatos para quaisquer dúvidas ou sugestões. Terei o prazer em orientá-los da melhor forma possível nesta caminhada que estamos iniciando.

E-mail: rst.estrategia@gmail.com

Instagram: @proftorques



DUDH E PACTOS DE 1966

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Conforme o cronograma de aulas, hoje veremos:

Declaração universal de direitos humanos.

Pacto internacional de direitos civis e políticos.

Bons estudos!

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS

1 - Introdução

A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH ou UDHR pela sigla em inglês), adotada pela Assembleia-Geral da ONU em 1948, é o **principal instrumento do Sistema Global** e a principal contribuição para a **universalização da proteção ao ser humano**. A partir do seu texto, extrai-se que a proteção à dignidade da pessoa decorre da simples condição humana.

Seu texto consagra diversos direitos. Durante sua elaboração houve **consenso da comunidade internacional quanto à necessidade de prever direitos de primeira dimensão**, os seja, os direitos de liberdade, abrangendo os direitos civis e políticos. Contudo, **no que diz respeito aos direitos sociais, econômicos e culturais** – direitos de segunda dimensão dos Direitos Humanos – **houve grande divergência política à época**.

Embora tenha havido resistência à previsão expressa de direitos de segunda dimensão acabou prevalecendo a ideia de que os direitos de liberdade (de primeira dimensão) e os direitos de igualdade (de segunda dimensão) possuem igual valor e devem ser assegurados com a maior efetividade possível, constando da DUDH direitos como segurança social, trabalho, livre escolha da profissão e educação entre outros.

Ainda no campo das dimensões dos Direitos Humanos discute-se acerca da previsão ou não de **direitos de terceira dimensão**.

A DUDH não desenvolve os direitos de terceira dimensão, não trata deles de forma especificada, o que somente ocorrerá na década de 1950. Há, tão somente, um dispositivo da DUDH que se ocupa em “alertar” para a existência de tais direitos.



2 - Direitos albergados

Nossa Constituição Federal, alinhada ao sistema global de direitos humanos, reproduziu todos esses direitos em seu texto. Muitas vezes você terá a sensação de que está lendo norma da CF.

Não vamos analisar todos esses direitos neste instante. Antes, vamos tratar a respeito da natureza jurídica e da estrutura da DUDH.

3 - Natureza jurídica

Os tratados internacionais são **reconhecidos juridicamente como obrigatórios, pois se consubstanciam num conjunto de normas cogentes e vinculantes daqueles que o assinam.**

As resoluções, por sua vez, **constituem meras recomendações, documentos de caráter diretivo, sem força jurídica vinculante.**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, conforme ensina Flávia Piovesan¹, foi adotada sob a forma de resolução, o que levou muitos estudiosos a afirmarem que o documento constituía mera carta de recomendações. Contudo, outra corrente de pensamento, majoritária no Brasil e, hoje, de maior expressão na comunidade internacional, compreende que **A DECLARAÇÃO POSSUI CARÁTER JURÍDICO.**

A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS É VINCULANTE, EMBORA TENHA SIDO EDITADA COMO RESOLUÇÃO, POIS:

↓
É interpretação autorizada da expressão "direitos humanos" da Carta das Nações Unidas.

↓
Transformou-se ao longo dos anos em norma internacional costumeira ou princípio geral do direito internacional.

↓
Exerce impacto nas constituições dos Estados.

↓
Serve como fonte para as fundamentações de decisões das cortes internacionais.

¹ PIOVESAN, F. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.



4 - Estrutura

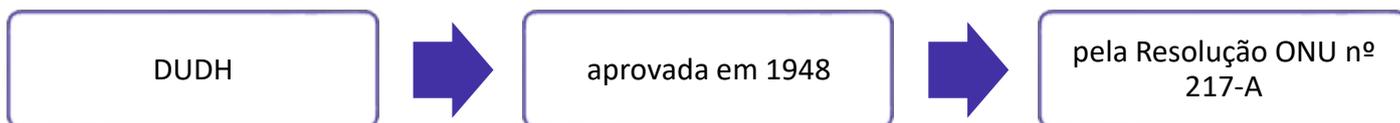
O início do **preâmbulo da DUDH** proclama os **fundamentos** que levaram à edição da resolução. Em termos sintéticos, podemos afirmar que o fundamento básico da DUDH é a defesa dignidade,

Também é fundamento da DUDH busca pela manutenção de relações amistosas entre os Estados, sempre priorizando os direitos do homem.

Na sequência vamos trazer, de forma destacada, as principais regras da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

5 - Disposições da DUDH

Para começar, lembre-se:



5.1 - Preâmbulo

O preâmbulo da DUDH afirma a universalidade dos direitos humanos. A condição de pessoa humana é o único requisito para a titularização destes direitos rompendo com a visão nazista que condicionava direitos a determinada raça.

Nota-se que as Guerras Mundiais impactaram no surgimento da ONU e no desenvolvimento de normas voltadas para a defesa dos direitos humanos. A DUDH, nesse contexto, marca a **internacionalização dos Direitos Humanos**.

Destaca-se entre as pretensões dos países que integram as Nações Unidas o relacionamento amigável para evitar a deflagração de novos conflitos armados.

Além disso, defende-se, de forma expressa, os direitos humanos.

No encerramento do preâmbulo, são discutidas as formas de implementação dos direitos humanos, que deverá ocorrer:

- ↳ por intermédio da educação em direitos humanos; e
- ↳ pela adoção de medidas nacionais e internacionais de proteção.

Ao contrário de tratados e convenções de direitos humanos, a DUDH não contém dentro do seu texto, normas de fiscalização de implementação. A DUDH apenas declara direitos. Após a DUDH surgem vários tratados e convenções que criaram mecanismos de implementação.



Esse assunto é cobrado em provas de concurso? Sim, vejamos:



(CONSULPLAN - 2021) A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é resultado da Segunda Guerra Mundial. As atrocidades e as violações perpetradas, durante o confronto, foram uma demonstração do quão vulnerável e descartável é a pessoa humana em regimes marcados pela discriminação, pela perseguição e pelo ódio (nazismo, fascismo, stalinismo), como se registrou com judeus, ciganos, dentre outros. Ao esteio do preâmbulo da Declaração Universal, é possível constatar as seguintes proposições norteadoras, EXCETO:

- A) O desrespeito aos direitos humanos como causa da barbárie.
- B) A dignidade humana inerente a todos os seres humanos, fundamentada na liberdade, na justiça e na paz.
- C) A relação direta entre a efetividade dos direitos humanos e a construção do progresso social e de melhores condições de vida.
- D) A garantia de cadeias limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para a separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes.

Comentários

A **alternativa D** está incorreta e é o gabarito da questão, uma vez que o preâmbulo traz informações genéricas e não específicas como a assertiva. Percebemos as demais alternativas ao longo do texto.

Agora, vamos enfrentar os dispositivos da DUDH.

5.2 - Princípio da Igualdade

Já nos primeiros dispositivos a DUDH consagra, lado a lado, o direito à igualdade e os direitos de liberdade. Isso evidencia, em grande medida, a orientação no sentido de que a DUDH se ocupa a disciplinar direitos de primeira e de segunda dimensão.

O art. I trata do aspecto **formal** da igualdade, a igualdade na forma da lei. Afirma a DUDH que todos são iguais em dignidade e direitos e, pela simples existência, possuem capacidade para gozar desses direitos e liberdade, conforme enuncia o art. II.

Esse viés da igualdade preocupa tão somente em assegurar a igualdade na lei, sem considerar que, na prática, as pessoas são diferentes pelas mais variadas razões, o que justificaria, em alguma medida, tratamento diferenciado.

A consideração do viés **material** na igualdade na DUDH ocorre nos arts. VI e VII.



Temos a igualdade perante a lei, que busca um tratamento efetivamente igual, independentemente de quem seja, quais suas condições sociais, culturais, econômicas.

A DUDH rejeita qualquer distinção em razão do sexo, da língua, da religião, da opinião política, em decorrência da origem nacional, das condições sociais ou econômicas. Vale dizer, são repelidas quaisquer formas de discriminação. **O fato de ser humano é suficiente para ser tratado como igual, não se justificando qualquer diferenciação.**

Vejamos uma questão sobre o tema com aplicação prática.



(CONSUPLAN - 2021) A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pontua preceitos que devem ser seguidos por todos, em busca de uma sociedade mais justa. Por vezes, a Administração Pública pratica atos que parecem afrontar estes preceitos, mas que, em verdade, se embasam na supremacia do interesse público, como no caso em que se excepciona o direito de propriedade de um cidadão por descumprimento da função social. Nesse sentido, analise a afirmativa a seguir:

“Em razão do direito à igualdade, a Administração Pública não pode conceder prazo diferenciado para que candidatas grávidas realizem o teste de aptidão física em concurso público de ingresso nas carreiras da Polícia Militar, já que haverá atraso no provimento dos cargos em detrimento do princípio maior da garantia da segurança pública.”

À luz da DUDH, é correto afirmar que:

- A) A conduta estatal está correta, pois a DUDH permite, em certas circunstâncias, a diferenciação entre homens e mulheres.
- B) A não oportunização de remarcação de prova física, no caso narrado, ofende o direito fundamental resguardado pela DUDH.
- C) A DUDH estabelece uma hierarquia de princípios, de modo que a segurança pública tem valor maior que o direito de ingresso em cargo público.
- D) A Administração pode remarcar a prova física de uma gestante; mas, nesse caso, para preservar a igualdade, deverá abrir a possibilidade para quaisquer candidatos.

Comentários

Vejamos inicialmente parte da decisão do STF tratando da matéria:

É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata aprovada nas provas escritas que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público” . (RE 1058333, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 21/11/2018

A **alternativa A** está incorreta. Não se trata apenas de fazer diferenciação entre o homem e a mulher. A mulher no caso concreto merece tratamento diferenciado por estar em uma condição diferenciada.



A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. Trata-se da aplicação da igualdade material defendida na DUDH.

A **alternativa C** está incorreta. Não há esta hierarquia prevista na DUDH.

A **alternativa D**, também, está incorreta. O que possibilita a remarcação é a situação especial da gravidez, portanto não é possível estender o benefício a todos.

5.3 - Direitos à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade.

O art. III, da DUDH, destaca dois direitos importantíssimos da primeira dimensão e um da segunda: direito à vida, direito à liberdade e direito à segurança.

O direito à propriedade é prescrito apenas no art. XVII, da DUDH.

Esses direitos combinados com os arts. I e II, implicam naquilo que tradicionalmente é denominado de princípios ou direitos humanos essenciais:

Essa é a mesma orientação do nosso Texto Constitucional prevista no *caput* do art. 5º.

5.4 - Vedação à escravidão e à tortura, tratamento cruel, desumano ou degradante

Nos arts. IV e V, a DUDH veda a escravidão e a tortura, tratamento cruel, desumano ou degradante. É importante registrar que, embora se afirme que inexistente direito fundamental (e, por decorrência, humanos) de caráter absoluto, para parte da doutrina a vedação à escravidão, tortura, tratamento cruel, desumano e degradante são absolutos, não havendo hipótese de flexibilização.

Dito de outra forma, não há situação que permita a colocação da pessoa em situação de escravidão ou a submissão à tortura, tratamento cruel, desumano ou degradante.

Do mesmo modo, a Constituição Federal, no art. 5º, III, dispõe que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

Vejamos uma questão sobre o tema.



(IBADE - 2021) “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” é máxima ensinada pelo seguinte documento sobre Direitos Humanos:

A) Carta do Rei João Sem Terra (1215).



- B) Declaração de direitos do homem e do cidadão (1789).
- C) Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).
- D) Declaração dos Direitos da Criança (1959).
- E) Princípios Orientadores de Riad (1990).

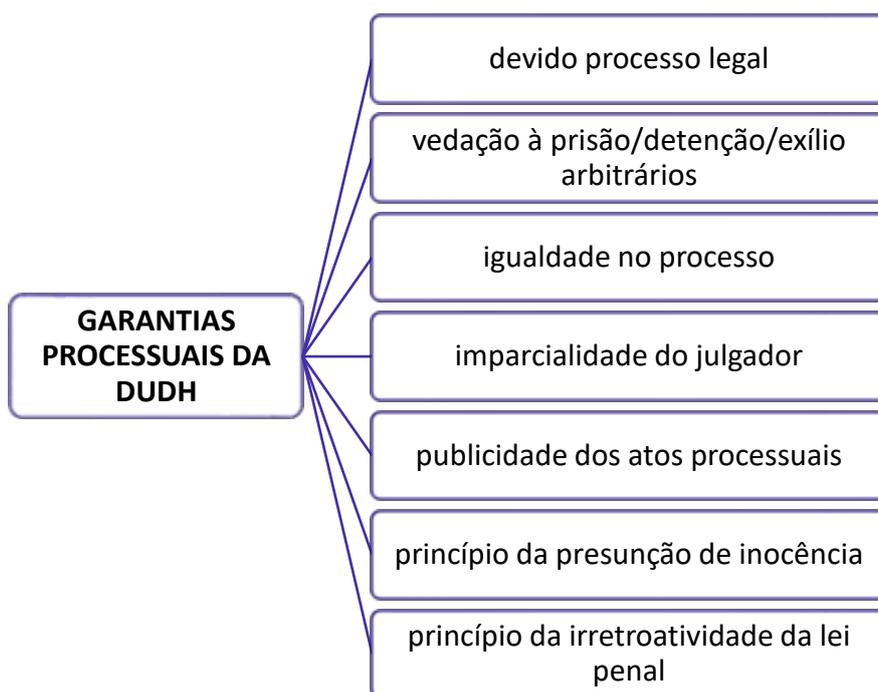
Comentários

A **alternativa C** está correta. Como vimos no artigo V da DUDH NINGUÉM será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

5.5 - Direitos e garantias processuais

Como uma forma de impor ao Estado a observância desse procedimento, foram criados mecanismos jurídicos denominados de direitos e garantias processuais. São direitos assegurados para que a pessoa, ao ser processada, não seja julgada em um processo arbitrário, por um juiz imparcial que trate as partes de forma desigual.

Nesse contexto, DUDH prevê:



Esses direitos e garantias de natureza processuais estão prescritos nos arts. VIII a XI da DUDH.

Sabe-se que o devido processo legal é o princípio mais importante do Direito Processual. Todos os demais direitos e garantias processuais decorrem do devido processo legal.

O art. IX traz uma garantia penal de que a prisão, detenção ou exílio somente ocorrerá por intermédio do devido processo penal, de modo que **ninguém será privado da liberdade de modo arbitrário**.



Na CF temos regra semelhante no art. 5º, LXI.

Vejamos uma questão sobre essa garantia:



(IBADE - 2021) Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Resolução n 217^a (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Todo ser humano acusado de um ato delituoso será presumidamente culpado até que a sua inocência tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa (Artigo 11)
- B) Todo ser humano poderá ser obrigado a fazer parte de uma associação (Artigo 20)
- C) Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado (Artigo 9)
- D) Somente os cidadãos capazes têm o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei (Artigo 6)
- E) Todo ser humano estará sujeito à interferências do Poder Público em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência (Artigo 12)

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. É exatamente o contrário. Sabemos que na verdade prevalece o Princípio da Inocência. Assim o texto da DUDH afirma que "*todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa*".

A **alternativa B** está incorreta. Veremos mais adiante que ninguém poderá ser obrigado a fazer parte de uma associação.

E a **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Trata-se do texto do artigo IX da DUDH "*Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado*".

A **alternativa D** está incorreta. Todo ser humano tem o direito de ser reconhecido como pessoa perante a lei, não se deve perquirir capacidade como afirmado.

A **alternativa E** está incorreta. O artigo XII do DUDH prevê exatamente o contrário. Veja: "*ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques*".

O art. X refere-se ao princípio da igualdade no processo, da atuação imparcial do julgador e da publicidade dos atos processuais.



Finalmente o art. XI destaca dois princípios relevantes: princípio da presunção de inocência e princípio da irretroatividade da lei penal.

O **princípio da presunção de inocência** impõe que a pessoa somente seja considerada culpada após decisão definitiva proferida pelo julgador, já com a análise de todas as possibilidades recursais.

Em nosso ordenamento jurídico interno, em 2019 o STF² observando este princípio também previsto na nossa constituição, firmou o entendimento que não é possível o início do cumprimento da pena antes do trânsito em julgado de decisão judicial.

Cuidado para não confundir esta regra com a prisão cautelar. A prisão cautelar é a prisão preventiva ou temporária. Aqui nós estamos tratando de execução provisória da pena, ou seja, já existe uma sentença condenatória mas ainda não há trânsito em julgado.

O princípio da irretroatividade da lei penal, segundo nosso ordenamento constitucional, é mais protetivo. Melhor explicando: na DUDH somente há previsão do princípio da irretroatividade; na CF fala-se em princípio da irretroatividade maléfica. Vale dizer, a lei retroagirá se benéfica ao réu.

5.6 - Direito à vida privada

Significa o direito de viver a própria vida, com independência, relacionando-se com quem quiser. Não cabe, portanto, a ninguém disciplinar o modo de viver da pessoa.

5.7 - Direito de ir e vir

No art. XIII explicita-se a máxima do direito de liberdade, que é o direito de ir e vir. As pessoas têm direito de transitar livremente pelo país, bem como o direito de deixá-lo e, quando bem entender, retornar.

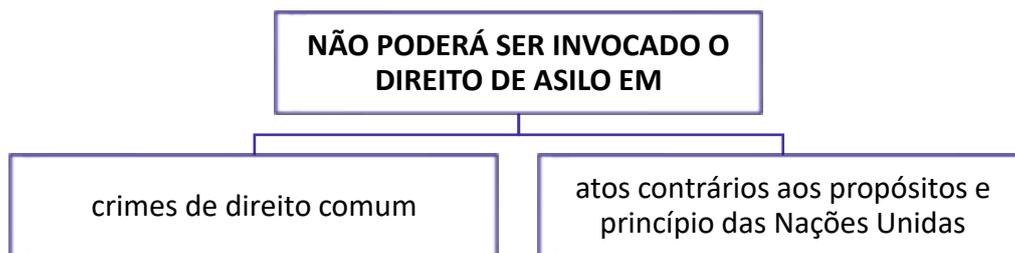
5.8 - Direito de asilo

O art. XIV trata do direito de asilo, vertente do direito dos refugiados. Em termos simples, o direito de asilo remete à prerrogativa conferida à pessoa que é alvo de perseguição política, racial ou por convicções religiosas em seu país de origem, de ser protegida por outros países.

É importante sabermos as duas hipóteses em que tal direito não poderá ser invocado.

² STF. Plenário. ADC 43/DF, ADC 44/DF e ADC 54/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgados em 7/11/2019 (Info 958).





Não custa lembrar que a concessão de asilo é considerada um dos princípios que regem o Brasil nas relações internacionais.

Vejamos uma questão pertinente ao assunto.

5.9 - Direito de nacionalidade

A DUDH, no art. XV, assegura a todas as pessoas uma nacionalidade. Desse modo, repudia-se toda e qualquer medida que implique na condição de apátrida do sujeito.

Para tanto, veda a cassação da nacionalidade de forma arbitrária. Além disso, a Declaração assegura o direito de mudar de nacionalidade, se assim quiser o cidadão. Os direitos de nacionalidade são descritos de forma analítica nos arts. 12 e 13, da CF.

Vejamos a seguir uma questão do assunto.



(AOC - 2020) Consoante a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- B) Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.
- C) A vontade do povo será a base da autoridade do governo. Essa vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.
- D) Todo ser humano vítima de perseguição, ainda que esta seja legitimamente motivada por crimes de direito comum, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
- E) A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Comentários



A **alternativa A** está correta. Lembre-se de que neste caso não há previsão de exceções.

A **alternativa B** está correta. A assertiva está de acordo com o artigo XV da DUDH veja novamente o texto legal:

2. **NINGUÉM** será **arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.**

A **alternativa C** está correta. Veremos que o artigo XXI prevê que a base da autoridade de governo será a vontade do povo que deverá se expressar por meio de eleições periódicas e legítimas.

A **alternativa D** está incorreta e é o gabarito da questão. Mais uma vez o examinador explora as exceções para a concessão de asilo. Não será possível o asilo em casos de perseguição motivada por crime comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas o que tornou a assertiva incorreta.

A **alternativa E** está correta. Trata-se da previsão do artigo XXV da DUDH que estudaremos em seguida.

2. *A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.*

5.10 - Direito de constituir família

O art. XVI, da DUDH, refere-se a direito de segunda dimensão, relacionando-se aos direitos de família. Assegura a Resolução que a todas as pessoas – sem quaisquer discriminações e com iguais direitos – a faculdade de contrair matrimônio e de constituir família.

Além disso, em defesa à igualdade, a mulher, após casar-se, não está obrigada a seguir a nacionalidade do cônjuge.

5.11 - Direito à liberdade de expressão

A liberdade de expressão está expressamente prevista nos arts. XVIII e XIX da DUDH, assegurada também em nosso Texto Constitucional:

A liberdade de pensamento refere-se ao direito de exprimir suas ideias, relativas à ciência, à religião etc. Trata-se de liberdade de conteúdo intelectual e supõe o contato do indivíduo com seus semelhantes.

Entretanto, em razão de suas opiniões são inaceitáveis violações a direitos por motivo de discriminação.

Neste ponto podemos destacar uma decisão da Interamericana de Direitos Humanos:

Caso Olmedo Bustos e otros vs. Chile

A corte precisou decidir sobre a censura imposta pelo Chile ao filme “A última tentação de Cristo” de Martin Scorsese. Discutiu-se o conflito entre a Liberdade de Consciência e Religião e à Liberdade de Pensamento e Expressão.



O Chile foi condenado pela corte IDH que enfatizou a importância da reforma constitucional para eliminar a censura cinematográfica naquele país. Afirmou que qualquer norma de direito interno, ainda que tenha natureza constitucional, pode gerar responsabilização internacional por violação de direitos humanos.

A decisão gerou efeitos já que o Chile posteriormente alterou sua constituição neste ponto.

Este caso foi expressamente citado, no âmbito do STF, no julgamento que decidiu pela desnecessidade de autorização prévia para a publicação de biografias.

Podemos citar decisões do STF a respeito do direito de expressão:

Caso Ellwanger

Para muito o precedente mais importante da Suprema Corte em relação a liberdade de expressão. Nesta decisão o STF reconheceu que a liberdade de expressão não é absoluta sofrendo limitação quando existe discurso de ódio. No caso o STF entendeu que houve violação da dignidade da pessoa humana e do princípio da igualdade, além de se configurar como crime de racismo.

Marcha da maconha

Neste caso se discutiu os direitos constitucionais de reunião e de livre expressão do pensamento em atos que tinham como objetivo defender a descriminalização do consumo da maconha.

Para a Suprema Corte a mera proposta de descriminalização de determinado ilícito penal não se confunde com o ato de incitação à prática do delito nem com o de apologia de fato criminoso.

Vejamos a seguir uma questão do assunto.



(FGV - 2022) Com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a afirmativa correta.

- A) Todo ser humano, vítima de perseguição por crime de direito comum, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
- B) A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos mais importantes tratados sobre direitos humanos, estando diretamente relacionada aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial.
- C) Toda pessoa tem direito à educação, devendo ser gratuita pelo menos a correspondente aos ensinos elementar, fundamental e profissional.
- D) Ninguém pode ser arbitrariamente detido, salvo quando a segurança nacional assim exigir.



E) Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. O cometimento de crime de direito comum é uma das exceções.

A **alternativa B** está incorreta. A DUDH não é um tratado e sim uma Resolução.

A **alternativa C** está incorreta. A gratuidade alcança apenas a educação elementar e fundamental .

A **alternativa D** está incorreta. Não há tal exceção.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Está assertiva está em consonância com as regras do DUDH.

5.12 - Direito de reunião

Também relacionado com a liberdade, o art. XX, da DUDH, disciplina o direito de reunião. Destaca o documento internacional que o direito de reunião é assegurado para fins pacíficos e a adesão deve ser voluntária.

Na Constituição Federal, art. 5º, são vários os incisos que consubstanciam o direito de reunião e a liberdade de associação.

O STF³ recentemente decidiu que a falta de notificação formal não torna ilegal a reunião possibilitando sanções. O aviso prévio não é uma condição para o exercício do direito. As autoridades devem ter uma postura ativa. Manifestações espontâneas não podem ser proibidas. Em caso de estado de defesa a CF/88 prevê a restrição deste direito e no caso de estado de sítio a suspensão do direito.

O direito de reunião constitui manifestação coletiva de uma liberdade de expressão, exercitada por meio de uma associação transitória por um grupo de pessoas, com a finalidade de trocar ideias, de promover a defesa de interesses comuns e de efetuar a publicidade de problemas e de determinadas reivindicações.

5.13 - Direitos políticos e proteção do Estado

Em relação aos direitos políticos, o art. XXI, da DUDH, assegura expressamente o direito de participar do governo, pelo exercício democrático direto ou indireto.

A Declaração refere-se aos **direitos políticos**, considerados a partir do princípio da soberania popular, reforçando o papel da **soberania** como **legitimador à atuação estatal**.

Por fim, confira o art. XXII, que trata do direito a gozar de proteção estatal.

³ STF. Plenário. RE 806339/SE, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Edson Fachin, julgado em 14/12/2020 (Repercussão Geral – Tema 855) (Info 1003).



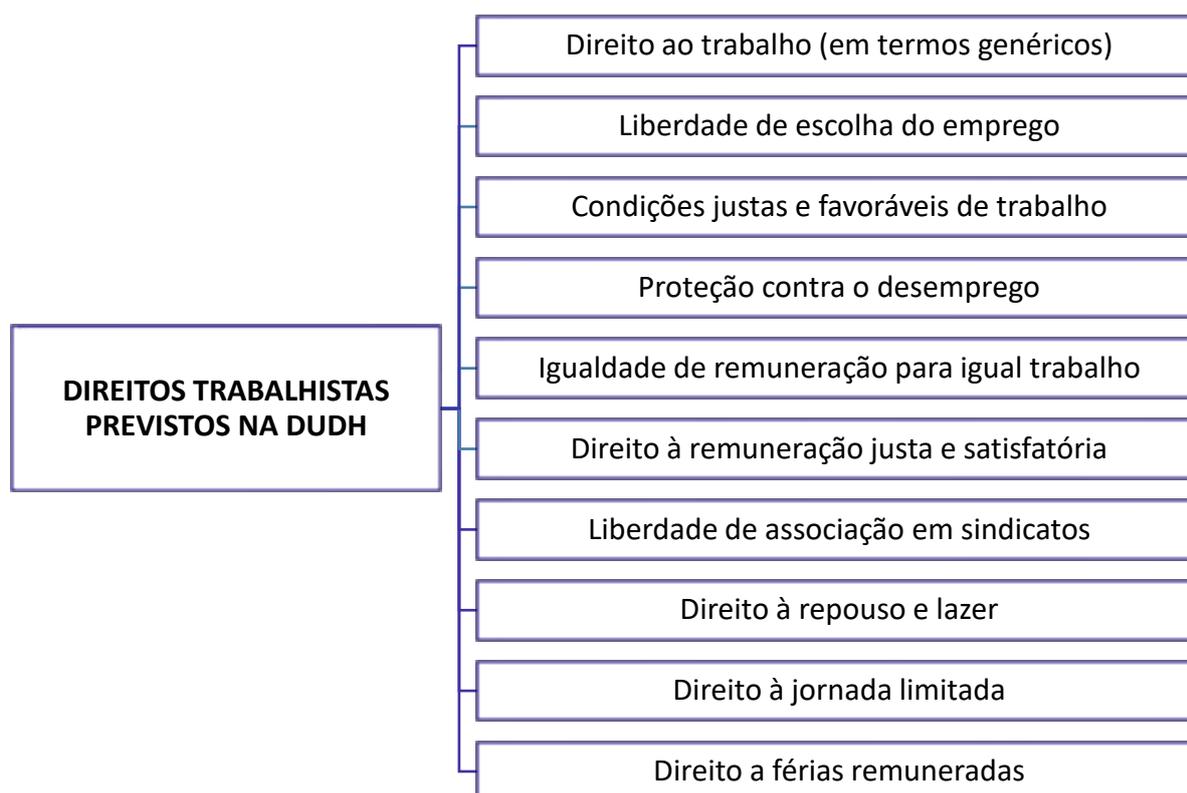
5.14 - Direitos trabalhistas

O art. XXIII consagra diversos direitos fundamentais dos trabalhadores, objetivando assegurar a liberdade de desempenho de qualquer atividade. Além disso, prevê base para a defesa da equiparação salarial estudada em Direito do Trabalho e a possibilidade de organização das empresas e atividades profissionais em sindicatos.

O art. XXIV, da DUDH, prevê outros direitos dos trabalhadores entre eles o direito ao lazer, a uma jornada regulamentada e a férias periódicas remuneradas. Esses direitos encontram-se plenamente contemplados entre os arts. 7º, 11 e 217, todos da Constituição.

Nesse contexto, nossa Constituição prevê o descanso semanal remunerado, a limitação de jornada a 8 horas diárias e 44 horas semanais, bem como o direito às férias anuais acrescidas e, no mínimo, 1/3 a título de décimo terceiro.

Para fins de prova é relevante saber quais os direitos trabalhistas estão expressamente previstos na DUDH.



5.15 - Direitos Sociais

No art. XXV asseguram-se direitos sociais básicos, como alimentação, vestuário, serviços médicos, proteção em caso de desemprego ou, em relação às mulheres, em caso de gravidez.

O art. XXVI disciplina o direito à educação, que é contemplado na Constituição na parte relativa à Ordem Social, entre os arts. 205 ao 210.



Segundo a DUDH, o direito à educação será gratuito nos graus elementares e fundamentais. Quanto ao grau elementar, o documento prescreve, ainda, que será obrigatório.

Vejamos a seguir uma questão sobre o assunto:



(CESPE - DEPEN) Consensualmente considerada um prolongamento natural da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU, 1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada pela Assembleia-geral da ONU em 1948 (Resolução 217-A). O documento reflete o desejo de paz, justiça, desenvolvimento e cooperação internacional que tomou conta de quase todo o mundo após duas grandes guerras no espaço de apenas duas décadas. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

A DUDH enfatiza o papel da educação para a promoção da tolerância, da amizade e da compreensão entre as nações e grupos raciais e religiosos.

Comentários

A assertiva está **correta**, pois retrata o art. XXVI, item 2, da DUDH.

Em relação ao direito de acesso aos bens culturais, a DUDH traz dois preceitos:

- ↳ O **primeiro** deles aborda o direito de livre participação na vida cultural, nas artes e no processo científico, que encontra similar em nossa Constituição nos arts. 23 e 24, 215 e 216.
- ↳ O **segundo** diz respeito à garantia dos interesses morais (subjetivos) e materiais (objetivos) relativos à produção cultural, que encontra similar em nossa CF no art. 5º, IX.

Assim, não é necessária licença para o exercício dessa liberdade, contudo, se afetar direitos e interesses de terceiros implicará responsabilização.

No art. XXX, por fim, a Declaração traz uma regra genérica que prevê a interpretação ampliativa dos direitos consagrados em seu corpo. Dito de outro modo, as regras da DUDH **não poderão ser interpretadas no sentido de limitar, de qualquer modo, os direitos previstos**.

Com isso, encerramos a análise dos dispositivos da DUDH.

OS PACTOS DE 1966

No ano de 1966 foram editados dois tratados internacionais, um sobre **direitos liberais**, conhecido como o **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos**, e outro sobre **direitos sociais**, denominado de **Pacto**



Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais. A diferença entre os diplomas reside no fato de que o primeiro tem **aplicação imediata**, ao passo que o segundo deve ser **aplicado progressivamente** de acordo com as possibilidades de cada nação.

Os pactos referidos tiveram o condão de **ampliar a proteção conferida inicialmente pela DUDH**, o que é visto como positivo pela doutrina.

Por fim, a **DUDH, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, constituem os três mais importantes documentos do sistema global de Direitos Humanos, que se denomina de “Declaração Internacional de Direitos”** ou *International Bill of Rights*.

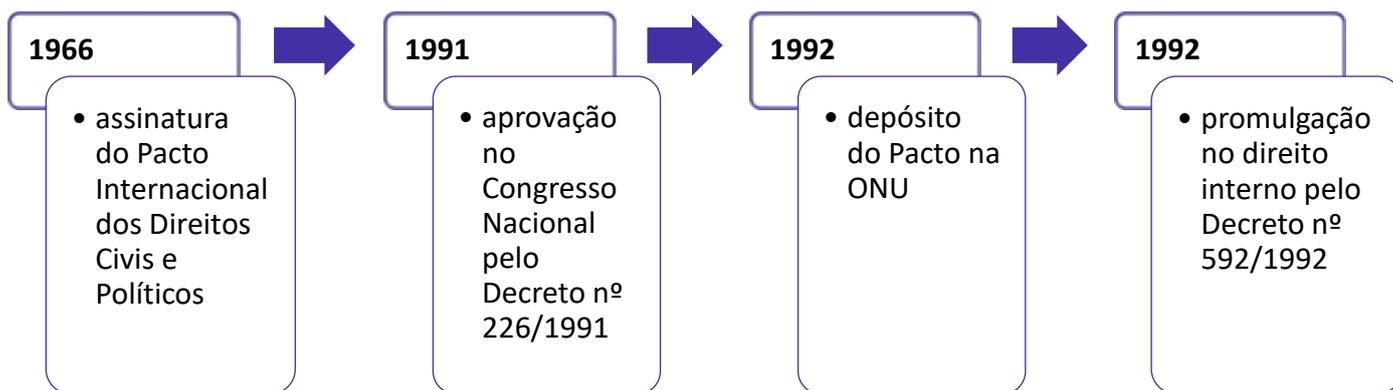
Esse conjunto de normas constitui a **mais significativa expressão do movimento internacional de proteção aos Direitos Humanos**, referência para os demais tratados internacionais e, inclusive, para as normas internas dos Estados.

Outra observação é importante. A Declaração Internacional de Direitos (International Bill of Rights), que compreende a Declaração de Direitos Humanos e os Pactos, integra o **sistema global comum** de proteção aos Direitos Humanos.

Na sequência, vamos analisar os Pactos.

1 - Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos

1.1 - Introdução



Ao Pacto foram somados dois protocolos facultativos:

↳ Primeiro Protocolo Facultativo ao PIDCP: teve a função de trazer alguns avanços na proteção dos direitos civis e políticos ao prever o mecanismo de peticionamento individual à Comissão de Direitos Humanos em caso de violação às normas do PIDCP.



↳ Segundo Protocolo Facultativo ao PIDCP: teve por função reduzir a aplicação da pena de morte como espécie de sanção penal no âmbito do PIDCP.

Esses protocolos foram aprovados pelo Congresso Nacional por intermédio do Decreto Legislativo 311/2009, mas não havia o decreto de promulgação até 2023.

No dia 10/11/2023 foi publicado o decreto 11.777/2023 que promulgou o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte, de 15 de dezembro de 1989.

De acordo com a doutrina⁴ há quatro fases para incorporação do tratado no ordenamento jurídico interno.

1ª fase – Assinatura;

2ª fase – Aprovação congressional;

3ª fase – Ratificação

4ª fase – Decreto presidencial ou Decreto de Promulgação.

1.2 - Estrutura

Na **parte I** é enunciado o direito básico do PIDCP que é o **direito à liberdade** e o direito à **autodeterminação**.

A **parte II** reporta-se aos Estados, que devem assumir o **dever de garantir os direitos**.

Na **parte III** estão **arrolados os direitos** protegidos no PIDCP, conforme veremos adiante.

A **parte IV** disciplina a atuação do **Comitê de Direitos Humanos**.

Por fim, na **parte V** e **parte VI** são previstas, respectivamente, as **regras de interpretação** e **procedimentais de adesão e validade** do Pacto (assinatura, ratificação, depósito, entrada em vigor etc.).

1.3 - Direitos Albergados

DIREITOS RECONHECIDOS NO PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

- **igualdade entre homens e mulheres;**
- **vida;**
- **proibição de tortura e de penas ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes;**
- **proibição de escravidão, de servidão e de submissão a trabalho forçado;**

⁴ (Ramos, 2023, p.1691)



- liberdade e segurança pessoal;
- integridade do preso;
- não prisão por descumprimento de obrigação contratual;
- direito de circulação;
- juízo natural;
- presunção de inocência;
- tipicidade penal;
- personalidade jurídica;
- vida privada;
- liberdades de pensamento, consciência e religião;
- liberdade de expressão;
- direito de reunião;
- direito de associação, inclusive constituir sindicatos;
- proteção à família;
- proteção à criança;
- direito de participação política;
- igualdade perante a lei e igual proteção da lei; e
- proteção às minorias.

Na sequência, vamos explorar cada um desses direitos a partir da literalidade do PIDCP. Antes, porém, vejamos o preâmbulo do documento:

1.4 - Preâmbulo

A síntese do preâmbulo está em destacar o eixo central do Documento: proteção aos direitos civis e políticos, decorrentes da condição humana.

1.5 - Autodeterminação dos povos

A **autodeterminação dos povos** é expressamente assegurada no artigo 1º, 1, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, prevista inclusive em nosso ordenamento como um dos princípios adotado pelo Brasil em suas relações internacionais (art. 4º, III, da CF).

Constitui regra de Direito Internacional, de aplicação universal, extraída da Carta das Nações Unidas de 1945, que determina: aos Estados compete desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direito e de autodeterminação dos povos, adotando medidas apropriadas para o fortalecimento da paz universal.

Enuncia o dispositivo que **todos os povos têm direito à autodeterminação**, o que implica a **possibilidade de livre escolha do estatuto jurídico, bem como a possibilidade de livremente decidir a respeito de seu desenvolvimento econômico, social e cultural.**



1.6 - Efetividade dos Direitos

Em relação à parte II do PIDCP nota-se preocupação com a efetividade dos direitos assegurados. O art. 2º impõe ao Estado-membro o dever de:

- **respeitar e garantir os direitos** previstos, sem discriminações;
- **adotar medidas** destinadas a tornar efetivos os direitos; e
- **criar recursos** efetivos contra as violações perpetradas.

1.7 - Não discriminação entre homens e mulheres

O art. 3º assegura a igualdade de tratamento entre homens e mulheres em relação aos direitos civis e políticos. Por exemplo, a vedação do voto feminino viola o PIDCP.

1.8 - Derrogação temporária das obrigações do Pacto

De acordo com a doutrina, existem **duas hipóteses** excepcionais em que é permitida a **derrogação temporária** das obrigações decorrentes do Pacto, quais sejam:

1ª hipótese: decretação de Estado de emergência; e

2ª hipótese: quando necessário à segurança nacional ou à ordem pública.

No que tange ao **primeiro caso**, prevê o art. 4º, do Pacto, que, em situações excepcionais que ameacem a existência da nação, será possível adotar medidas para suspender as obrigações decorrentes do tratado internacional.

Existe um rol de direitos que **NÃO poderão ser suspensos**, ainda que seja decretado o estado de emergência:

- ✓ direito à vida;
- ✓ vedação à tortura;
- ✓ vedação à escravidão, servidão ou trabalhos forçados;
- ✓ vedação à prisão do depositário infiel;
- ✓ princípio da anterioridade penal, da vedação à aplicação da *lex gravior* e aplicação da lei considerada mais benéfica ao condenado;
- ✓ reconhecimento da personalidade jurídica; e
- ✓ liberdade de pensamento, de consciência e de religião.

Em relação à **segunda situação excepcional**, preveem os artigos 21 e 22 do Pacto, limitações aos direitos e às obrigações quando necessário à segurança nacional ou à ordem pública, bem como para a proteção dos direitos e liberdades das demais pessoas.



1.9 - Vedação à interpretação restritiva de Direitos

O art. 5º traz duas regras importantes quanto à aplicação e interpretação desse Pacto:

1ª REGRA: não é admitida interpretação capaz de abolir ou restringir direito assegurado no PIDCP.

2ª REGRA: a legislação interna do país não poderá ser aplicada se prever regras menos favoráveis que as constantes do Pacto.

1.10 - Vedação à pena de Morte

A **pena de morte não foi abolida pelo Pacto originariamente.**

A pena de morte continua sendo possível nos países que já adotavam esse tipo de pena, mas, ainda assim, aplica-se somente aos crimes mais graves.

Caso Raxcacó Reyes Vs. Guatemala

O caso trata da condenação a pena de morte do Senhor Raxcacó Reyes por ter praticado o crime de sequestro simples contra uma criança.

A corte internacional entendeu que a Guatemala havia violado normas internacionais ao punir com a pena capital o sequestro simples, ou seja, sem a morte da vítima uma vez que a conduta não pode ser considerada como “crime grave”.

Além disso a corte considerou que a Guatemala também violou normas de direitos humanos quando não permitiu que fosse possível ao condenado solicitar um indulto ou comutação da pena tornando sem efeito a pena de morte a ele aplicada.



Somente com o **Segundo Protocolo Facultativo**, já no ano de **1989**, **restringiu-se ainda mais a pena de morte**, viabilizando, contudo, que os Estados oponham reserva (ato de excluir ou modificar o efeito de um ponto do tratado), caso adotem internamente a pena de morte.

Note que a **reserva** às normas previstas no segundo protocolo é, **em regra, proibida**, a única exceção é o caso da pena de morte, que pode ocorrer somente se já adotada pelo Estado e em caso de tempo de guerra, se houver condenação por infração penal de natureza militar de gravidade extrema.



1.11 - Direitos de Liberdade

Quanto aos direitos de liberdade está prevista a **vedação à submissão da tortura** (artigo 7º), a **vedação à escravidão e servidão** e a **vedação à execução de trabalhos forçados** (artigo 8):

Quanto aos **trabalhos forçados**, o Pacto traz uma **mitigação**, ao permitir que os **países que já o tenham instituído** no regimento de cumprimento de penas criminais, continuem aplicando essa sanção internamente.

Ademais, nos termos do Pacto, **não são considerados trabalhos forçados** a prestação de serviço militar, os serviços exigidos dos nacionais em caso de emergência ou de calamidade, bem como os serviços decorrentes de obrigações civis normais.

Assegura-se, também, a **impossibilidade de prisão arbitrária pelo Estado** (artigo 9), devendo-se **informar a todos os presos as razões da prisão** e as acusações sofridas. Além disso, o preso deve ser **encaminhado ao juiz brevemente**, uma vez que o processo para apurar sua conduta deve transcorrer observando-se o **princípio da celeridade**. Ademais, ainda sobre as regras processuais que implicam o exercício da liberdade, o acusado tem assegurado o **direito ao duplo grau de jurisdição**.



Quanto à **liberdade de ir vir**, o Pacto exige, em caso de cumprimento de pena restritiva de liberdade, que o **tratamento ao preso seja humano e digno** (artigo 10). Além disso, como decorrência da liberdade de ir e vir, o documento internacional postula que a **dívida civil não é capaz de implicar a prisão**.

1.12 - Direitos de natureza penal

O art. 9, do PIDCP, disciplinando o direito de liberdade, assegura diversas garantias penais..

Em síntese:

- ↳ Ao ser presa a pessoa deve ser informada das razões da prisão, bem como informada do teor da acusação.
- ↳ A pessoa presa, acusada de crime, deve ser julgada por juiz, com regular função judicial, que deverá analisar o processo em tempo razoável.
- ↳ A prisão preventiva não pode constituir a regra geral. Será utilizada apenas em situações excepcionais.



Neste ponto é importante lembrar das audiências de custódia. O STF entendeu que esta audiência é um direito subjetivo do preso assegurada por convenções internacionais. E recentemente entendeu que deve ser observada para qualquer tipo de prisão.

Vejamos uma questão que envolve o assunto.



(FEPESE - 2019) Considere as seguintes disposições de tratados internacionais de direitos humanos:

■ Art. 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos: “Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo” .

■ Art. 9.3 do Pacto dos Direitos Civis e Políticos: “Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. A prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir a regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a garantias que assegurem o comparecimento da pessoa em questão à audiência, a todos os atos do processo e, se necessário for, para a execução da sentença” .

As disposições descritas se referem à:

- A) audiência preliminar.
- B) audiência de conciliação.
- C) audiência de instrução e julgamento.
- D) audiência admonitória.
- E) audiência de custódia.

Comentários

Assim, a **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. A audiência de custódia é um direito subjetivo do preso garantido pelo Pacto dos Direitos Civis e Políticos e por outras normas internacionais.

Destaca-se também a previsão constante do art. 10 que disciplina o tratamento conferido às pessoas presas. De acordo com o dispositivo, o preso deverá ser tratado com humanidade e dignidade.

Prevê ainda o PIDCP que as pessoas presas por condenação definitiva e os presos preventivamente devem ficar em locais separados na prisão. Do mesmo modo, os adolescentes não podem conviver com presos adultos.



O art. 11, do PIDCP, trata da vedação à prisão por dívida civil.

Somente em 2008, com fundamento no Pacto de San José, o STF conferiu interpretação que destacou a hierarquia supralegal desse tratado em relação ao ordenamento interno, vedando, por completo, a possibilidade de prisão do depositário infiel. Permanece apenas a possibilidade de prisão por descumprimento inescusável de pensão alimentícia.

1.13 - Direito de ir e vir

O art. 12 trata do direito de ir e vir para pessoas que se encontrem no território do Estado-parte, o que lhe confere a prerrogativa de circular livremente pelo país, bem como de deixá-lo. Desse modo, a expulsão de estrangeiro dependerá de sentença judicial, nos termos do art. 13, do PIDCP.

A liberdade de ir e vir não constitui direito absoluto, podendo ser restringido para:

- ↳ proteger a segurança nacional e a ordem;
- ↳ garantir a saúde ou a moral pública; e
- ↳ assegurar direitos e liberdades das demais pessoas.

1.14 - Garantias processuais

São diversos os direitos ou garantias de cunho processual previstas no art. 14.

Em síntese:

Direitos e Garantias processuais

- tratamento igualitário entre as partes
- direito de ser ouvida publicamente
- julgamento pelo juiz natural
- atuação independente e imparcial do Juiz
- presunção de inocência
- deve ser informado da natureza da prisão e dos motivos
- ampla defesa
- contraditório
- defesa técnica
- celeridade
- duplo grau de jurisdição
- indenização em caso de erro judicial
- vedação ao bis in idem
- princípio da legalidade penal
- princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa e da retroatividade da lei penal mais benéfica ao réu.



Além disso, o processo é público, contudo, a publicidade poderá ser restringida em razão de:

moral pública	ordem pública	segurança nacional	interesse de menores
	controvérsia matrimonial	tutela de menores	

Em relação à prática de condutas penais por adolescente, prevê o PIDCP que a medida aplicada deve objetivar a reintegração social.

Na sequência o art. 15 do PIDCP prevê duas as garantias penais:

- ↳ O direito de não ser condenado por atos ou omissões que não constituam delito de acordo com o direito nacional ou internacional, no momento em que foram cometidos (princípio da legalidade).
- ↳ a irretroatividade da lei penal mais gravosa e a retroatividade da lei penal mais benéfica ao réu.

1.15 - Direitos de Personalidade e inviolabilidades

Nos arts. 16 e 17 o PIDCP inaugura os direitos civis das pessoas, conferindo-lhes personalidade jurídica e a protegendo a vida privada, a honra e a reputação. *Para tanto, determina que os Estados-parte devem editar leis destinadas a proteger as pessoas de ingerências ou violações.*

Nesse contexto, o CC prevê no art. 2º, que toda pessoa terá personalidade, para tanto basta nascer com vida.

1.16 - Direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião

O art. 18, do PIDCP, prevê consectários do direito de liberdade. Quanto aos conceitos, vejamos:

LIBERDADE DE PENSAMENTO	A liberdade de pensamento constitui a possibilidade de pensar e defender um ponto de vista acerca de um fato ou ideia, independente das visões dos outros. É um conceito amplo.
LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA	A liberdade de consciência, por sua vez, já um pouco mais restrita, refere-se a qualquer concepção política, religiosa ou filosófica.
LIBERDADE DE RELIGIÃO	A liberdade de religião, por fim, manifesta-se na faculdade de professar uma religião segundo sua escolha, assim como a prerrogativa de não adotar religião alguma.

Esse trio de liberdades é assegurado expressamente no PIDCP.

1.17 - Liberdade de Opinião

A liberdade de opinião e de expressão são assegurados expressamente no art. 19, do PIDCP. Esse direito poderá ser restringido de forma excepcional em duas situações, de acordo com o Pacto.



A primeira hipótese ocorrerá quando houver violação aos direitos de outras pessoas ou quando a relativização do direito for necessária por razões de segurança nacional, de ordem pública, de saúde ou moral pública.

Sigamos!

1.18 - Direito de Reunião

Por fim, importante destacar do rol de direitos assegurados, como decorrência do **direito de reunião** previsto no artigo 21, do Pacto, o **direito de associação e de constituição de sindicatos**, que foi expressamente assegurado pelo artigo 22. Eventuais restrições à constituição de associações e de sindicatos somente será possível no interesse da segurança nacional e da ordem pública ou para proteção da saúde e moral públicas e dos direitos de liberdade das demais pessoas.

A Constituição Federal prevê o direito de reunião no art. 5º, XVI. Veja:

Art. 5º (...)

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

Portanto a Constituição trouxe as condições para o exercício do direito da reunião. Nesse ponto, quero destacar que o STF fixou uma tese quanto a exigência de aviso prévio. Vejamos a tese:

A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.

STF. Plenário. RE 806339/SE, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Edson Fachin, julgado em 14/12/2020 (Repercussão Geral - Tema 855) (Info 1003).

Isso significa que não haverá a necessidade de uma notificação formal. O Supremo Tribunal Federal entendeu que a finalidade do aviso prévio é permitir que o Poder Público atue para que a reunião ocorra de forma pacífica e para que não frustre outra marcada para o mesmo local.

O tribunal entendeu que a atuação do Poder Público deve ser ativa, ou seja, tomando conhecimento de que uma reunião está sendo organizada de forma pública ou até que já esteja ocorrendo deverá atuar ainda que não tenha ocorrido o prévio aviso.

Sigamos!



1.19 - Direitos de Família

Em relação aos direitos de família, nota-se a preocupação do Pacto com a proteção da instituição. Em razão disso, o Estado deve empreender meios e instrumentos a fim de proteger a família.

Assegura-se o direito ao casamento, desde que haja consentimento espontâneo e livre, sem quaisquer vícios.

Além disso, o PIDCP reforça que os Estados devem adotar medidas a fim de que a relação entre o casal seja isonômica (igualdade em sentido material).

No contexto de proteção à família, o PIDCP trata da criança, no art. 24. Destaca-se, inicialmente, o dever de o Estado adotar medidas de proteção, mas essa responsabilidade é compartilhada, ou seja, além do Estado, a família e a sociedade também possuem deveres em relação aos cuidados com as crianças.

Por fim, o art. 24 assegura dois direitos pontuais às crianças, quais sejam:

- direito ao nome e registro imediatos;
- direito a adquirir uma nacionalidade.

1.20 - Direitos Políticos

Em relação aos direitos políticos, o PIDCP estabelece três espécies de direitos políticos:

- 1) direito de participar da condução dos assuntos estatais, seja diretamente, como ocorre em relação ao ajuizamento de ação popular, plebiscito e referendos, seja indiretamente por intermédio do voto.
- 2) direito de votar e ser votado. Aqui temos o exercício da capacidade eleitoral, tanto ativa, que constitui a capacidade de escolher representantes, como passiva, que envolve a prerrogativa de receber votos.
direito de acessar as funções públicas do Estado, seja pela eleição, nomeação (como, por exemplo, por concurso público) ou designação (em relação a cargos em comissão).

1.21 - Isonomia

No art. 26 o PIDCP arrola o direito à igualdade, em seu aspecto material.

1.22 - Respeito às minorias

O art. 27, por sua vez, refere-se ao respeito às minorias:

- étnicas
- religiosas
- linguísticas



1.23 - Comitê

Na Parte IV, o Pacto trata especificamente do Comitê de Direitos Humanos, principal órgão de monitoramento do PIDCP, responsável por assegurar o cumprimento dos direitos previstos.

Vamos listar as principais regras:

- ↳ Eleição secreta de 18 membros entre os nacionais dos países membros do PIDCP (cada Estado poderá indicar dois candidatos).
- ↳ O Comitê não poderá ter mais de uma nacional de um mesmo Estado.
- ↳ O mandato é de 4 anos, admitida a reeleição.
- ↳ Gera vacância do cargo: deixar de atuar, morte ou renúncia.
- ↳ Uma das principais atribuições do Comitê é a análise dos relatórios. Os Estados membros comprometem-se a submeter relatórios ao Comitê anualmente e sempre que solicitado pelo órgão.
- ↳ Outra função importante do Comitê é analisar as comunicações interestatais, instrumento que permite que um Estado-parte denuncie o descumprimento das regras do PIDCP por outro Estado-parte. É importante registrar que o Estado deverá previamente declarar a aceitação desse mecanismo para que a comunicação seja recebida. Se esse documento não estiver depositado na ONU, não será admitida a comunicação interestatal.

Vejamos uma questão que envolve as regras que regem o Comitê.



(FCC - 2022) O Comitê de Direitos Humanos foi criado

- A) pela Carta das Nações Unidas.
- B) por Resolução do Conselho de Direitos Humanos.
- C) pela Convenção Americana de Direitos Humanos.
- D) pelo Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.
- E) por Resolução do Conselho Econômico-Social.

Comentários



A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Essa questão foi aplicada em uma prova para defensor público, embora pareça fácil é preciso ter cuidado para não confundir.

↳ **Conselho de Direitos Humanos:** atual órgão das Nações Unidas que tem competência para monitorar e fiscalizar violações de Direitos Humanos. Foi o órgão que substituiu, em 2006, a antiga Comissão de Direitos Humanos.

↳ **Comissão de Direitos Humanos:** existiu de 1946 a 2006, sendo extinta por causa das críticas feitas ao seu comportamento excessivamente político.

↳ **Comitês de Direitos Humanos:** são formados no âmbito das convenções de Direitos Humanos. Exemplo: Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Convenção contra a Tortura, etc.

Quanto à composição do Comitê, estabelece o PIDCP que não poderão integrar o órgão duas pessoas do mesmo Estado. Além disso, o mandato dos membros é de 4 anos, permitindo-se a reeleição.

De acordo com o art. 33, se o membro do Comitê deixar de desempenhar a função, o Presidente do Comitê informará o Secretário-Geral da ONU que declarará o cargo vago. A renúncia e a morte também geram a vacância.

O art. 35 estabelece a forma de remuneração dos membros do Comitê: honorários.

1.24 - Mecanismos de fiscalização

O art. 40 trata do mecanismo de **relatórios**. Os Estados membros comprometem-se a submeter relatórios ao Comitê anualmente e sempre que solicitado pelo órgão.

O art. 41 trata de outro mecanismo de implementação, as comunicações interestatais. Esse expediente funciona como uma **denúncia** de um Estado parte em relação a outro. Deve haver a aceitação prévia, por intermédio de declaração, de que o Estado se submete a este mecanismo.

1.25 - Comissão

O art. 42, que traz a possibilidade de se formar uma comissão para discutir as violações alegadas, bem como para encontrar uma solução amistosa para o impasse.

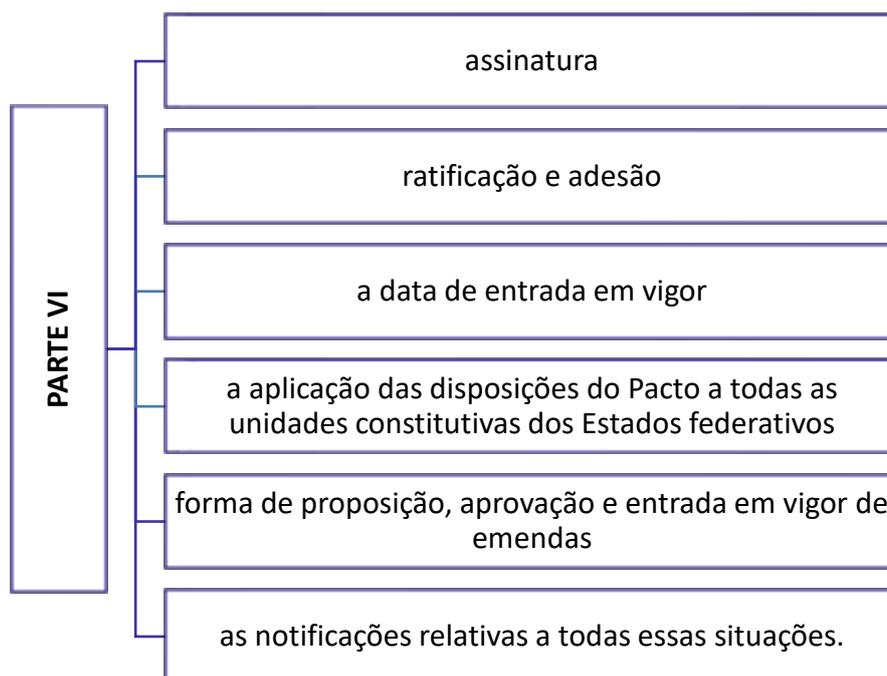
1.26 - Regras interpretativas

Quanto à Parte V, como vimos, são estabelecidas duas regras interpretativas, sem maior importância para fins de prova.

1.27 - Regras finais

Em relação à Parte VI, são disciplinados:





1.28 - Protocolos Facultativos

São dois os protocolos facultativos, cujos assuntos principais envolvem instrumentos de implementação e disciplina referente à pena de morte.

Primeiro Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos

O primeiro Protocolo Facultativo foi editado no mesmo ano do Pacto, acrescentando o **mecanismo de petições individuais** como instrumento de fiscalização do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

De acordo com o Protocolo, alguns **pressupostos** são necessários para que o Comitê possa receber e examinar tais comunicações:

1. **Reconhecimento** pelo Estado-parte da competência do Comitê para tal atuação (artigo 1º);
2. **Esgotamento** dos recursos internos disponíveis (artigo 2º);
3. A questão não pode estar sendo analisada por outra instância internacional (art. 5º).

Além disso, **são consideradas inadmissíveis as petições individuais anônimas** e as petições que **constituam abuso de direito** ou **sejam incompatíveis** com as disposições do Pacto (artigo 3º).

Recebida a petição, o Comitê informará o Estado-parte para que, no **prazo de 06 meses**, exponha suas explicações e declarações (artigo 4º). De posse de tais informações, o Comitê proferirá decisão que constará no relatório anual (artigo 6º), local em que será informado se o Estado-parte adotou as medidas necessárias para reparar a violação aos direitos humanos enunciados no PIDCP.



Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos

O Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos foi editado somente no ano de 1989.

A finalidade desse segundo Protocolo Facultativo é objetiva: abolir a pena de morte (artigo 1º). Contudo, como se trata de um protocolo facultativo e de um documento internacional decorrente de cooperação internacional, os **Estados poderão decidir sobre a vinculação aos seus direitos**.

Além disso, ainda que assinado, o Protocolo Facultativo permite ao Estado-parte, no momento da ratificação, após análise pelas instituições internas de cada Estado, efetuar **reserva** constante do artigo 2º do Protocolo, para permitir, em **caráter excepcional**, a **pena de morte**, em caso de **guerra declarada** em virtude de **condenação por infração penal de natureza militar de gravidade extrema**.

O Brasil fez esta reserva.

Como **mecanismos de fiscalização** do Protocolo Facultativo, foram previstos os **relatórios** (artigo 3º), as **comunicações interestatais** (artigo 4º) e as **petições individuais** (artigo 5º).

1.29 - Mecanismos de Fiscalização

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos previu a criação do **Comitê dos Direitos Humanos, órgão responsável pela fiscalização** do cumprimento do instrumento internacional por meio de **relatórios e comunicações interestatais**. Além desses dois mecanismos originários, foi acrescentada posteriormente a possibilidade de **petições individuais** pelo denominado Primeiro Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

O Comitê somente receberá comunicações e petições se o conflito **não estiver sob análise em outra instância internacional** e **somente se forem esgotados os recursos internos ou houver excessiva demora para a solução do impasse**.

Os **relatórios** constituem **obrigação** dos Estados acordantes, instrumento pelo qual deverão **informar as medidas legislativas, administrativas e judiciais adotadas para a promoção e garantia dos Direitos Humanos**.

As **comunicações interestatais**, por sua vez, constituem, segundo ensinamentos de Flávia Piovesan, mecanismo que “um Estado-parte pode alegar haver outro Estado-parte incorrido em violação dos direitos humanos enunciados no Pacto”. Contudo, a utilização desse mecanismo é opcional, sendo necessária a elaboração de uma declaração em separado reconhecendo a competência do Comitê para receber as comunicações interestatais. Assim, somente será possível a comunicação interestatal se denunciante e denunciado elaborarem o referido documento.

Apresentada a comunicação de um Estado em relação a outro, caso as negociações bilaterais (entre Estados) **não surtam os efeitos** esperados, será possível a **intermediação pelo Comitê** que terá a finalidade de promover uma **solução amistosa**.



Por fim, as **petições individuais**, conforme enunciamos acima, foram acrescentadas à proteção dos direitos civis e políticos pelo Primeiro Protocolo Facultativo. Por esse instrumento **permite-se aos indivíduos apresentar petições denunciando violações a direitos constantes do Pacto**.

As petições individuais constituem um **suplemento aos mecanismos de proteção** por meio dos quais as violações de direitos humanos podem chegar ao conhecimento do Comitê, que comunicará ao Estado violador as reclamações recebidas para que, no prazo de 6 meses, traga esclarecimentos e explicações sobre o caso, bem como indique as medidas que eventualmente tenham sido adotadas. Após o recebimento desses esclarecimentos, o peticionante poderá trazer outras informações e observações adicionais. Posteriormente, a questão é submetida ao Comitê que, pela maioria dos membros presentes, proferirá decisão.

Em que pese à não existência de uma forma de forçar o cumprimento da decisão pelo Estado violador, o **Estado condenado, se não cumprir com a decisão, sofrerá consequências no plano político**.

Finalizamos, assim, os aspectos gerais do PIDCP e seus respectivos protocolos facultativos.

DESTAQUES DOS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

DUDH

↳ art. I: igualdade na lei

Artigo I

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

↳ art. VII: igualdade perante a lei (isonomia)

Artigo VII

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a **igual proteção** contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

↳ art. IV e V: direitos humanos absolutos

Artigo IV

NINGUÉM será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão PROIBIDOS EM TODAS AS SUAS FORMAS.



Artigo V

NINGUÉM será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

↪ art. XI: vedação à prisão arbitrária

Artigo IX

NINGUÉM será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

↪ art. XI: princípio da presunção de inocência

Artigo XI

1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o **direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei**, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. **NINGUÉM** poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

↪ art. XIV: direito de asilo

Artigo XIV

1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o **direito de procurar e de gozar asilo** em outros países.

2. Este direito **NÃO** pode ser invocado em caso de **perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum** ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

↪ arts. XXI e XXIV: direitos trabalhistas

Artigo XXIII

1. Toda pessoa tem **direito ao trabalho**, à **livre escolha de emprego**, a **condições justas e favoráveis de trabalho** e à **proteção contra o desemprego**.

2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem **direito a igual remuneração por igual trabalho**.



3. Toda pessoa que trabalhe tem **direito a uma remuneração justa e satisfatória**, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

4. Toda pessoa tem **direito a organizar sindicatos** e neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo XXIV

Toda pessoa tem **direito a repouso e lazer**, inclusive a **limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas**.

↳ art. XXVI: direito à educação

Artigo XXVI

1. Toda pessoa tem **direito à instrução**. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

PIDCP

↳ art. 1º: autodeterminação dos povos

Artigo 1

1. Todos os povos têm **direito à autodeterminação**. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

2. Para a consecução de seus objetivos, todos os povos **podem dispor livremente se suas riquezas e de seus recursos naturais**, sem prejuízo das obrigações decorrentes da cooperação econômica internacional, baseada no princípio do proveito mútuo, e do Direito Internacional. Em caso algum, poderá um povo ser privado de seus meios de subsistência.



3. Os Estados Partes do presente Pacto, inclusive aqueles que tenham a responsabilidade de administrar territórios não-autônomos e territórios sob tutela, deverão promover o exercício do direito à autodeterminação e respeitar esse direito, em conformidade com as disposições da Carta das Nações Unidas.

↪ art. 4º: derrogação temporária do PIDCP

ARTIGO 4

1. Quando situações excepcionais ameacem a existência da nação e sejam proclamadas oficialmente, os Estados Partes do presente Pacto podem adotar, na estrita medida exigida pela situação, medidas que suspendam as obrigações decorrentes do presente Pacto, DESDE QUE tais medidas não sejam incompatíveis com as demais obrigações que lhes sejam impostas pelo Direito Internacional e não acarretem discriminação alguma apenas por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião ou origem social.

2. A disposição precedente não autoriza qualquer suspensão dos artigos 6, 7, 8 (parágrafos 1 e 2) 11, 15, 16, e 18.

3. Os Estados Partes do presente Pacto que fizerem uso do direito de suspensão devem comunicar imediatamente aos outros Estados Partes do presente Pacto, por intermédio do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, as disposições que tenham suspenso, bem como os motivos de tal suspensão. Os Estados partes deverão fazer uma nova comunicação, igualmente por intermédio do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, na data em que terminar tal suspensão.

↪ art. 6º: direito à vida e a aplicação restrita da pena de morte

Artigo 6º

1. O direito à vida é inerente à pessoa humana. Esse direito deverá ser protegido pela lei. Ninguém poderá ser arbitrariamente privado de sua vida.

2. Nos países em que a pena de morte não tenha sido abolida, esta poderá ser imposta apenas nos casos de crimes mais graves, em conformidade com legislação vigente na época em que o crime foi cometido e que não esteja em conflito com as disposições do presente Pacto, nem com a Convenção sobre a Prevenção e a Punição do Crime de Genocídio. Poder-se-á aplicar essa pena apenas em decorrência de uma sentença transitada em julgado e proferida por tribunal competente. (...)

4. Qualquer **condenado à morte** terá o direito de pedir indulto ou comutação da pena. A anistia, o indulto ou a comutação da pena poderá ser concedido em todos os casos.

5. A pena de morte **NÃO** deverá ser imposta em casos de **crimes cometidos por pessoas menores de 18 anos, nem aplicada a mulheres em estado de gravidez.**



6. **NÃO** se poderá invocar disposição alguma do presente artigo para **retardar ou impedir a abolição da pena de morte por um Estado** Parte do presente Pacto.

↪ art. 8º: direitos humanos absolutos e a vedação ao trabalho forçado

Artigo 8

1. **NINGUÉM** poderá ser submetido à **escravidão**; a escravidão e o tráfico de escravos, em todos as suas formas, ficam proibidos.

2. **NINGUÉM** poderá ser submetido à **servidão**.

3. a) Ninguém poderá ser **obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios**; b) A alínea a) do presente parágrafo não poderá ser interpretada no sentido de proibir, nos países em que certos crimes sejam punidos com prisão e trabalhos forçados, o cumprimento de uma pena de trabalhos forçados, imposta por um tribunal competente; c) Para os efeitos do presente parágrafo, **não serão considerados "trabalhos forçados ou obrigatórios"**:

i) qualquer trabalho ou serviço, não previsto na alínea b) normalmente exigido de um indivíduo que tenha sido encarcerado em cumprimento de decisão judicial ou que, tendo sido objeto de tal decisão, ache-se em liberdade condicional;

ii) qualquer serviço de caráter militar e, nos países em que se admite a isenção por motivo de consciência, qualquer serviço nacional que a lei venha a exigir daqueles que se oponham ao serviço militar por motivo de consciência;

iii) qualquer serviço exigido em casos de emergência ou de calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade;

iv) qualquer trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais.

↪ art. 21: direito de reunião

Artigo 21

O **direito de reunião pacífica será reconhecido**. O exercício desse direito estará sujeito apenas às restrições previstas em lei e que se façam necessárias, em uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem pública, ou para proteger a saúde ou a moral pública ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.

↪ art. 40, 1: mecanismos de relatórios

ARTIGO 40



1. Os Estados partes do presente Pacto **comprometem-se a submeter RELATÓRIOS** sobre as medidas por eles adotadas para tornar efeitos os direitos reconhecidos no presente Pacto e sobre o processo alcançado no gozo desses direitos:

a) Dentro do prazo de um ano, a contar do início da vigência do presente pacto nos Estados Partes interessados;

b) A partir de então, sempre que o Comitê vier a solicitar.

↪ art. 41: mecanismo das comunicações interestatais

ARTIGO 41

1. Com base no presente Artigo, **todo Estado Parte do presente Pacto poderá declarar, A QUALQUER MOMENTO, que reconhece a competência do Comitê para RECEBER E EXAMINAR AS COMUNICAÇÕES** em que um Estado Parte alegue que outro Estado Parte não vem cumprindo as obrigações que lhe impõe o presente Pacto. As referidas comunicações **só serão recebidas e examinadas nos termos do presente artigo** no caso de serem apresentadas por um Estado Parte que houver feito uma declaração em que reconheça, com relação a si próprio, a competência do Comitê. O Comitê **não receberá comunicação alguma relativa a um Estado Parte que não houver feito uma declaração dessa natureza**. As comunicações recebidas em virtude do presente artigo estarão sujeitas ao procedimento que se segue:

RESUMO

DUDH

- É o principal instrumento do Sistema Global
- É a principal contribuição para a universalização da proteção ao ser humano.
- Núcleo: dignidade da pessoa humana.
- Consagra direitos de primeira e de segunda dimensão.
 - ↪ direitos de 1ª dimensão: arts. 1º ao 21 (consenso perante a comunidade internacional)
 - ↪ direitos de 2ª dimensão: arts. 22 ao 20 (discussão entre países de orientação capitalista e de orientação socialista).
 - ↪ direitos de 3ª dimensão: não há previsão direta (marco a partir do qual se desenvolveram).
- direitos albergados:



- ↵ direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal;
- ↵ proibição à escravidão e à servidão;
- ↵ proibição à tortura e ao tratamento cruel, desumano ou degradante;
- ↵ reconhecimento da personalidade jurídica (sujeito de direitos);
- ↵ direito à igualdade;
- ↵ proibição da prisão arbitrária;
- ↵ direito a justa e pública audiência perante um tribunal independente e imparcial;
- ↵ presunção de inocência;
- ↵ proteção à vida privada;
- ↵ liberdade de locomoção;
- ↵ direito de asilo (não invocável em caso de perseguição legitimamente motivada por crime de direito comum)
- ↵ direito a nacionalidade;
- ↵ direito de contrair matrimônio e fundar uma família;
- ↵ direito de propriedade;
- ↵ direito à liberdade de pensamento, consciência e religião;
- ↵ direito à liberdade de reunião e associação pacífica;
- ↵ direito de participação política (fazer parte do governo do país);
- ↵ garantia de acesso ao serviço público do país;
- ↵ direito segurança social;
- ↵ direito ao trabalho;
- ↵ direito ao repouso e lazer;
- ↵ direito a padrão de vida capaz de assegurar saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis;
- ↵ direito instrução (educação); e
- ↵ direito participar livremente da vida cultural.



○ Natureza Jurídica

↪ 1ª corrente: não constitui documento vinculativo, pois a DUDH trata da declaração de direitos, sem mecanismos de fiscalização ou de implementação.

↪ 2ª corrente (prevalece): possui caráter vinculante, pois:

- A DUDH constitui **interpretação autorizada da Carta das Nações Unidas** (art. 1º, item 3 e art. 55) e, por esse motivo, possui força jurídica vinculante.
- A DUDH constitui norma jurídica vinculante porque **integra o direito costumeiro e os princípios gerais de direito**, pois **(a) as constituições** – a exemplo da do Brasil – incorporaram preceitos da DUDH no texto; **(b) a ONU**, em seus diversos documentos, faz remissões ao seu texto, alertando para o seu caráter obrigatório; e **(c) várias decisões proferidas pelas diversas cortes internacionais referem-se à DUDH como fonte do direito.**

○ preâmbulo

↪ A dignidade – núcleo da DUDH – decorre da mera condição humana e independe de concessão política da sociedade.

↪ As atrocidades decorrentes das Guerras Mundiais foram determinantes para o processo de internacionalização dos Direitos Humanos.

↪ A comunidade deve se esforçar para criar meios de implementação dos direitos previstos na Declaração, entre os quais a educação e o ensino em direitos humanos.

○ princípio da igualdade

↪ consagrado na DUDH o princípio da igualdade formal (igualdade na lei); e

↪ consagrado o princípio da igualdade material (igualdade perante a lei ou isonomia)

○ princípio/direitos humanos essenciais

↪ Princípio da igualdade

↪ Direito à vida

↪ Direito à liberdade

↪ Direito à segurança

↪ Direito à propriedade

○ para a doutrina especializada em direitos humanos a vedação à tortura e à escravidão constituem direitos humanos absolutos.

○ garantias processuais da DUDH



- ↪ devido processo legal
- ↪ vedação à prisão/detenção/exílio arbitrários
- ↪ igualdade no processo
- ↪ imparcialidade do julgador
- ↪ publicidade dos atos processuais
- ↪ princípio da presunção de inocência
- ↪ princípio da irretroatividade da lei penal (* na CF temos o princípio da irretroatividade penal maléfica)

○ direito de ir e vir

- ↪ direito de transitar pelo país
 - ↪ direito de deixá-lo livremente
 - ↪ direito de regressar ao país quando desejar

○ direito de asilo

- ↪ prerrogativa conferida à pessoa que é alvo de perseguição política, racial ou por convicções religiosas em seu país de origem, de ser protegida por outros países.
- ↪ não poderá ser invocado o direito de asilo em:
 - crimes de direito comum; e
 - atos contrários aos propósitos e princípio das Nações Unidas.

○ direito de reunião:

- ↪ conceito: manifestação coletiva de uma liberdade de expressão, exercitada por meio de uma associação transitória por um grupo de pessoas, com a finalidade de trocar ideias, de promover a defesa de interesses comuns e de efetuar a publicidade de problemas e de determinadas reivindicações.
- ↪ segundo os doutrinadores, o direito de reunião é, ao mesmo tempo:
 - um direito individual - em relação a cada um de seus participantes; e
 - um direito coletivo - no tocante a seu exercício conjunto.

○ direitos trabalhistas previstos na DUDH

- ↪ Direito ao trabalho (em termos genéricos)
- ↪ Liberdade de escolha do emprego



- ↗ Condições justas e favoráveis de trabalho
- ↗ Proteção contra o desemprego
- ↗ Igualdade de remuneração para igual trabalho
- ↗ Direito à remuneração justa e satisfatória
- ↗ Liberdade de associação em sindicatos
- ↗ Direito à repouso e lazer
- ↗ Direito à jornada limitada
- ↗ Direito a férias remuneradas.

○ direito à instrução

- ↗ grau elementar: gratuita e obrigatória
- ↗ grau fundamental: gratuita
- ↗ grau técnico-profissional: acessível a todos
- ↗ grau superior: acessível a todos e baseada no mérito

○ direitos culturais:

- ↗ O primeiro deles aborda o direito de livre participação na vida cultural, nas artes e no processo científico.
- ↗ O segundo diz respeito à garantia dos interesses morais (subjetivos) e materiais (objetivos) relativos à produção cultural.

Pactos de 1966

○ orientação dos Pactos:

- ↗ Direitos Liberais: Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (autoaplicável)
- ↗ Direitos Sociais: Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais (aplicação progressiva).

○ International Bill of Rights: conjunto de diplomas internacionais formados pela:

- ↗ Declaração Universal de Direitos Humanos;
- ↗ Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; e
- ↗ Pacto Internacional dos direitos Sociais, Econômicos e Culturais.



* esses documentos formam as convenções comuns do sistema global, ao lado de convenções específicas, que tratam de determinados grupos vulneráveis (mulher, negro, deficientes, crianças etc.).

○ influências:

↳ influência capitalista

- Pugnou pela cisão dos direitos civis e políticos (autoaplicáveis) dos direitos sociais, econômicos e culturais (normas programáticas), como forma de não se vincular, de forma direta, a observância dos preceitos estabelecidos.
- Criou-se regramento específico com mecanismos de fiscalizações mais flexíveis em relação aos direitos sociais, econômicos e culturais.

↳ influência socialista

- Entendia pela necessidade de trato conjunto dos direitos civis e políticos e dos direitos sociais, econômicos e culturais, sob o argumento da indivisibilidade dos Direitos Humanos, bem como pelo fato de que, embora programáticos, os direitos de segunda dimensão devem ser autoaplicáveis.

PIDCP

○ disciplina de direitos de primeira dimensão;

○ caracterizam-se pela autoaplicabilidade;

○ direitos albergados:

↳ igualdade entre homens e mulheres;

↳ vida;

↳ proibição de tortura e de penas ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes;

↳ proibição de escravidão, de servidão e de submissão a trabalho forçado;

↳ liberdade e segurança pessoal;

↳ integridade do preso;

↳ não prisão por descumprimento de obrigação contratual;

↳ direito de circulação;

↳ juízo natural;

↳ presunção de inocência;

↳ tipicidade penal;



- ↪ personalidade jurídica;
- ↪ vida privada;
- ↪ liberdades de pensamento, consciência e religião;
- ↪ liberdade de expressão;
- ↪ direito de reunião;
- ↪ direito de associação, inclusive constituir sindicatos;
- ↪ proteção à família;
- ↪ proteção à criança;
- ↪ direito de participação política;
- ↪ igualdade perante a lei e igual proteção da lei; e
- ↪ proteção às minorias.

○ autodeterminação dos povos:

- ↪ liberdade para definição do estatuto jurídico
- ↪ liberdade para decidir a respeito do desenvolvimento econômico, social e cultural.

○ efetividade dos direitos: cada Estado-membro deverá:

- **respeitar e garantir os direitos** previstos, sem discriminações;
- **adotar medidas** destinadas a tornar efetivos os direitos; e
- **criar recursos** efetivos contra as violações perpetradas.

○ derrogação das regras do PIDCP:

- ↪ em regra, não há possibilidade de suspensão das regras do Pacto.
- ↪ existem **duas hipóteses** excepcionais em que é permitida a **derrogação temporária** das obrigações decorrentes do Pacto:

1ª hipótese: decretação de Estado de emergência; e

2ª hipótese: quando necessário à segurança nacional ou à ordem pública.

- ↪ são inderrogáveis em quaisquer hipóteses:

- ✓ direito à vida;



- ✓ vedação à tortura;
- ✓ vedação à escravidão, servidão ou trabalhos forçados;
- ✓ vedação à prisão do depositário infiel;
- ✓ princípio da anterioridade penal, da vedação à aplicação da *lex gravior* e aplicação da lei considerada mais benéfica ao condenado;
- ✓ reconhecimento da personalidade jurídica; e
- ✓ liberdade de pensamento, de consciência e de religião.

○ vedação à interpretação restritiva de direitos:

↳ 1ª REGRA: não é admitida interpretação capaz de abolir ou restringir direito assegurado no PIDCP.

↳ 2ª REGRA: a legislação interna do país não poderá ser aplicada se prever regras menos favoráveis que as constantes do Pacto.

○ vedação à pena de morte

↳ segundo a redação do PIDCP

- admitida para os crimes mais graves
- conforme a legislação vigente

↳ segundo a redação do 2º Prot. Facultativo ao PIDCP

- já adotada pelo estado
- em tempo de guerra
- condenação por infração penal de natureza militar de gravidade extrema

○ trabalho forçado

↳ regra: vedado

↳ exceção: países que tenham adotado internamente a prática a encarcerados

↳ não se considera como trabalho forçado

- prestação de serviço militar
- serviço exigido em caso de emergência ou de calamidade pública
- trabalho que faça parte de obrigações cívicas normais

○ direitos humanos absolutos

↳ vedação à tortura; e

↳ vedação à escravidão.

○ garantias penais



- ↪ Veda-se a prisão/detenção de forma arbitrária.
- ↪ Ao ser presa a pessoa deve ser informada das razões da prisão, bem como informada do teor da acusação.
- ↪ A pessoa presa acusada de crime deve ser julgada por juiz, com regular função judicial, que deverá analisar o processo em tempo razoável.
- ↪ A prisão preventiva não pode constituir a regra geral.
- ↪ Os presos devem ser tratados com humanidade e dignidade.
- ↪ Presos preventivos ou provisórios não podem ocupar mesmo espaço de presos condenados definitivamente.
- ↪ Os adolescentes internados não podem permanecer no mesmo local dos presos adultos.
- ↪ vedação à prisão do depositário infiel
 - entendimento atual do STF é fundado no Pacto de San José da Costa Rica
 - contudo, o PIDCP já previa tal vedação no âmbito do Sistema Global

○ Direitos e Garantias processuais

- ↪ tratamento igualitário entre as partes
- ↪ direito de ser ouvida publicamente
- ↪ julgamento pelo juiz natural
- ↪ atuação independente e imparcial do Juiz
- ↪ presunção de inocência
- ↪ deve ser informado da natureza da prisão e dos motivos
- ↪ ampla defesa
- ↪ contraditório
- ↪ defesa técnica
- ↪ celeridade
- ↪ duplo grau de jurisdição
- ↪ indenização em caso de erro judicial
- ↪ vedação ao bis in idem



- ↳ princípio da legalidade penal

- ↳ princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa e da retroatividade da lei penal mais benéfica ao réu.

○ princípios

- ↳ princípio da anterioridade penal,

- ↳ princípio da vedação à lex gravior

- ↳ aplicação da lei considerada mais benéfica ao condenado.

○ hipóteses em que o princípio da publicidade poderá ser mitigado:

- ↳ moral pública

- ↳ ordem pública

- ↳ segurança nacional

- ↳ interesse de menores

- ↳ controvérsia matrimonial

- ↳ tutela de menores

○ o PIDCP assegura expressamente a liberdade

- ↳ de pensamento

- ↳ de consciência

○ DIREITOS POLÍTICOS

- ↳ direito de participar dos assuntos políticos do Estado

- ↳ direito de votar e de ser votado

- ↳ direito de acessar as funções públicas de religião

○ Comitê:

- ↳ Eleição secreta de 18 membros entre os nacionais dos países membros do PIDCP (cada Estado poderá indicar dois candidatos).

- ↳ Não é admitido dois nacionais de mesma nacionalidade no Comitê.

- ↳ O mandato é de 4 anos, admitida a reeleição.



↳ Gera vacância do cargo: deixar de atuar, morte ou renúncia.

↳ Uma das principais atribuições do Comitê é a análise dos relatórios. Os Estados membros comprometem-se a submeter relatórios ao Comitê anualmente e sempre que solicitado pelo órgão.

↳ Outra função importante do Comitê é analisar as comunicações interestatais, instrumento que permite que um Estado-parte denuncie o descumprimento das regras do PIDCP por outro Estado-parte. É importante registrar que o Estado deverá previamente declarar a aceitação desse mecanismo para que a comunicação seja recebida. Se esse documento não estiver depositado na ONU, não será admitida a comunicação interestatal.

○ Mecanismos de fiscalização:

↳ relatórios

- enviados pelos Estados-membros indicando o cumprimento das normas do PIDCP
- são enviados anualmente ou sempre que solicitado pelo Comitê
- a partir do relatório, o Comitê fará relatório com comentários sobre a implementação e progressos obtidos

↳ comunicações interestatais.

○ Protocolos Facultativos

↳ Primeiro Protocolo Facultativo: mecanismo de petições individuais

↳ Segundo Protocolo Facultativo: vedação à pena de morte

- embora o segundo protocolo tenha vedado a pena de morte, admite a reserva em duas situações (no momento da adesão):
 - Guerra declarada
 - Condenação por infração penal de gravidade extrema

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi uma aula extensa e de suma importância. Estude a DUDH com muito cuidado. Esse é um documento essencial para qualquer prova de Direitos Humanos.

Bons estudos a todos!

Ricardo Torques

rst.estrategia@gmail.com

<https://www.facebook.com/direitoshumanosparaconcursos>



QUESTÕES COM COMENTÁRIOS

Declaração Universal dos Direitos Humanos

FCC

1. (FCC/Pref. Recife/2022) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda que, como diz o nome, proclame direitos, também estabelece expressamente que todos os seres humanos têm deveres para com

- A) o planeta terra, para garantir condições de sobrevivência às gerações futuras.
- B) a pátria, espaço privilegiado de exercício da igualdade, fraternidade e liberdade.
- C) o Estado, por meio do qual as pessoas humanas têm preservados seus direitos.
- D) os povos estrangeiros, participando de ações solidárias sempre que sua dignidade esteja ameaçada.
- E) a comunidade fora da qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade não é possível.

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. A DUDH prevê de forma expressa no art. 29 os deveres de todo ser humano para com a comunidade. Veja:

Artigo 29:

"1. Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

2. (FCC/Pref. Recife/2022) A Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos referem-se à religião para, expressamente,

- A) afirmar que seus princípios de direitos humanos, em caso de conflito, sempre prevalecem sobre os princípios religiosos.
- B) declarar que a liberdade de manifestar a própria religião não poderá se sujeitar a limitações por parte das leis internas de cada país.
- C) afirmar que será proibida por lei qualquer apologia ao ódio religioso que constitua incitamento à hostilidade.
- D) declarar que o Estado deve ser laico, não devendo se orientar em qualquer hipótese por preceitos religiosos.
- E) reconhecer o dever do Estado em garantir com plenitude o direito de acesso do cidadão a cultos e práticas religiosas de sua escolha.

Comentários



A **alternativa A** está incorreta. Não há esta previsão em nenhum dos documentos citados.

A **alternativa B** está incorreta. O art. 18.3 do Pacto afirma que as manifestações de religião ou crença se sujeitam a limitações previstas em lei que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. O art. 20 do Pacto proíbe qualquer apologia do ódio religiosos que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade ou à violência.

A **alternativa D** está incorreta. Não há nos documentos a previsão de laicidade para os Estados.

A **alternativa E** está incorreta. Não há previsão nos documentos para que o Estado tome medidas positivas. A liberdade religiosa é direito de 1ª dimensão que reclama abstenção do Estado. Veja o texto do art. 18 do Pacto.

Art. 18 - ninguém poderá ser submetido a medidas coercitivas que possam restringir a sua liberdade de ter ou de adotar uma religião ou crença de sua escolha.

3. (FCC/Pref. Recife/2022) É exemplo de situação fática de violação de um direito social e/ou econômico a condição de

- A) uma pessoa impedida de escolher seus governantes por meio de eleições periódicas e legítimas.
- B) um idoso sem condições de trabalhar e excluído de qualquer benefício previdenciário ou assistencial.
- C) uma pessoa que não pode circular pelas ruas pelo risco de ser vítima de bala perdida.
- D) um preso assassinado por facções criminosas dentro do sistema penitenciário.
- E) uma pessoa que, em razão de ser mulher e negra, não consegue oportunidade de emprego.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Trata-se de violação aos direitos civis da pessoa.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. O direito a previdência social e a proteção aos desamparados são sim direitos sociais que devem ser respeitados.

A **alternativa C** está incorreta. Trata-se de direito a segurança pública que não se caracteriza como direito social.

A **alternativa D** está incorreta. Neste caso houve violação do direito à vida do preso, mas também não se pode caracterizar como direito social.

A **alternativa E** está incorreta. Aqui viola-se a igualdade não sendo também violação de direito social.

4. (FCC/DPE-SC - 2017) Os Direitos Civis e Políticos foram reconhecidos no sistema global de direitos humanos pelo Pacto Internacional pelos Direitos Civis e Políticos. O Brasil é signatário deste pacto



- a) sendo somente as comunicações interestaduais aplicadas em nosso país.
- b) que tem o direito de reunião pacífica consagrado e tornou-se um direito humano sem restrições.
- c) cujo primeiro protocolo facultativo tratou da abolição da pena de morte, protocolo este assinado pelo Estado Brasileiro, com a ressalva prevista em nosso texto constitucional.
- d) que entrou em vigor somente em 1976, após 35 ratificações.
- e) que, de maneira inovadora, já previu na sua origem o sistema de peticionamento individual ao Comitê.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Aplica-se também o recebimento de petições individuais.

A **alternativa B** está incorreta. De fato, o PIDCP consagra o direito de reunião pacífica, mas o próprio Pacto, em seu texto, já estabelece que o direito estará sujeito às restrições previstas em lei (art. 21).

A **alternativa C** está incorreta. Foi apenas o segundo protocolo facultativo (1989) que aboliu a pena de morte.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos foi aprovado em 16 de dezembro de 1966 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e aberto à adesão dos Estados.

De acordo com o art. 49, o Pacto entrou em vigor na ordem jurídica internacional três meses depois do depósito do trigésimo quinto instrumento de ratificação, o que aconteceu em 23 de março de 1976.

ARTIGO 49

1. O presente Pacto entrará em vigor três meses após a data do depósito, junto ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, do trigésimo-quinto instrumento de ratificação ou adesão.

A **alternativa E** está incorreta. O sistema de peticionamento individual foi criado em protocolo facultativo. Logo, não foi criado na sua origem.

5. (FCC/DPE-ES - 2016) A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948

- a) não tratou do direito à instrução, como direito à educação.
- b) proibiu a pena de morte.
- c) restringiu-se aos direitos civis e políticos por se tratar de um documento inaugural.
- d) não tratou do direito ao voto, por se tratar de um direito político não reconhecido por todos os Estados signatários.
- e) consolida a ética universal e, combinando o valor da liberdade com o da igualdade, enumera tanto os direitos civis e políticos quanto os direitos econômicos sociais e culturais.

Comentários



A **alternativa A** está incorreta. A DUDH em seu art. 26 trata do direito à instrução.

A **alternativa B** está incorreta. A DUDH prevê em seu art. 3º, o direito à vida, liberdade e segurança, mas sem regular a pena de morte.

A **alternativa C** está incorreta. A DUDH não se restringiu aos direitos civis e políticos, combinou o discurso liberal da cidadania com o discurso social.

A **alternativa D** está incorreta. A DUDH em seu art. 21, §3º, trata do direito ao voto.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. A ética universal procura adotar uma concepção comum dos direitos e liberdades fundamentais para que todos os seres humanos sejam plenamente respeitados. Além disso, a Declaração Universal de 1948 combina o discurso liberal com o discurso social, elencando tanto direitos civis e políticos, como direitos sociais, econômicos e culturais. Os direitos civis e políticos estão enumerados nos artigos 3 ao 21, e os direitos econômicos, sociais e culturais nos artigos 22 em diante, de modo geral.

FGV

6. (FGV/PCAM/2022) Antônio e Pedro, estudiosos do Direito Internacional Público, travaram intenso debate a respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), instituída pela Resolução nº 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948.

Por fim, alcançaram as seguintes conclusões:

- I. a DUDH é um tratado internacional, integrando o direito internacional público convencional;
- II. a DUDH é conceitualmente distinta do jus cogens, não influenciando no seu surgimento e não sendo por ele afetada;
- III. a DUDH exorta a unidade dos direitos humanos, que devem ser observados tanto na dimensão das liberdades, como na perspectiva da fruição de direitos prestacionais.

Está correto o que se conclui em

- A) II e III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I, II e III.
- D) I, apenas.
- E) III, apenas.

Comentários

O **item I** está incorreto. Como vimos em aula a DUDH é uma resolução e não um tratado.

O **item II** está incorreto. No direito internacional, os Direitos Humanos são considerados como norma imperativa em sentido estrito (jus cogens), que significa que os Direitos Humanos contêm um conjunto de



valores considerados essenciais para a comunidade, de maneira que possuem superioridade normativa em relação às demais normas internacionais. Embora não seja um tratado para corrente majoritária a declaração possui caráter jurídico.

O **item III** está correto. A DUDH traz direitos de primeira e de segunda dimensão.

Estrutura da DUDH		
Dimensão de Direitos	Artigos	Discussão
<u>1ª Dimensão dos Direitos Humanos</u>	Artigo 1º ao artigo 21	Consenso na comunidade internacional.
<u>2ª Dimensão dos Direitos Humanos</u>	Artigo 22 ao artigo 30	Houve discussão – em especial entre EUA X URSS – porém prevaleceu a tese de proteção a esses direitos.
<u>3ª Dimensão dos Direitos Humanos</u>	Não há previsão direta, mas apenas algumas referências ao longo do texto.	Os direitos dessa geração foram concebidos mais tarde, razão pela qual não constam da DUDH.

Assim, A **alternativa E** está correta.

7. (FGV/DPE-RJ - 2019) O trabalho escravo é uma das mais graves formas de violação de direitos humanos. Essa prática revela como uma mesma situação pode violar diferentes tipos de direitos. Diante disso, a Declaração dos Direitos Humanos de Viena (1993) – afirmou que todos os direitos humanos devem ser considerados:

- (A) universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados;
- (B) naturais, positivos, nacionais e internacionais;
- (C) civis, políticos, morais e existenciais;
- (D) individuais, coletivos e transgeracionais;
- (E) morais, legais e constitucionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois de acordo com a Declaração dos Direitos Humanos de Viena:

5. Todos os Direitos Humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados. A comunidade internacional deve considerar os Direitos Humanos, globalmente, de forma justa e equitativa, no mesmo pé e com igual ênfase. Embora se deva ter sempre presente o significado das especificidades nacionais e regionais e os diversos antecedentes históricos, culturais e religiosos, compete aos Estados, independentemente dos seus sistemas políticos, econômicos e culturais, promover e proteger todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais.



8. (FGV/DPE-RJ - 2019) Após a II Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas, e uma de suas primeiras atividades foi aprovar uma Declaração de Direitos Humanos que vinculasse o conceito e a ideia desses direitos a valores fundamentais afirmados na modernidade. Isso fica expresso no próprio preâmbulo da Declaração de 1948 ao afirmar que:

- (A) os direitos humanitários limitam os efeitos de conflitos armados para proteger pessoas que não participam ou que deixaram de participar das hostilidades da guerra;
- (B) o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;
- (C) os direitos humanos devem ser reconhecidos e expressos pelo lema "o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim";
- (D) os estados nacionais somente poderão viver em paz e apreço mútuo de seus cidadãos na medida em que respeitem os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade;
- (E) a soberania é o valor maior a ser protegido nas relações internacionais, pois é ela que permite a verdadeira autodeterminação de povos livres.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. De acordo com o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem, *"considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo"*.

Outras Bancas

9. (Instituto AOCP/PCPA/2021) Os direitos humanos constituem matéria cuja tutela não se reserva unicamente ao âmbito doméstico dos Estados nacionais, mas também ocupa lugar na agenda da comunidade internacional. Sobre a teoria contemporânea dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- A) Os Direitos Humanos de defesa relacionam-se com a prerrogativa de a pessoa solicitar uma conduta ativa do Estado a fim de promover seus direitos fundamentais.
- B) Pode-se afirmar que a concepção contemporânea de Direitos Humanos é marcada pela universalidade e pela divisibilidade desses direitos.
- C) Pode ser conferida interpretação aos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) de forma que o exercício de um direito ali previsto anule ou restrinja o exercício de outro, destruindo esse último direito.
- D) Positivistas como Hans Kelsen e Alf Ross afirmam que os direitos humanos são direitos inatos à pessoa, que decorrem da sua própria condição de ser humano.
- E) A partir de um resgate da visão kantiana, a única condição exigida para que alguém seja titular de Direitos Humanos é sua condição de ser humano.

Comentários



A **alternativa A** está incorreta. Os direitos de defesa são de 1ª geração exigindo um não fazer do Estado.

A **alternativa B** está incorreta. Os direitos Humanos são marcados pela universalidade e pela indivisibilidade.

A **alternativa C** está incorreta. Neste caso deve-se fazer a ponderação de interesses.

A **alternativa D** está incorreta. A ideia de direito inato é ligada ao jusnaturalismo e Kelsen e Alf Ross defendiam a ideia positivista dos direitos humanos.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. É essa a ideia esculpida logo no primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

10. (IBFC/PM-SE - 2018) Com relação ao Histórico dos Direitos Humanos, em particular, em atenção ao preceituado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, assinale a alternativa que não corresponde ao texto da citada Declaração:

a) Toda a pessoa acusada de um ato delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.

b) Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

c) Diante da necessidade de se reprimir os crimes, será admitida a possibilidade de imposição de pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o ato delituoso foi cometido.

d) Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Comentários

A questão é literal e pede a alternativa que não corresponde ao texto da DUDH. De acordo com a Declaração (Artigo XI, 2): “Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso”.

Assim, a **alternativa C** está incorreta e é o gabarito da questão.

Vejamos as demais alternativas:

A **alternativa A** está correta. De acordo com o Artigo XI, 1: “Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa”.

A **alternativa B** está correta. De acordo com o Artigo XIII, 2: “Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”.



A **alternativa D** está correta. De acordo com o Artigo XV, 2: “Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade”.

11. (SELECON/DEPENMG/2022) “Em pleno século 21, há notícias de resgate de trabalhadores que se sujeitam a trabalhos forçados e condições degradantes em razão da precariedade da situação econômica e social que alcança esse grupo de trabalhadores.”

(Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardosakamoto/2021/10/07/resgates-de-escravizados-ja-batem-os-de-2020-e-ganham-a-cara-da-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 29/11/2021).

Nesse passo, os países signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos - Resolução 217- A (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1948, ao permitirem a sujeição do ser humano a trabalhos forçados e condições degradantes:

- A) contrariam regras e/ou recomendações previstas na respectiva Declaração
- B) não contrariam regras e/ou recomendações previstas na respectiva Declaração pela ausência da totalidade de anuência dos países membros signatários desse documento
- C) podem contrariar regras e/ou recomendações previstas na respectiva Declaração no caso de declaração de guerra envolvendo os países membros signatários desse documento
- D) não contrariam regras e/ou recomendações previstas na respectiva Declaração em razão da vigência temporária dessa Declaração limitada ao período do pós-guerra

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Os artigos IV e V da DUDH vedam a escravidão e o tratamento degradante.

Artigo IV

NINGUÉM será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão PROIBIDOS EM TODAS AS SUAS FORMAS.

Artigo V

NINGUÉM será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

12. (SELECON/DEPENMG/2022) “O Observatório Sírio para os Direitos Humanos, um grupo de monitoramento com base no Reino Unido e uma rede de fontes na Síria, registrou a morte de 387.118 pessoas até dezembro de 2020, entre elas 116.911 civis. O número de mortos não incluiu as 205.300 pessoas que estavam desaparecidas e presumidamente mortas, entre eles 88 mil civis que teriam morrido em prisões administradas pelo governo onde se praticava entre eles tortura.”

(Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56378202> - adaptado)



Com relação aos países membros signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos - Resolução 217-A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1948, a prática de tortura, de penas ou de tratamentos degradantes em seres humanos, com base nas regras e/ou recomendações contidas nessa Declaração, é:

- A) vedada em qualquer hipótese
- B) permitida apenas na hipótese de guerra civil
- C) permitida apenas na hipótese de calamidade pública
- D) permitida apenas na hipótese de mudança de regime político

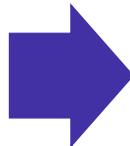
Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. O artigo V veda a tortura, tratamento cruel e degradante. Essa vedação, na visão da doutrina majoritária, é absoluta.

Artigo V

NINGUÉM será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

PARA A DOCTRINA ESPECIALIZADA EM
DIREITOS HUMANOS



a vedação à tortura e à escravidão
constituem direitos humanos **absolutos**

13. (FUMARC/PCMG/2022) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), é **CORRETO** afirmar que todo ser humano tem direito

- A) à liberdade de pensamento, sendo vedado o anonimato.
- B) à liberdade de reunião e associação pacífica, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- C) à propriedade, que atenderá sua função social.
- D) a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Comentários

Perceba que a questão tenta confundir o candidato mesclando texto da constituição e da DUDH.

A **alternativa A** está incorreta. A DUDH não cita a vedação ao anonimato.

Artigo XVIII

Todo ser humano tem direito à **liberdade de pensamento, consciência e religião**; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.



A **alternativa B** está incorreta. O artigo não fala sobre a interferência estatal.

Artigo XX

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação **pacíficas**.
2. **NINGUÉM** pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

A **alternativa C** está incorreta. A DUDH não fala em função social é a constituição que cita.

Artigo XVII

1. Toda pessoa tem **direito à propriedade**, só ou em sociedade com outros.
2. **NINGUÉM** será **arbitrariamente privado de sua propriedade**.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. É o texto previsto no artigo XXIV.

Artigo XXIV

Todo ser humano tem **direito a repouso e lazer**, inclusive a **limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas**.

14. (FUMARC/PCMG/2022) Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é correto afirmar, EXCETO:

- A) No âmbito do direito interno brasileiro, a Declaração de 1948 serviu de paradigma para a Constituição Federal de 1988, o que demonstra que o direito constitucional brasileiro atual está em perfeita consonância com o sistema internacional de proteção dos direitos humanos.
- B) O propósito da Declaração, como proclama seu preâmbulo, é promover o reconhecimento universal dos direitos humanos e das liberdades fundamentais a que faz menção a Carta da ONU.
- C) Sua importância histórica reside no fato de consagrar a ótica contratualista liberal, pela qual os direitos humanos se reduzem aos direitos à liberdade, segurança e propriedade, complementados pela resistência à opressão.
- D) Tem servido de paradigma e de referencial ético para a conclusão de inúmeros tratados internacionais de direitos humanos, tanto do sistema global como dos contextos regionais.

Comentários

A **alternativa A** está correta. Realmente a Declaração serviu de paradigma para a Constituição Federal de 1988.

A **alternativa B** está correta. Veja um trecho do preâmbulo:



A Assembleia Geral proclama

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

A **alternativa C** está incorreta e é o gabarito da questão. Durante sua elaboração houve consenso da comunidade internacional quanto à necessidade de prever direitos de primeira dimensão, os seja, os direitos de liberdade, abrangendo os direitos civis e políticos. Contudo, no que diz respeito aos direitos sociais, econômicos e culturais - direitos de segunda dimensão dos Direitos Humanos - houve grande divergência política à época mas ao final foram incluídos.

A **alternativa D** está correta. A DUDH é o principal instrumento do Sistema Global e a principal contribuição para a universalização da proteção ao ser humano.

15. (Instituto Consulplan/Pref. Caeté/2022) “Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.”

Tal afirmação encontra-se na:

- A) Reforma Trabalhista de 2017.
- B) Constituição Federal de 1988.
- C) Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).
- D) Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Comentários

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Trata-se da previsão do art. XXIII da DUDH.

Artigo XXIII

1. Todo ser humano tem **direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.**

16. (Instituto AOCP/PCPA/2021) A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 surge no pós-guerra como reação aos horrores vivenciados pelo mundo com as experiências nazi- fascistas. Dentre as seguintes alternativas, assinale a que NÃO representa uma garantia prevista nesse importante instrumento.

- A) Direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.



- B) Direito à prestação jurisdicional efetiva para defesa contra atos que violem direitos fundamentais.
- C) Direito de acesso à Corte Interamericana de Direitos Humanos em duplo grau de jurisdição no caso de ações propostas diretamente no Supremo Tribunal Federal.
- D) Direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
- E) Direito de contrair matrimônio e fundar uma família.

Comentários

A **alternativa A** está correta. Trata-se da previsão do artigo XIII da DUDH.

Artigo XIII

1. Todo ser humano tem **direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras** de cada Estado.
2. Todo ser humano tem o **direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.**

A **alternativa B** está correta. O art. VIII da DUDH garante a prestação jurisdicional efetiva.

Artigo VIII

Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

A **alternativa C** está incorreta e é o gabarito da questão. Não há esta previsão na DUDH.

A **alternativa D** está correta. A possibilidade de procurar asilo e suas exceções estão previstas no art. XIV da DUDH.

Artigo XIV

1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o **direito de procurar e de gozar asilo** em outros países.
2. Este direito **NÃO** pode ser invocado em caso de **perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum** ou por **atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.**

A **alternativa E** está correta. O direito de fundar família e contrair o matrimônio estão previsto no artigo XVI da DUDH. É preciso haver livre consentimento dos nubentes.



Artigo XVI

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o **direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento**, sua duração e sua dissolução.
2. O casamento **NÃO** será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

17. (IBFC/SEJUFPR/2021) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, é o primeiro texto jurídico internacional que apresenta uma lista completas dos Direitos Humanos. No que se refere a esse importante documento, assinale a alternativa correta.

- A) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada por 58 países, membros das Nações Unidas, teve 8 abstenções, 2 ausências e 3 votos contrários
- B) Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades
- C) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi elaborada no ano de 1968
- D) A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um instrumento jurídico que tem força de lei internacional, a que estão submetidas as nações que a aprovaram
- E) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi pensada para se realizar em duas fases: primeiramente com o desenvolvimento de uma verdadeira proteção internacional dos direitos humanos e, em seguida com a elaboração de um instrumento jurídico internacional que fosse efetivamente vinculante, que desenvolvesse a Declaração

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. A DUDH foi ratificada por 48 países e não 58.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. Essa ideia é enunciada no próprio preâmbulo do documento.

A Assembleia Geral proclama

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

A **alternativa C** está incorreta. A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH ou UDHR pela sigla em inglês), adotada pela Assembleia-Geral da ONU em 1948.



A **alternativa D** está incorreta. Como já vimos sua natureza jurídica é de resolução.

A **alternativa E** está incorreta. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada sob a forma de resolução, o que levou muitos estudiosos a afirmarem que o documento constituía mera carta de recomendações sem efeitos vinculantes. Contudo, outra corrente de pensamento, majoritária no Brasil e, hoje, de maior expressão na comunidade internacional, compreende que A DECLARAÇÃO POSSUI CARÁTER JURÍDICO

18. (IBADE/IAPENAC/2021) Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Resolução nº 217ª (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948, assinale a alternativa CORRETA.

A) Todo ser humano acusado de um ato delituoso será presumidamente culpado até que a sua inocência tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa (Artigo 11)

B) Todo ser humano poderá ser obrigado a fazer parte de uma associação (Artigo 20)

C) Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado (Artigo 9)

D) Somente os cidadãos capazes têm o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei (Artigo 6)

E) Todo ser humano estará sujeito à interferências do Poder Público em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência (Artigo 12)

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. É exatamente o contrário. Haverá presunção de inocência até que se prove o contrário.

Artigo XI

1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o **direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei**, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

A **alternativa B** está incorreta. Ninguém pode ser compelido a fazer parte de uma associação.

Artigo XX

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação **pacíficas**.

2. **NINGUÉM pode ser obrigado** a fazer parte de uma associação.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. É a previsão do artigo IX da DUDH.

Artigo IX



NINGUÉM será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

A **alternativa D** está incorreta. Todo ser humano será reconhecido como pessoas perante a lei. Não se exige nenhuma outra condição.

Artigo VI

Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

A **alternativa E** está incorreta. É exatamente o contrário, ninguém sofrerá interferência na sua vida privada.

Artigo XII

NINGUÉM será sujeito a **interferências na sua vida privada**, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

19. (IBADE/IAPENAC/2021) Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Resolução nº 217ª (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado (Art. 9º)
- B) Toda a pessoa acusada de um ato delituoso presume-se culpado até que se prove o contrário (Art. 11º §1)
- C) Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade, exceto por conflitos civis (Art. 17º §2)
- D) Todos deverão fazer parte de uma associação (Art. 20º §2)
- E) Todos têm direito a salário diferente por trabalho igual, devido a condições peculiares do indivíduo (Art. 23º §2)

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. É exatamente o texto legal.

Artigo IX

NINGUÉM será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

A **alternativa B** está incorreta. É exatamente o contrário. Haverá presunção de inocência até que se prove o contrário.

Artigo XI



1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o **direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei**, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

A **alternativa C** está incorreta. Não há a exceção afirmada na assertiva.

Artigo XVII

1. Toda pessoa tem **direito à propriedade**, só ou em sociedade com outros.
2. **NINGUÉM** será **arbitrariamente privado de sua propriedade**.

A **alternativa D** está incorreta. Ninguém pode ser compelido a fazer parte de uma associação.

Artigo XX

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação **pacíficas**.
2. **NINGUÉM** pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

A **alternativa E** está incorreta. A remuneração deve ser igual se o trabalho é igual.

Artigo XXIII

1. Toda pessoa tem **direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego**.
2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem **direito a igual remuneração por igual trabalho**.
3. Toda pessoa que trabalhe tem **direito a uma remuneração justa e satisfatória**, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Toda pessoa tem **direito a organizar sindicatos** e neles ingressar para proteção de seus interesses.

20. (IBADE/ISEAC/2021) Conforme preconiza o documento internacional de direitos humanos conhecido como W, a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais, sendo que todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social. Considerando essas informações, é certo que W se trata do documento conhecido como:

- A) Carta Magna de 1215.
- B) Bill of Rights de 1689.



- C) Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.
- D) Princípios Orientadores de Riad de 1990.
- E) Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade de 1990.

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. É a previsão do art. XXV item 2 da DUDH.

Artigo XXV

1. Todo ser humano tem direito a um **padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar**, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.
2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

21. (IBADE/ISEAC/2021) “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” é máxima ensinada pelo seguinte documento sobre Direitos Humanos:

- A) Carta do Rei João Sem Terra (1215).
- B) Declaração de direitos do homem e do cidadão (1789).
- C) Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).
- D) Declaração dos Direitos da Criança (1959).
- E) Princípios Orientadores de Riad (1990).

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. É a previsão do art. V da DUDH.

Artigo V

NINGUÉM será submetido à tortura, nem a **tratamento** ou **castigo cruel, desumano ou degradante**.

22. (IBADE/ISEAC/2021) A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê expressamente que, via de regra, todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar:

- A) asilo em outros países.
- B) refúgio nos Estados Unidos da América.
- C) proteção no Consulado da Organização das Nações Unidas em Sydney, na Austrália.



D) garantia de permanecer em silêncio caso seja processado por ato ilícito.

E) prerrogativa de foro caso seja processado por ato ilícito.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. É a previsão do art. XIV da DUDH.

Artigo XIV

1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o **direito de procurar e de gozar asilo** em outros países.

2. Este direito **NÃO** pode ser invocado em caso de **perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum** ou por **atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas**.

23. (IBFC/PM-BA - 2020) A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 foi elaborada pela extinta Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Ela era uma das etapas para uma futura elaboração de um “tratado internacional de direitos humanos” que acabou não acontecendo por conta da Guerra Fria. Procurou colocar a dignidade da pessoa humana como núcleo de todos os direitos humanos. Assim, sobre seu âmbito de proteção, assinale a alternativa correta.

a) Nem todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei

b) O exílio é permitido em determinadas situações

c) Reconhece a possibilidade da norma retroagir para prejudicar o réu

d) Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenha sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa

e) A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio censitário, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. O artigo VI da Declaração reconhece a todo ser humano o direito de ser reconhecido como pessoa perante a lei, em todos os lugares:

Artigo VI

Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

A **alternativa B** está incorreta. A Declaração veda o exílio no seu artigo IX:



Artigo IX

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

A **alternativa C** está incorreta. O parágrafo 2 do artigo XI da Declaração veda a imposição de pena mais forte do que aquela que era aplicável no momento do crime, o que significa que a norma posterior prejudicial ao réu não pode retroagir:

Artigo XI

2. **NINGUÉM** poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Esta é uma garantia estabelecida pelo parágrafo 1 do artigo XI da Declaração. É uma garantia processual essencial para os acusados de crimes: a presunção de culpabilidade:

Artigo XI

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

A **alternativa E** está incorreta. O erro da alternativa é afirmar que o sufrágio será censitário, quando o sufrágio é universal, conforme o parágrafo 3 do artigo XXI da Declaração:

Art. XXI

3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

24. (IBFC/CBM-BA - 2020) Em 10 de dezembro de 1948, em Paris, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou solenemente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que enumerou os direitos e liberdades fundamentais a que a Carta de São Francisco apenas havia feito referência genérica. Sobre a Declaração, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Declaração Universal procurou colocar a dignidade da pessoa humana como núcleo de todos os direitos humanos
- b) A Declaração Universal trata do direito do trabalho, à livre escolha do emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego
- c) A Declaração Universal trata do direito a um padrão digno de vida, em que restem assegurados saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis



d) A Declaração Universal por ter sido criada na França, só se aplica aos seus cidadãos

e) A Declaração Universal trata do direito à educação e do direito a participar livremente da vida cultural da comunidade

Comentários

A **alternativa A** está correta. A dignidade reconhecida a todos os homens é o núcleo que fundamenta a ideia de direitos humanos. Veja trecho das considerações da Declaração:

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

A **alternativa B** está correta. A Declaração reconhece uma série de direitos trabalhistas no seu artigo XXXIII:

Artigo XXIII

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

A **alternativa C** está correta. A Declaração reconhece o direito a um padrão de vida digno para todos os homens no parágrafo I do artigo XXV:

Artigo XXV

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

A **alternativa D** está incorreta e é o gabarito da questão. Na verdade, a Declaração se aplica a homens do mundo inteiro, conforme se infere da parte final do primeiro parágrafo das considerações:



Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

A **alternativa E** está correta. O artigo XXVI reconhece diversos direitos relacionados à educação, enquanto o artigo XXVII reconhece direito de participação cultural. Vamos ver este último:

Artigo XXVII

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

25. (Unifil/Pref Ângulo - 2020) A Assembleia Geral da ONU proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, a fim de que os indivíduos e todos os órgãos da sociedade se esforcem por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover o seu reconhecimento e a sua aplicação universal e efetiva, tanto entre as populações dos próprios Estados membros, como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição. De acordo com Art. 7, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise as assertivas e assinale a alternativa que não condiz com a lei.

I. Todos podem ter direitos iguais perante a lei.

II. Todos são iguais perante a lei.

III. Todos têm direito à igual proteção da lei, desde que não seja contra discriminação.

IV. Alguns têm direito à proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

V. Todos têm direitos garantidos desde que não apresente nenhuma deficiência.

a) Apenas I, III e IV.

b) Apenas II.

c) Apenas I, II, III, IV e V.

d) Todas estão incorretas.

Comentários

Vamos ver o que diz o artigo VII da Declaração:

Artigo VII

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.



A assertiva I está incorreta. Todos são iguais perante a lei. É uma determinação: é errado dizer que podem ser considerados iguais.

A assertiva II está correta. Todos são iguais perante a lei, de acordo com o texto expresso.

A assertiva III tem assertiva pouco clara e por isso a questão foi anulada. A princípio, todos são iguais perante a lei sem qualquer condição. Além disso, as pessoas devem ser tratadas sem qualquer discriminação. A condição posta na assertiva parece indicar que a lei deveria proteger a discriminação, o que estaria errado, mas a redação não é clara e por isso a banca optou por anular a questão.

A assertiva IV está incorreta. Todos são iguais perante a lei, não apenas alguns.

A assertiva V está incorreta. Todos são iguais perante a lei sem qualquer discriminação em razão de deficiência.

A questão foi **anulada** em razão da redação dúbia do item III.

26. (AOC/Pref Novo Hamburgo - 2020) Consoante a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- b) Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.
- c) A vontade do povo será a base da autoridade do governo. Essa vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.
- d) Todo ser humano vítima de perseguição, ainda que esta seja legitimamente motivada por crimes de direito comum, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
- e) A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Comentários

A **alternativa A** está correta. A Declaração proíbe a tortura e qualquer tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante no artigo V:

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

A **alternativa B** está correta. Há previsão na Declaração de ninguém será privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade, conforme o parágrafo 2 do artigo XV:

Artigo XV



2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

A **alternativa C** está correta. A vontade do povo é a base da autoridade governamental e é expressa por eleições com uma série de garantias:

Art. XXI.

3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

A **alternativa D** está incorreta e é o gabarito da questão. O asilo é para os homens que são vítimas de perseguição arbitrária. Se a perseguição é legítimo exercício de autoridade governamental, não há direito ao asilo. Veja:

Artigo XIV

Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

A **alternativa E** está correta. A Declaração traz regra expressa sobre a proteção à maternidade e à infância no seu artigo XXV:

Art. XXV

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

27. (AOC/Pref Novo Hamburgo - 2020) São princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

- a) dignidade, equidade e individualidade.
- b) igualdade, equidade e singularidade.
- c) dignidade, igualdade e liberdade.
- d) paz, pão e terra.
- e) terra, família e trabalho.

Comentários

Vejamos o primeiro parágrafo das considerações da Convenção:



Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Veja que a Convenção prevê expressamente a dignidade do homem (reconhecimento da dignidade), a igualdade (direitos iguais) e a liberdade (fundamento da liberdade). Portanto, a **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão.

28. (AOC/Pref Betim - 2020) A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê, no artigo III, que todo ser humano tem direito

- a) à vida, à liberdade e à democracia.
- b) à vida, à família e ao trabalho.
- c) à vida, à saúde e ao trabalho.
- d) à vida, à segurança pessoal e ao pleno emprego.
- e) à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Comentários

Observe o artigo III da Declaração:

Artigo III

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

O artigo garante a todo ser humano a vida, a liberdade e a segurança pessoal. Logo, a **alternativa E** é correta e é o gabarito da questão.

29. (CONSULPLAN/CDP - 2020) A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos DUDH, analise as afirmativas a seguir.

- I. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
- II. Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.
- III. Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I, II e III.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas,
- d) I e III, apenas.



e) II e III, apenas.

Comentários

A assertiva I está correta. Trata-se da previsão do artigo I da Declaração, assegurando a ampla liberdade e igualdade que são fundadas na razão e na consciência:

Artigo I

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

A assertiva II está correta. O artigo VII da Declaração reconhece o direito de todo ser humano de providenciar em juízo remédio para atos que violem seus direitos:

Artigo VIII

Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

A assertiva III está correta. A Declaração prevê a existência de uma ordem social internacional que garanta a todo ser humano os direitos previstos:

Artigo XXVIII

Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Todas as assertivas estão corretas. Nosso gabarito é a **alternativa A**.

30. (INSTITUTO EXCELÊNCIA/Pref Canoinhas - 2019) Sobre os direitos humanos analise as afirmativas abaixo.

I- O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.

II- No exercício deste direito e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.

III- Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente e aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Assinale a alternativa CORRETA.

a) Apenas I.



- b) Apenas II.
- c) Apenas II e III.
- d) I, II e III.
- e) Nenhuma das alternativas.

Comentários

A assertiva I está correta. A Declaração prevê os direitos do homem em relação à comunidade no seu artigo XXIX:

Artigo XXIX

1. Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

A assertiva II está correta. As limitações aos direitos e liberdades são as voltadas a satisfazer justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar da sociedade democrática, o que está previsto no parágrafo 2 do artigo XXIX:

Artigo XXIX

2. No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

A assertiva III está correta. Nenhum direito ou liberdade deve ser exercido de modo contrário aos objetivos e princípios das Nações Unidas:

Art. XXIX

3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Como todas as assertivas estão corretas, nosso gabarito é a **alternativa D**.

31. (UNIFIL/Pref Jardim Alegre - 2019) Nos termos do Art. 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Em alguns casos será feita a distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou território da naturalidade da pessoa.
- b) Não haverá distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.



- c) Não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.
- d) Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração.

Comentários

Vamos ver o artigo II da Declaração.

Artigo II

1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2 - Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

A **alternativa A** está incorreta e é o gabarito da questão. O parágrafo 2 veda qualquer distinção com fundamento em condição política, jurídica ou internacional do país ou território da pessoa.

A **alternativa B** está correta. A Declaração, no parágrafo 1 acima, veda a distinção em razão dessas características pessoais.

A **alternativa C** está correta. O parágrafo 2 veda a distinção fundada na condição jurídica do território a que pertença a pessoa.

A **alternativa D** está correta. Os direitos previstos na Declaração se aplicam a todos os seres humanos do mundo, pois é reconhecida a inerência a cada um da dignidade humana.

32. (INSTITUTO ACESSO/PC-ES - 2019) O artigo 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) prevê que todo ser humano tem direito a uma nacionalidade e que ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade. Não obstante, há em variados países populações que etnicamente são autoproclamadas “ciganas”. Estas se distinguem por não possuírem uma nacionalidade, embora reclamem tratamento digno diante de arbitrariedades a que podem ser sujeitas, como a que ocorreu, por exemplo, na França, por ocasião do mandato do presidente Sarkozy. O direito a essa identidade pode ser representado, em termos de suas garantias, considerando o que se prescreve no âmbito da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Assinale a alternativa correta que estabelece a relação descrita no enunciado com os direitos abrangidos na DUDH.



- a) Ninguém será sujeito a interferências em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção legal contra tais interferências ou ataques, salvo quando submetido a um julgamento justo.
- b) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade, liberdade e igualdade.
- c) Todo ser humano tem direito à liberdade de movimento e residência dentro das fronteiras de cada Estado. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.
- d) Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade formal jurídica.
- e) Todo ser humano tem capacidade para gozar dos direitos e das liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. O artigo XII da Declaração prevê a proteção da lei contra as ilicitudes mencionadas sem qualquer ressalva:

Artigo XII

Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

A **alternativa B** está incorreta. Conforme texto expresso do artigo I da Declaração, os seres humanos devem agir com espírito de fraternidade. Não há na Declaração uma repetição do lema da Revolução Francesa:

Artigo I

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

A **alternativa C** foi considerada incorreta. O texto expresso da Declaração faz menção à liberdade de locomoção, não à liberdade de movimento. Veja:

Artigo XIII

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.



A **alternativa D** foi considerada incorreta. A declaração afirma que todo ser humano será considerado pessoa, não pessoa jurídica:

Artigo VI

Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. A Declaração prevê no parágrafo 1 do seu artigo II ampla igualdade entre os seres humanos sem distinção por conta das características mencionadas:

Artigo II

1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

33. (CEFETMINAS/Pref B Vista MG - 2019) A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que ninguém

- a) será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, exceto no caso de cometimento de crime hediondo.
- b) terá direito de expressar sua religião, seja pela prática, culto ou rito, em espaço público.
- c) poderá ser arbitrariamente preso, detido ou exilado, exceto quando se encontra em território de país estrangeiro.
- d) poderá ser arbitrariamente privado de sua propriedade, nem sofrer intromissões arbitrárias em sua vida privada, sua família ou em seu domicílio.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. A vedação à tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes é absoluta, conforma o artigo V da Declaração:

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

A **alternativa B** está incorreta. A Declaração garante a prática religiosa em público no seu artigo XVIII:

Artigo XVIII



Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.

A **alternativa C** está incorreta. A Declaração veda absolutamente que alguém seja arbitrariamente preso, detido ou exilado:

Artigo IX

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. A Declaração estabelece proteção a todo ser humano contra interferências na vida privada, na família, no lar ou na correspondência:

Artigo XII

Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

34. (CEFETMINAS/Pref B Vista MG - 2019) NÃO é um direito fundamental anunciado na Declaração Universal dos Direitos Humanos o

- a) livre circular e a escolha da residência no interior de um Estado.
- b) acesso, em condições de igualdade, a funções públicas no próprio país.
- c) salário igual por trabalho igual.
- d) acesso à internet de banda larga de qualidade.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Há previsão na Declaração do direito à livre circulação dentro das fronteiras:

Artigo XIII

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

A **alternativa B** está incorreta. Todo ser humano tem direito de fazer parte no governo, conforme o artigo XXI da Declaração:

Artigo XXI



1. Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos

A **alternativa C** está incorreta. O artigo XXIII da Declaração prevê o direito a remuneração igual pelo mesmo trabalho:

Artigo XXIII

2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Se bem que a Declaração preveja o direito à comunicação e à informação, não há qualquer previsão sobre o direito ao acesso à internet por banda larga.

35. (FUNDATEC/Pref Campo Bom - 2019) Assinale a alternativa que NÃO se refere a um artigo contido na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- a) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- b) Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- c) A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.
- d) A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.
- e) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Não há previsão expressa na Declaração do direito de crianças e adolescentes de proteção contra as condutas mencionadas.

A **alternativa B** está incorreta. O artigo V da Declaração prevê a vedação dessas penas:

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

A **alternativa C** está incorreta. O parágrafo 2 do artigo XXV da Declaração prevê direitos especiais para a maternidade e a infância:

Artigo XXV



2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

A **alternativa D** está incorreta. A Declaração reconhece o papel fundamental da família no artigo XVI:

Art. XVI

3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

A **alternativa E** está incorreta. Esta previsão corresponde ao artigo I da Declaração:

Artigo I

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

36. (FUNDATEC/Pref Campo Bom - 2019) A respeito do tema da educação, no que se refere ao conteúdo contido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- a) A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental.
- b) Somente as pessoas que cumprem seus deveres civis e políticos têm direito à educação.
- c) O ensino técnico e profissional deve ser generalizado, sem a necessidade de plena igualdade em sua oferta.
- d) A educação deve visar à plena expansão da personalidade, reforçando a tolerância exclusivamente aos grupos raciais e religiosos dominantes econômico e politicamente.
- e) O acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, sem levar em consideração a função do seu mérito.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. A previsão de gratuidade da Declaração se refere à educação elementar e fundamental:

Artigo XXVI

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

A **alternativa B** está incorreta. Conforme o mesmo dispositivo acima, todo ser humano tem direito à instrução, não dependendo de qualquer condição.



A **alternativa C** está incorreta. O mesmo texto transcrito assegura instrução técnico-profissional acessível a todos.

A **alternativa D** está incorreta. A educação deve promover a tolerância em relação a todas as nações e grupos raciais ou religiosos, de acordo com o parágrafo 2 do artigo XXVI:

Artigo XXVI

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

A **alternativa E** está incorreta. De acordo com o parágrafo 1 acima, a instrução superior é baseada no mérito.

37. (Unifil/Pref Tupãssi - 2019) De acordo com o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.
- b) Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- c) Ninguém será mantido em escravidão ou em servidão; a escravidão e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.
- d) Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, exceto aqueles que cometerem crimes hediondos.

Comentários

A **alternativa A** está correta. Esta previsão corresponde ao artigo I da Declaração:

Artigo I

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

A **alternativa B** está correta. Esta previsão corresponde ao artigo III da Declaração:

Artigo III

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

A **alternativa C** está correta. Esta previsão corresponde ao artigo IV da Declaração:



Artigo IV

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

A **alternativa D** está incorreta e é o gabarito da questão. A vedação à tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes é absoluta, conforma o artigo V da Declaração:

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

38. (Unifil/Pref Tupãssi - 2019) Conforme o Art. 18º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião e este direito implica

- a) a proibição de mudar de religião.
- b) a impossibilidade de manifestar sua religião em público.
- c) a liberdade de mudar de religião ou de convicção.
- d) a proibição em manifestar sua religião por meio do ensino.

Comentários

Vamos ver o que diz o artigo XVIII da Declaração:

Artigo XVIII

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.

A Declaração reconhece o direito de expressão pública da religião (**alternativa B**), admitindo a mudança de religião (**alternativa A**) é a sua manifestação inclusive pelo ensino (**alternativa D**). Logo, a **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão.

39. (OBJETIVA CONCURSOS/Pref Viadutos - 2019) “A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o documento mais conhecido e mais influente do mundo na área de direitos humanos. Ela lista, em 30 artigos, os direitos inerentes (com os quais todo ser humano nasce) e inalienáveis (que não podem ser retirados de ninguém)”.

<https://www.nexojornal.com.br/explicado...> - adaptado.

Em relação ao exposto acima, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:



() Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, à igual proteção da lei. Todos têm direito à igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

() Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

() O casamento será válido mesmo sem o livre consentimento de um dos nubentes.

a) C - C - E.

b) E - C - C.

c) C - E - E.

d) E - C - E.

Comentários

A assertiva I está correta. A Declaração estabelece ampla igualdade, vedada qualquer discriminação:

Artigo VII

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

A assertiva II está correta. Esta previsão corresponde ao artigo I da Declaração:

Artigo I

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

A assertiva III está incorreta. O casamento deve contar com o livre e pleno consentimento dos nubentes para que seja válido, de acordo com a Declaração:

Artigo XVI

2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

A sequência correta é C-C-E, portanto, a **alternativa A** é correta e é o gabarito da questão.

40. (UNEB/PM-BA - 2019) Assinale a alternativa correta.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos no Brasil. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais e todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) como uma norma comum a ser alcançada por todos



os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. A DUDH, em conjunto com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus dois Protocolos Opcionais (sobre procedimentos de queixa e sobre a pena de morte) e com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu Protocolo Opcional, formam:

- a) A Convenção para Prevenção e Repressão de Todas as Formas de Discriminação.
- b) O Pacto de Direitos Humanos.
- c) Carta da Terra.
- d) A Declaração do Milênio.
- e) Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Comentários

Estes documentos em conjunto forma a Carta Internacional dos Direitos Humanos. Portanto, a **alternativa E** é correta e é o gabarito da questão.

41. (FAUEL/Pref Honório Serpa - 2019) Com base na Declaração Universal de Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948, analise as seguintes alternativas e marque a que NÃO apresenta o conteúdo de um de seus artigos.

- a) Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.
- b) Todas as pessoas têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- c) Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
- d) Toda pessoa acusada de um crime deve ter sua liberdade suprimida, até que prove juridicamente sua inocência.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. A Declaração veda absolutamente que alguém seja arbitrariamente preso, detido ou exilado:

Artigo IX

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

A **alternativa B** está incorreta. Esta previsão corresponde ao artigo III da Declaração:

Artigo III

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

A **alternativa C** está incorreta. Trata-se do artigo V da Declaração:

Artigo V



Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. A Declaração prevê uma garantia processual essencial para os acusados de crimes: a presunção de culpabilidade. É vedada a supressão da liberdade antes do julgamento:

Artigo XI

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

42. (CRESCER/Pref Jijoca de J – 2019) De acordo com o disposto no art. XXIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise os itens a seguir.

I. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

II. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses

III. Todo ser humano, respeitadas algumas distinções, tem direito a igual remuneração por igual trabalho

IV. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

A quantidade de itens corretos é:

- a) 3
- b) 4
- c) 2
- d) 1

Comentários

A assertiva I está correta. O parágrafo 1 do artigo XXIII da Declaração garante estes direitos trabalhistas:

Artigo XXIII

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego

A assertiva II está correta. O parágrafo 4 do artigo XXIII da Declaração garante o direito à participação em sindicato:

Artigo XXIII



4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

A assertiva III está incorreta. O parágrafo 2 do artigo XXIII da Declaração veda qualquer distinção em relação à remuneração por igual trabalho:

Artigo XXIII

2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

A assertiva IV está correta. O parágrafo 3 do artigo XXIII da Declaração assegura uma justa remuneração a todo ser humano:

Art. XXIII

3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Como estão corretas as assertivas I, II e IV, temos 3 assertivas corretas. Deste modo, nosso gabarito é a **alternativa A**.

43. (CONSULPLAN/Pref Suzano – 2019) A Declaração Universal dos Direitos Humanos nasce como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios países-membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. Composta por 30 artigos, que expressam os direitos que devem ser assegurados a todos os seres humanos. NÃO constitui um direito expresso nesta declaração:

a) Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela Lei.

b) Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da Lei contra tais interferências ou ataques.

c) A vontade do povo será a base da autoridade do governo democrático ou ditatorial; essa vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

d) Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a Lei, em julgamento público, no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.



Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Há previsão na Declaração do direito de todo ser humano a remédios que protejam seus direitos, no artigo VIII:

Artigo VIII

Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

A **alternativa B** está incorreta. A Declaração assegura, no seu artigo XII, o direito à proteção da vida privada:

Artigo XII

Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. A Declaração assegura a formação da vontade do governo através de eleições, o que significa que o governo é democrático. Há uma vedação implícita à existência de ditaduras por meio desse dispositivo, o artigo XXI da Declaração:

Artigo XXI

3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

A **alternativa D** está incorreta. Este é o princípio da presunção de inocência, que tem previsão no artigo XI da Declaração:

Artigo XI

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

44. (FUNDEP/Pref Uberlândia – 2019) O artigo XVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que “toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular”.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS.



Diversidade Religiosa e Direitos Humanos. Brasília, 2004.

Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_sedh_diversidade_religiosa.pdf>.

Acesso em: 22 jul. 2019.

O direito citado visa garantir e proteger a(o)

- a) liberdade religiosa.
- b) verdade de cada religião.
- c) relativismo religioso.
- d) proselitismo religioso.

Comentários

O direito mencionado diz respeito à formação da própria convicção religiosa, que é um direito de todo ser humano. O nome deste direito é liberdade religiosa, assegurando a livre convicção. Logo, a **alternativa A** é correta e é o gabarito da questão.

45. (CONSULPLAN/Pref Pitangueiras – 2019) O direito à educação é um direito social e está intimamente relacionado à concretização da Dignidade da Pessoa Humana. Neste sentido, a Constituição de 1988, denominada Constituição Cidadã, busca alcançar amplamente os direitos humanos de larga definição, dentre eles os direitos sociais, e coaduna-se às normas internacionais, que observam a educação como eixo de grande relevância ao desenvolvimento do ser humano. Com base na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- a) A educação e a formação do indivíduo deverão ser orientadas no sentido de permitir o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.
- b) A extirpação de correntes pedagógicas, com imposições ideológicas de único viés, constitui-se necessária à formação do humano e não ofende ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, apresentado pela Constituição Federal.
- c) A ministração do ensino exclusivamente em língua portuguesa, mesmo para indígenas, é imposição regular, decorrente da necessidade de valorização da linguagem oficial do país e da promoção do contato entre as diversas etnias que habitam seu território.
- d) Ao permitir que a iniciativa privada atue diretamente na prestação da educação à sociedade, a Constituição o fez sem condicionantes; isso é dizer que a educação privada não está obrigada a observar regramentos específicos oriundos do Poder Público, mesmo quanto aos patamares mínimos de conteúdo para a Educação Fundamental.

Comentários



A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. O propósito da educação é assegurar a plena formação humana do indivíduo, no sentido de fortalecer o respeito aos direitos humanos e as liberdades, conforme o artigo XXVI da Declaração:

Artigo XXVI

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

A **alternativa B** está incorreta. A Constituição assegura o pluralismo das concepções pedagógicas no inciso III do artigo 206:

Artigo 226. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

A **alternativa C** está incorreta. A Constituição garante às comunidades indígenas a utilização de sua língua materna no ensino, além dos próprios processos de aprendizagem:

Artigo 210. § 2º – O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A **alternativa D** está incorreta. A iniciativa privada na educação deve observar patamares mínimos de qualidade fixados pelo Poder Público, de acordo com dispositivo constitucional:

Artigo 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II – autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

46. (INSTITUTO MAIS/Pref Mairiporã – 2019) Assinale a alternativa que apresenta uma disposição da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

- a) Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- b) Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, independentemente de qualquer motivação.
- c) Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, exceto, a nacionalidade concedida por país que não seja o de seu nascimento.



d) Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, mas pode ser impedido de a esse regressar.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. É absolutamente vedada pela Declaração a aplicação dessas penas, de acordo com o artigo V:

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

A **alternativa B** está incorreta. O direito de asilo depende de que o ser humano seja vítima de perseguição arbitrária:

Artigo XIV

1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

A **alternativa C** está incorreta. Ninguém será privado arbitrariamente da nacionalidade, ainda que não seja a nacionalidade do local de nascimento:

Artigo XV

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

A **alternativa D** está incorreta. Ao direito de deixar o próprio país corresponde o direito de retorno, conforme o parágrafo 2 do artigo XIII da Declaração:

Artigo XIII

2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

47. (INSTITUTO MAIS/Pref Guaxupé – 2019) Com base na Declaração Universal dos Direitos do Homem, assinale a alternativa correta.

- a) Todo País tem o direito de impedir que o ser humano deixe suas fronteiras.
- b) Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar asilo em outros países, que avaliará a possibilidade de concessão, por meio de decisão soberana.
- c) Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.



d) O ser humano pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, na verdade:

Artigo XIII

2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

A **alternativa B** está incorreta. O ser humano que é vítima de perseguição arbitrária tem direito a buscar asilo. A Declaração, no entanto, não trata da avaliação do ato de concessão de asilo especificamente:

Artigo XIV

Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. A Declaração veda a aplicação dessas medidas arbitrariamente, conforme o artigo IX:

Artigo IX

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

A **alternativa D** está incorreta. A Declaração veda a imposição de obrigação de se associar a qualquer pessoa:

Artigo XX

2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

48. (IBFC/AGEPEN-MG - 2018) A partir de 1945, com a criação das Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial, normas e tratados têm conferido uma forma legal à prática dos direitos humanos para todos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948, dispõem em seus artigos:

“Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será _____, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será _____ a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito”.

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas.

- a) Paga, acessível
- b) Parcialmente paga, gratuita



- c) Paga, gratuita
- d) Gratuita, paga
- e) Gratuita, acessível

Comentários

Questão clássica sobre a DUDH.

De acordo com o Artigo 26, I, da Declaração, todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.

Sistematizando:

- ↳ **Instrução gratuita:** pelo menos nos graus elementares e fundamentais.
- ↳ **Instrução obrigatória:** instrução elementar
- ↳ **Acessível a todos:** instrução técnico-profissional e instrução superior
- ↳ **Baseada no mérito:** instrução superior

Nosso gabarito, portanto, é a **alternativa E**, “Gratuita, acessível”.

49. (IBFC/AGEPEN-MG - 2018) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948, destaca:

- I. Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- II. Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.
- III. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido culpado até que a sua inocência tenha sido provada de acordo com a lei.
- IV. Todo ser em julgamento público pode ter asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa dependendo do delito praticado.
- V. Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Assinale a alternativa correta:

- a) I, II, V apenas
- b) II, III, IV, apenas
- c) II, IV apenas
- d) III apenas



e) I, II, III apenas

Comentários

Vejam:

A assertiva I está correta, uma vez que, de acordo com o Artigo 3, da DUDH, todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Vejam:

Artigo 3

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

A assertiva II, igualmente, está correta, uma vez que, também de acordo com a literalidade da Declaração, todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei (Artigo 6). Confiram:

Artigo 6

Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

A assertiva III, por outro lado, está incorreta. Ao contrário do que diz a assertiva, todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei. É isso o que prevê o Artigo 11, primeira parte, da Declaração. Vejam:

Artigo 11

I) Todo o homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias a sua defesa.

II) Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

A assertiva IV, igualmente, está incorreta. Apesar de a questão falar em “[t]odo ser” e não em “todo ser humano”, acredito que isso seja apenas um erro de digitação. O principal erro da assertiva está em dizer que as garantias necessárias à defesa dependem do delito praticado, o que não é verdade. Como podemos ver no Artigo 11, 1), segunda parte, da DUDH, transcrito acima (comentários à assertiva III), a Declaração não faz essa ressalva, o que significa que as garantias necessárias à defesa do indivíduo, em verdade, independem do delito praticado.

A assertiva V, por fim, está correta. De acordo com o que dispõe o Artigo 10, da Declaração:

Artigo 10



Todo o homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Estando corretas, portanto, as assertivas I, II e V, a **alternativa A** é o gabarito da questão.

50. (PM-MG - 2018) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos assinale “V” para a (s) assertiva (s) verdadeira (s) e “F” para a (s) assertiva (s) falsa (s).

() Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa audiência por parte do Tribunal Internacional da ONU, para decidir sobre seus direitos e deveres na esfera do Direito Internacional.

() Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, sem prévia autorização da autoridade policial.

() Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

() Todo ser humano tem direito a repouso semanal, diversão e lazer oferecido pelo Estado, inclusive a limitação máxima de 44 horas semanais de trabalho e férias anuais remuneradas com adicional de 1/3.

() Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos possam ser plenamente realizados.

Marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

a) V, F, F, V, F.

b) F, F, V, F, V.

c) F, V, F, V, F.

d) V, F, V, F, V.

Comentários

A primeira assertiva está incorreta. A CIJ (Corte Internacional de Justiça), que poderia ser esse "Tribunal Internacional da ONU", julga Estados, e não pessoas, como a assertiva quer afirmar.

A segunda assertiva está incorreta. O Artigo XII, da DUDH não fala em "autorização por autoridade policial". Confiram:

Artigo XII

Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

A terceira assertiva está correta. Ela é a transcrição do Artigo XIX, Declaração. Vejam:

Artigo XIX



Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

A quarta assertiva está incorreta. O Artigo XXIV da DUDH até fala em limitação razoável das horas de trabalho, mas não fala em 44 horas, especificamente:

Artigo XXIV

Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

E, por fim, a quinta assertiva está correta. De acordo com o Artigo XXVIII:

Artigo XXVIII

Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados

Como estão corretas apenas as assertivas três e cinco, a sequência a ser marcada deve ser F, F, V, F, V, o que corresponde à **alternativa B**, gabarito da questão

51. (IBFC/PM-SE - 2018) Assinale a alternativa que não se apresenta em consonância com as justificativas delineadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948:

- a) Os Estados Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do homem e a observância desses direitos e liberdades
- b) É essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o homem possa ser compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão
- c) O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo
- d) O desprezo e o desrespeito pelos direitos do homem resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade.

Comentários

Ao contrário do que se afirma na **alternativa B**, não se quer que o homem seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão. O que a Declaração Universal dos Direitos Humanos considera como essencial é que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido nessa direção.

Assim, a **alternativa B** está incorreta e é o gabarito da questão.

Vejamos as demais alternativas:



A **alternativa A** está correta. De acordo com o preâmbulo da DUDH “os Estados-Membros se comprometem a promover, em cooperação com as Nações Unidas o respeito universal aos direitos e liberdades humanas fundamentais e a observância desses direitos e liberdades”.

A **alternativa C** está correta. De acordo com o preâmbulo da DUDH “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”.

A **alternativa D** está correta. De acordo com o preâmbulo da DUDH “o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum”.

52. (FUMARC/PC-MG - 2018) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, retomando os ideais da Revolução Francesa, representou a manifestação histórica de que se formara, enfim, em âmbito universal, o reconhecimento dos valores supremos da igualdade, da liberdade e da fraternidade. Em decorrência disso, os direitos fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988:

a) como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, esses direitos fundamentais são considerados uma recomendação sem força vinculante, uma etapa preliminar para ulterior implementação na medida em que a sociedade se desenvolver.

b) não consideram as diferenças humanas como fonte de valores positivos a serem protegidos e estimulados, pois, ao criar dispositivos afirmativos legais, as diferenças passam a ser tratadas como deficiências.

c) obrigam que o princípio da solidariedade seja interpretado com a base dos direitos econômicos e sociais, que são exigências elementares de proteção às classes ou aos grupos sociais mais fracos ou necessitados.

d) tratam a liberdade como um princípio político e não individual, pois o reconhecimento de liberdades individuais em sociedades complexas esconde a dominação oligárquica dos mais ricos.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Com o neoconstitucionalismo e o reconhecimento da normatividade da Constituição, quer dizer, com evolução da Constituição de uma “carta de intenções” ao status de norma, de lei, em sentido lato, em “direitos fundamentais considerados como uma recomendação sem força vinculante”. Isso iria de encontro a tudo que vimos nas aulas iniciais do curso sobre, por exemplo, aplicação imediata das normas do art. 5º, da CF, conforme seu § 1º: “§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”.

A **alternativa B**, também, está incorreta. Dizer que as diferenças são tratadas como deficiências torna a questão errada. Ao contrário, os direitos fundamentais expressos na Constituição Federal protegem a diferença, estimulam a sua afirmação e, até, estabelecem crimes para o caso de condutas que vão contra esse sentimento (como o caso do art. 5º, LXII, que fala do crime de racismo).

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Os direitos fundamentais expressos na CF obrigam que o princípio da solidariedade seja interpretado com a base dos direitos econômicos e sociais. É por isso que não é raro falarmos em princípio da solidariedade quando estamos falando de direitos previdenciários



(art. 40, da CF). Ou estabelecermos uma relação entre Direito Econômico e Direito Ambiental (que abarca o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito fundamental de terceira dimensão, portanto, direito de solidariedade – art. 225, da CF).

A **alternativa D**, por fim, está incorreta. Apesar de poder se traçar uma correlação entre direitos de liberdade, do modo como eram colocados nos séculos XVIII e XIX, com a questão das desigualdades sociais e da dominação oligárquica dos mais ricos, tratar a liberdade como um direito não individual torna a questão errada. A liberdade é o exemplo paradigma de direito individual, de garantia negativa, de direito fundamental de primeira dimensão, etc.

53. (NUCEPE/PC-PI - 2018) Tendo como base a Declaração de Direitos Humanos, diante das seguintes situações, podemos afirmar que se encontra de acordo com a referida Declaração:

- a) Manuel é português e foi extraditado pelo Brasil para Portugal, após cumprir a pena que lhe foi imposta em Portugal, o referido país não o deixou abandonar o país, por ser nacional;
- b) Ninguém pode ser arbitrariamente privado de sua propriedade;
- c) Caio, perseguido politicamente, não pode deixar seu país, pois de acordo com o direito interno não é possível qualquer nacional solicitar asilo em outro país;
- d) É possível, em respeito às tradições, que os futuros esposos sejam prometidos, e que ambos devem se sujeitar ao casamento. Entretanto, nenhum poderá ser obrigado a permanecer casado;
- e) Marcos resolveu vir para o Brasil, e seu país de origem, o privou de sua nacionalidade. Segundo a Declaração de Direitos do Homem, não há problema algum Marcos permanecer apátrida.

Comentários

Trata-se de uma questão literal. A questão é bem específica, pois não questiona o que está certo ou o que está errado, mas o que está ou não está de acordo com a DUDH.

Vejamos cada uma das alternativas:

A **alternativa A** está incorreta, tendo em vista que não se encontra de acordo com a DUDH, indo de encontro ao que dispõe a Declaração em seu Artigo XIII, 2, “todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. De fato, apesar de o direito de propriedade não ser absoluto, assunto sobre o qual tratamos em aula, ninguém poderá ser arbitrariamente privado de sua propriedade. É o que dispõe, exatamente, o Artigo XVII, 2, da DUDH. Portanto, alternativa de acordo.

A **alternativa C** está incorreta, pois não está de acordo com a DUDH, veja que é o contrário do que dispõe a Declaração em seu Artigo XIV, 1, que diz: “Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países”.

A **alternativa D** está incorreta. Ela não se encontra de acordo com a DUDH, pois vai de encontro ao que dispõe a Declaração em seu Artigo XVI, 2, que diz: “O casamento não será válido senão com o livre consentimento dos nubentes”.



E a **alternativa E** está incorreta. A alternativa não se encontra de acordo com a DUDH, e contraria o Artigo XV, 2, que diz: “Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade”

54. (FEPESE/PC-SC - 2017) Assinale a alternativa que indica corretamente o organismo internacional cujo preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos aponta que se compromete a promover, em cooperação com os Estados Membros, o respeito universal e efetivo dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais.

- a) Comunidade Europeia.
- b) Organização do Tratado Norte.
- c) Organização das Nações Unidas.
- d) Organização Internacional do Trabalho.
- e) Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Vejamos o preâmbulo da DUDH:

Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades.

55. (FEPESE/PC-SC - 2017) É correto afirmar sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- a) Admite-se a tortura, excepcionalmente, para se penalizar crimes hediondos.
- b) É vedada a escravatura, porém, admite-se a servidão de pessoas até dezoito anos.
- c) Todo acusado deverá ser considerado culpado até que se prove a sua inocência.
- d) Não se admite a prisão, a detenção ou o exílio arbitrário.
- e) É obrigação dos Estados signatários da Declaração instituírem tribunais parciais e dependentes.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. De acordo com o art. 5, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

A **alternativa B** está incorreta. Com base no art. 4 da DUDH, ninguém será mantido em escravidão ou servidão.

A **alternativa C** está incorreta. Nos termos do art. 11, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.



A **alternativa D** é correta e gabarito da questão, conforme prevê o art. 9, da DUDH:

Artigo 9

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

A **alternativa E** está incorreta. Segundo o art. 10, da Declaração Universal, todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

56. (FEPESE/PC-SC - 2017) É correto afirmar sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- a) A proteção à opinião política é reduzida em razão da salvaguarda das liberdades.
- b) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.
- c) O caráter laico do Estado dispensa proteção ao direito de religião.
- d) Por não possuir natureza comercial, não há previsão de proteção e satisfação de direitos econômicos.
- e) A Declaração somente protege direitos de cidadãos residentes em países ou territórios plenamente livres e soberanos.

Comentários

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão, conforme prevê o art. 1, da DUDH:

Artigo 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Vejamos as demais alternativas:

A **alternativa A** está incorreta. A proteção à opinião política não é reduzida, mas ampliada. De acordo com o art. 2, da DUDH, todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e liberdades estabelecidos na Declaração, sem distinção de qualquer espécie, inclusive, de opinião política.

A **alternativa C** está incorreta. O direito a possuir uma religião é protegido mesmo no Estado Laico. O fato de o Estado ser laico apenas significa que ele não estabelece uma religião oficial e não mistura aspectos religiosos com aspectos civis ou políticos. Isso não significa que ele não deve proteger a liberdade de crença, ou a liberdade em si, de um modo geral.

A **alternativa D** está incorreta. Existe previsão expressa de proteção aos direitos econômicos, sociais e culturais na DUDH. Isso cai muito em provas e trata-se do conteúdo do art. 22. Confiram:

Artigo 22



Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

E a **alternativa E**, igualmente, está incorreta. A Declaração também protege direitos de cidadãos residentes em países ou territórios sem governo próprio ou sujeitos a qualquer outra limitação de soberania (Artigo 2, 2).

57. (FEPESE/PC-SC - 2017) A Declaração Universal dos Direitos dos Homens prevê que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.

Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros:

- a) em espírito de fraternidade.
- b) em espírito de fragmentariedade.
- c) em espírito de preservar a estratificação social.
- d) de modo a influenciar a vida privada alheia.
- e) de forma a compartilhar as riquezas individuais.

Comentários

De acordo com o art. 1, da DUDH, todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Portanto, a **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão.

58. (FEPESE/PC-SC - 2017) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo indivíduo tem direito à:

- 1. vida.
- 2. liberdade.
- 3. segurança pessoal.
- 4. discriminação.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.



Comentários

A questão requer o conhecimento do art. 3, da DUDH:

Artigo 3

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Conforme se nota, a discriminação não é um direito previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Desse modo, a **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.

59. (MPE-SP/MPE-SP - 2017) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi a responsável por definir direitos e liberdades fundamentais que deveriam ser garantidos por todos os Estados.

Sem embargo, enquanto Carta de Declaração de Direitos, o texto não apresentava, por si próprio, força jurídica obrigatória e vinculante, donde indispensável o estudo de mecanismos capazes de assegurar o reconhecimento e a efetiva observância, pelos Estados, dos princípios por ela consagrados.

Tais estudos resultaram na formação da denominada Carta Internacional dos Direitos Humanos (International Bill of Rights), que decorre

- a) da conjugação do Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Declaração Universal.
- b) da alteração do status conferido à Declaração Universal pela Comissão dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.
- c) do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- d) da alteração do status conferido à Declaração Universal pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.
- e) do Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos.

Comentários

A **alternativa A** é correta e gabarito da questão. A Carta Internacional de Direitos Humanos (ou *International Bill of Rights*) é constituída por três documentos importantes:

- 1- Pacto internacional de Direitos Cíveis e Políticos (1966)
- 2- Pacto internacional de Direitos Sociais Econômicos e Culturais (1966)
- 3- Declaração Universal de Direitos humanos (1948)

60. (IDECAN/SEJUC-RN - 2017) Nos termos expressos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo encontra amparo no(a):

- a) Prescindibilidade de proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.



- b) Reconhecimento de que todos os países signatários abominam a pena de morte.
- c) Poder soberano dos países signatários da declaração universal dos direitos humanos.
- d) Dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis.

Comentários

A DUDH considera que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Dessa forma, a **alternativa D** é correta e gabarito da questão.

Vejamos as demais:

A **alternativa A** fala em “prescindibilidade de proteção dos direitos fundamentais” e, portanto, está incorreta. A proteção dos direitos fundamentais é imprescindível.

A **alternativa B**, igualmente, está incorreta. A DUDH foi assinada em 1948 e, naquela época, diversos países signatários possuíam a pena de morte prevista em seus ordenamentos jurídicos. Até hoje, inclusive, isso é uma realidade.

A **alternativa C**, por fim, também está incorreta. Em 1948, existiam diversos países que ainda não eram soberanos e, nem por isso, deixaram de ser contemplados pela Declaração (art. 2, 2).

61. (IDECAN/SEJUC-RN - 2017) Conforme expressa previsão na Declaração Universal dos Direitos Humanos, ninguém

- a) será submetido à tortura.
- b) será preso, detido ou exilado.
- c) pode mudar de nacionalidade.
- d) pode reunir-se sem autorização.

Comentários

A **alternativa A** é correta e gabarito da questão. Vejamos o que dispõe o art. 5, da DUDH:

Artigo 5

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Vejamos as demais alternativas:

↳ Alternativa B:



Artigo 9

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

↳ Alternativa C:

Artigo 15

1. Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade.
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

↳ Alternativa D:

Artigo 20

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.

62. (IDECAN/SEJUC-RN - 2017) Quanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise as afirmativas a seguir.

I. Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.

II. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

III. Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.

Comentários

Vamos analisar cada um dos itens.

O item I está correto, nos termos do art. 18, da DUDH:



Artigo 18

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.

O item II está correto, conforme prevê o art. 19, da DUDH:

Artigo 19

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Por fim, o item III também está correto, com base no art. 21, 1, da DUDH:

Artigo 21

1. Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

Desse modo, a **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão.

63. (IDECAN/SEJUC-RN - 2017) No que concerne a Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise as afirmativas a seguir.

I. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

II. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, ao que é vedado acrescer outros meios de proteção social.

III. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta, baseada no mérito.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- a) I.
- b) III.
- c) I e II.
- d) I e III.



Comentários

Vamos analisar cada um dos itens.

O item I está correto, nos termos do art. 25, da DUDH:

Artigo 25

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

O item II está incorreto. De acordo com o art. 23, 3, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, será acrescentado, se necessário, outros meios de proteção social.

3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Lembrem que uma das características dos direitos humanos é a inexauribilidade. Sempre desconfiem de expressões como “é vedado acrescentar outros meios de proteção social”.

O item III está correto, pois é o que dispõe o art. 26, 1, da DUDH:

Artigo 26

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

Esse artigo é um dos campeões em questões sobre Direitos Humanos e o examinador costuma embaralhar os seus termos. Vamos sistematizar:

- ↳ **Instrução gratuita:** pelo menos nos graus elementares e fundamentais.
- ↳ **Instrução obrigatória:** instrução elementar
- ↳ **Acessível a todos:** instrução técnico-profissional e instrução superior
- ↳ **Baseada no mérito:** instrução superior

Portanto, a **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão.



64. (IBADE/SEJUDH-MT - 2017) Considerando o quanto disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- a) não será feita qualquer distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, desde que tal território não esteja sujeito a qualquer tipo de limitação de soberania.
- b) a liberdade de opinião e de expressão não inclui a liberdade de transmitir informações por qualquer meio e independente de fronteiras.
- c) toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas não remuneradas.
- d) toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
- e) toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países com os quais existe tratado de reciprocidade.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Observe que o artigo 2 da DUDH não traz a limitação de soberania, ao contrário, é dito que se aplica a qualquer país.

Art. 2

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

A **alternativa B** está incorreta. O direito à liberdade de opinião e expressão, inclui transmitir informações por qualquer meio e independente de fronteiras. Vejamos o art. 19, da DUDH:

Artigo 19

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

A **alternativa C** está incorreta. De acordo com o art. 24, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

A **alternativa D** é correta e gabarito da questão, pois se refere ao art. 21, 1, da DUDH:

Artigo 21



1. Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

A **alternativa E** está incorreta. Não há que se falar em tratado de reciprocidade. Com base no art. 14, 1, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

65. (IBADE/SEJUDH-MT - 2017) Com relação à liberdade religiosa e o quanto é estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- a) É assegurada a liberdade de ensino da crença religiosa somente de forma coletiva.
- b) A liberdade de manifestação de religião ou crença deve se dar apenas em âmbito particular.
- c) O direito à liberdade de pensamento inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença.
- d) Os direitos e as liberdades estabelecidos na Declaração podem ser usufruídos por qualquer pessoa com a capacidade de obedecer aos preceitos de sua religião.
- e) Os homens e mulheres de maior idade têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família, observadas as restrições de suas religiões ou crenças.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. A liberdade de ensino da crença religiosa é assegurada a todo ser humano individualmente e não “somente de forma coletiva”.

A **alternativa B** está incorreta. A liberdade de manifestação de religião ou crença pode-se dar tanto no âmbito público, como no particular (art. 18).

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão, conforme prevê o art. 18, da DUDH:

Artigo 18

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.

A **alternativa D** está incorreta. Com base no art. 2, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

A **alternativa E** está incorreta. De acordo com o art. 16, da DUDH, os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família.



66. (IBADE/SEJUDH-MT - 2017) Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- a) não trata da liberdade religiosa.
- b) não faz referência a direitos políticos.
- c) foi editada em 1958.
- d) é vinculante em sua integralidade, por se tratar de resolução da Organização das Nações Unidas.
- e) prega os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Vejamos o art. 18, da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Artigo 18° Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

A **alternativa B** está incorreta. Vejamos o art. 21, 1, da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Artigo 21

Todo ser humano tem direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

A **alternativa C** está incorreta. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi editada em 10 de dezembro de 1948.

A **alternativa D** está incorreta. A DUDH foi adotada pela Assembleia das Nações Unidas sob a forma de resolução e, por isso, a princípio, não teria força vinculante. Essa força é atribuída a ela por uma questão de costume e se baseia no fato de a DUDH consagrar valores básicos universais. Como a questão fala que essa força vinculante vem do fato de a Declaração ser uma resolução, ela está incorreta.

A **alternativa E** está correta, e é o gabarito da questão. De acordo com a DUDH, Artigo 1, todos os seres humanos nascem **livres** e **iguais** em dignidade e direitos e são dotados de razão e consciência, devendo agir em relação uns aos outros com espírito de **fraternidade**".

67. (FUNCAB/PC-PA - 2016) Com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que a(os):

- a) três valores fundamentais dos direitos humanos são a liberdade, a igualdade e a fraternidade.
- b) pessoas vítimas de perseguição tem direito de procurar asilo em outro país, mesmo nos casos em que a perseguição é motivada por crimes de direito comum.



- c) liberdade de opinião e de expressão não inclui a liberdade de transmitir informações por qualquer meio e independente de fronteiras.
- d) direitos de liberdade previsto são relativos à esfera individual, não prevendo liberdades políticas relativas à participação do povo no governo.
- e) liberdade religiosa é acessível a qualquer pessoa desde que sua manifestação seja feita de forma coletiva e em particular apenas.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão, conforme estabelece o art. 1º, da DUDH:

Artigo 1º Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

A **alternativa B** está incorreta. De acordo com o art. 14, §1º, da DUDH, toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. Porém, o §2º, prevê que este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

A **alternativa C** está incorreta. Com base no art. 19, da referida Declaração, toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

A **alternativa D** está incorreta. Segundo o art. 21, §1º, da DUDH, toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

A **alternativa E** está incorreta. O art. 18, estabelece que toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

68. (FUNCAB/PC-PA - 2016) Com relação ao trabalho e ao que estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- a) Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure apenas a si uma existência compatível com a dignidade humana, não sendo necessário acrescentar outros meios de proteção social.
- b) Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego e a condições justas e favoráveis de trabalho, sendo opcional a proteção contra o desemprego.
- c) A remuneração por igual trabalho permite distinção desde que prevista em lei nacional.
- d) Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses.
- e) Toda pessoa tem direito a repouso e lazer inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas não remuneradas.



Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Vejamos o §4º, do art. 23, da DUDH:

§3. Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

A **alternativa B** está incorreta. Vejamos o §1º, do art. 23, da DUDH:

§1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

A **alternativa C** está incorreta. Vejamos o §2º, do art. 23, da DUDH:

§2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão, pois é o que dispõe o §4º, do art. 23, da DUDH:

§4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses.

A **alternativa E** está incorreta. Vejamos o art. 24, da DUDH:

Artigo 24 Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas.

69. (FUNCAB/PC-PA - 2016) A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, assinale a alternativa correta.

- a) Estabelece que a vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos, devendo se exprimir por meio de eleições honestas, realizadas periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.
- b) Prevê a criação de um Tribunal Internacional para a verificação do cumprimento dos direitos humanos por ela estabelecidos.
- c) Dispõe que a educação gratuita abrange o ensino elementar, técnico e profissional.
- d) Possui natureza de tratado internacional e força vinculante em relação a todos os países que a ratificaram.
- e) Foi primeiro documento internacional a tratar expressamente de direitos humanos de terceira dimensão, como a paz e o meio ambiente.

Comentários



A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão, pois é o que dispõe o art. 21, §3º, da DUDH:

§3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Fora a alternativa A, que é cópia quase literal do art. 21, § 3º, as demais alternativas são um conjunto de "clichês" que você é obrigado a saber, porque caem muito em prova. Vejamos:

A **alternativa B** está incorreta. Quem previu a criação do Tribunal Internacional foi a Carta Das Nações Unidas E Estatuto Do Tribunal Internacional De Justiça.

A **alternativa C** está incorreta. Somente a elementar, que é obrigatória e gratuita. Vejamos o art. 26, §1º, da DUDH:

§1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

A **alternativa D** está incorreta. É uma resolução, mas com força vinculante e obrigatória, conforme doutrina majoritária.

A **alternativa E** está incorreta. A DUDH é o principal documento internacional a tratar dos direitos humanos de 3ª dimensão. Porém, não é primeiro. Além disso, a DUDH não fala em direito ao meio ambiente.

70. (SEGPLAN-GO/SEAP-GO - 2016) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro do ano de:

- a) 1945
- b) 1948
- c) 1950
- d) 1954
- e) 1960

Comentários

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento que representa um marco na história dos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro do ano de 1948.

Assim, a **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.



71. (SEGPLAN-GO/SEAP-GO - 2016) A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, tendo sido proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas reunida em Paris através da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. De acordo com o que prescreve a Declaração Universal dos Direitos Humanos é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
- b) Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
- c) Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- d) Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.
- e) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, exceto aqueles que por ventura estiverem recolhidos em alguma unidade prisional.

Comentários

Todas as alternativas estão corretas, exceto a **alternativa E**. Vejamos o que diz a DUDH, em seu artigo 5:

Artigo 5

Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Observe que não há a exceção posta na questão. Nem mesmo se a pessoa estiver recolhida em unidade prisional poderá ser utilizada a tortura. Lembre-se que falamos em aula que a vedação à tortura é considerada por muitos como um direito humano absoluto.

Vamos conferir as demais alternativas:

A **alternativa A** está correta, de acordo com o artigo 1 da Declaração.

Artigo 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

A **alternativa B**, também, está correta, de acordo com o artigo 2, parte inicial.



Artigo 2

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

A **alternativa C**, também, está correta, sendo cópia literal do artigo 3.

Artigo 3

Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

E a **alternativa D**, do mesmo modo, está correta, de acordo com o art. 4.

Artigo 4

NINGUÉM será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão PROIBIDOS EM TODAS AS SUAS FORMAS.

72. (SEGPLAN-GO/SEAP-GO - 2016) Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. De acordo com o que prescreve a Declaração Universal dos Direitos Humanos leia e analise as assertivas abaixo:

- I - Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.
 - II - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.
 - III - Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.
- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
 - b) Somente as assertivas II e III estão corretas.
 - c) Somente as assertivas I e III estão corretas.
 - d) Somente a assertiva I está correta.
 - e) Todas as assertivas estão corretas.

Comentários



Vamos analisar cada um dos itens.

O item I está correto, pois é o que dispõe o art. 6º, da DUDH:

Artigo 6º

Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

O item I está correto, pois é o que dispõe o art. 7º, da DUDH:

Artigo 7º

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

O item I está correto, pois é o que dispõe o art. 8º, da DUDH:

Artigo 8º

Toda pessoa tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Portanto, a **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão.

73. (IDECAN/Prefeitura de Natal-RN - 2016) Assinale a alternativa que NÃO está de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- a) Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, mas não a este regressar.
- b) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
- c) Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.
- d) Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta e é o gabarito da questão. Vejamos o art. 13, §2º, da DUDH:



§2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

A **alternativa B** está correta, conforme prevê o art. 1º, da DUDH.

A **alternativa C** está correta, conforme prevê o art. 8º, da DUDH.

A **alternativa D** está correta, conforme prevê o art. 10, da DUDH.

74. (SENAI-PR/ITAIPU BINACIONAL - 2016) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- b) A escravatura e o trato dos escravos, em tempos de paz, são proibidos.
- c) Ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
- d) Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica.
- e) Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Comentários

A **alternativa A** está correta, pois é o que dispõe o art. 3º, da DUDH.

A **alternativa B** está incorreta e é o gabarito da questão. De acordo com o art. 4º, da DUDH, ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas. Não há ressalvas que incluem “tempos de paz” ou nada parecido.

A **alternativa C** está correta, pois é o que dispõe o art. 5º, da DUDH.

A **alternativa D** está correta, pois é o que dispõe o art. 6º, da DUDH.

A **alternativa E** está correta, pois é o que dispõe o art. 9º, da DUDH.

Pacto Internacional dos Direitos Civil e Políticos

FCC

75. (FCC/Pref. Recife/2022) Segundo regra expressa do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, ninguém poderá ser preso

- A) sem que haja ordem de prisão determinada pela autoridade judicial competente.
- B) sem que tenha sido condenado definitivamente em segunda instância.
- C) se descumprir lei que afronte os princípios e regras de direitos humanos.
- D) apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual.



E) enquanto estiver prestando trabalho cívico, por convocação oficial, em ação destinada à preservação do bem-estar social.

Comentários

Inicialmente fique atento ao comando da questão!

A **alternativa A** está incorreta. Não há previsão expressa neste sentido. Sabemos que é possível haver prisão em flagrante.

A **alternativa B** está incorreta. Também não há no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos esta previsão expressa.

A **alternativa C** está incorreta. A depender do caso será sim possível a prisão.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. É previsão expressa do art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Veja:

ART. 11: Ninguém poderá ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual.

A **alternativa E** está incorreta. Não há tal previsão.

76. (FCC/DPE-PR - 2017) O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos somente considera justificável que os Estados-partes signatários restrinjam o direito de reunião pacífica caso

- I. haja interesse da segurança nacional.
- II. haja interesse da segurança ou ordem públicas.
- III. seja necessário para proteção da saúde ou a moral públicas.
- IV. haja falta de autorização da autoridade competente.
- V. seja necessário para proteção dos direitos e liberdades das demais pessoas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II, III e IV.
- b) I, II, III e V.
- c) II e V.
- d) I, II e IV.
- e) I e III.

Comentários

De acordo com o art. 21, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o direito de reunião pacífica será reconhecido. O exercício desse direito estará sujeito apenas às restrições previstas em lei e que se façam



necessárias, em uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem pública, ou para proteger a saúde ou a moral pública ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.

Os itens I, II, III e V estão corretos. Portanto, a **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

Perceba que o art. 21 do PIDCP cai bastante em provas.

77. (FCC/DPE-BA - 2016) Segundo o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, qualquer pessoa acusada de infração penal goza de presunção de inocência até que a sua culpabilidade tenha sido legalmente estabelecida, tendo direito, pelo menos, às seguintes garantias:

- I. Ser prontamente informada, numa língua que ela compreenda, de modo detalhado, acerca da natureza e dos motivos da acusação apresentada contra ela.
- II. Ser julgada em no máximo um ano.
- III. Fazer-se assistir de um intérprete, se não compreender ou não falar a língua utilizada no tribunal.
- IV. Comunicar com um advogado da sua escolha e dispor do tempo, no mínimo dez dias, para a preparação da defesa.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) II e IV.

Comentários

A questão requer o conhecimento do art. 14, 3, do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. Vejamos:

3. Toda pessoa acusada de um delito terá direito, em plena igualdade, a, pelo menos, as seguintes garantias:

a) De ser informado, sem demora, numa língua que compreenda e de forma minuciosa, da natureza e dos motivos da acusação contra ela formulada;

b) De dispor do tempo e dos meios necessários à preparação de sua defesa e a comunicar-se com defensor de sua escolha;

c) De ser julgado sem dilações indevidas;

d) De estar presente no julgamento e de defender-se pessoalmente ou por intermédio de defensor de sua escolha; de ser informado, caso não tenha defensor, do direito que lhe



assiste de tê-lo e, sempre que o interesse da justiça assim exija, de ter um defensor designado ex-offício gratuitamente, se não tiver meios para remunerá-lo;

e) De interrogar ou fazer interrogar as testemunhas de acusação e de obter o comparecimento e o interrogatório das testemunhas de defesa nas mesmas condições de que dispõem as de acusação;

f) De ser assistida gratuitamente por um intérprete, caso não compreenda ou não fale a língua empregada durante o julgamento;

g) De não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a confessar-se culpada.

Vamos analisar cada um dos itens.

O item I está correto, pois é o que dispõe a alínea “a”.

O item II está incorreto. De acordo com a alínea “c”, toda pessoa tem o direito de ser julgado sem dilações indevidas. E não no prazo de 1 (um) ano.

O item III está correto, pois é o que dispõe a alínea “f”.

Por fim, o item IV está incorreto. Com base na alínea “b”, toda pessoa tem o direito de dispor do tempo e dos meios necessários à preparação de sua defesa e a comunicar-se com defensor de sua escolha. Nada se fala em prazo mínimo de 10 (dez) dias.

Dessa forma, a **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão.

Outras Bancas

78. (IBFC/PM-BA - 2020) O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966) instituiu um Comitê de Direitos Humanos. Sobre este, assinale a alternativa correta.

- a) Os Estados-partes devem enviar ao Comitê, sempre que solicitados, relatórios sobre as medidas por eles adotadas para concretizar os direitos mencionados no Pacto
- b) O Comitê é composto por 28 membros
- c) O quorum para instalação dos trabalhos é de 22 membros
- d) O Comitê é integrado exclusivamente por americanos eleitos
- e) Os membros do Comitê serão eleitos para um mandato de 2 anos

Comentários

A **alternativa A** está correta. Os membros do Comitê se comprometem a submeter relatórios sobre as medidas adotadas no cumprimento do Pacto, conforme o artigo 40:



ARTIGO 40

1. Os Estados partes do presente Pacto comprometem-se a submeter relatórios sobre as medidas por eles adotadas para tornar efetivos os direitos reconhecidos no presente Pacto e sobre o processo alcançado no gozo desses direitos:

A **alternativa B** está incorreta. São 18 membros no Comitê de Direitos Humanos:

ARTIGO 28

1. Constituir-se-á um Comitê de Direitos Humanos (doravante denominado o "Comitê" no presente Pacto). O Comitê será composto de dezoito membros e desempenhará as funções descritas adiante.

A **alternativa C** está incorreta. O quórum é de 12 membros na verdade:

ARTIGO 39

2. O próprio Comitê estabelecerá suas regras de procedimento; estas, contudo, deverão conter, entre outras, as seguintes disposições:

a) O quorum será de doze membros;

A **alternativa D** está correta. O Comitê é integrado por nacionais dos Estados Partes. Como os Estados são todos do continente América, é certo dizer que todos os membros são americanos, não no sentido de americanos dos Estados Unidos.

ARTIGO 28

2. O Comitê será integrado por nacionais dos Estados Partes do presente Pacto, os quais deverão ser pessoas de elevada reputação moral e reconhecida competência em matéria de direito humanos, levando-se em consideração a utilidade da participação de algumas pessoas com experiências jurídicas.

A **alternativa E** está incorreta. O mandato dos membros do Comitê é de 4 anos, não 2:

ARTIGO 32

1. Os membros do Comitê serão eleitos para um mandato de quatro anos. Poderão, caso suas candidaturas sejam apresentadas novamente, ser reeleitos. Entretanto, o mandato de nove dos membros eleitos na primeira eleição expirará ao final de dois anos; imediatamente após a primeira eleição, o presidente da reunião a que se refere o parágrafo 4 do artigo 30 indicará, por sorteio, os nomes desses nove membros.

Como as **alternativas A e D** estão corretas, a questão foi **anulada**.



79. (IBFC/CBM-BA - 2020) Adotado pela Resolução n.2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, e ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos trouxe em seu bojo um número maior de direitos dessa espécie que o previsto na Declaração Universal. Analise as afirmativas abaixo.

I. Há no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos um acréscimo do número de direitos dessa espécie em relação à Declaração Universal.

II. Proíbe a escravidão e todas as formas de tráfico de escravos.

III. Veda a prisão arbitrária, com garantia do julgamento em tempo razoável.

IV. Não protege a vida privada, o domicílio e a correspondência.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas
- b) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas
- c) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- e) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas

Comentários

A assertiva I está correta. Os direitos previstos no Pacto são acrescidos aos previstos na Declaração Universal de Direitos Humanos. Não há supressão ou substituição.

A assertiva II está correta. O artigo 8 do Pacto veda a escravidão e o tráfico escravagista:

ARTIGO 8

1. Ninguém poderá ser submetido à escravidão; a escravidão e o tráfico de escravos, em todas as suas formas, ficam proibidos.

A assertiva III está correta. A pessoa presa deve ser submetida a processo justo e sem demora, conforme o parágrafo 3 do artigo 9 do Pacto:

Artigo 9

3. Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. A prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir a regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a garantias que assegurem o comparecimento da pessoa em questão à audiência, a todos os atos do processo e, se necessário for, para a execução da sentença.



A assertiva IV está incorreta. Há previsão expressa de proteção à vida privada, ao domicílio e à correspondência no artigo 17 do Pacto:

ARTIGO 17

1. Ninguém poderá ser objetivo de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais às suas honra e reputação.

Como estão corretas as assertivas I, II e III, nosso gabarito é **a alternativa B**.

80. (IBGP-GM/Pref Uberaba - 2019) No que tange ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Toda pessoa terá direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Esse direito implicará liberdade de ter ou adotar uma religião ou uma crença de sua escolha e liberdade de professar sua religião ou crença, individual ou coletivamente, tanto pública como privadamente, por meio do culto, da celebração de ritos, de práticas e do ensino.
- b) Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha.
- c) O direito de reunião pacífica será reconhecido. O exercício desse direito estará sujeito apenas às restrições previstas em lei e que se façam necessárias, em uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem pública, ou para proteger a saúde ou a moral pública ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.
- d) Ninguém poderá ser condenado por atos e omissões que não constituam delito de acordo com o direito nacional ou internacional, no momento em que foram cometidos, devendo ser aplicada a pena vigente no momento da ocorrência do delito, independentemente de qualquer modificação posterior na legislação.

Comentários

A **alternativa A** está correta. O Pacto prevê o direito de liberdade de pensamento, consciência e religião no seu artigo 18:

ARTIGO 18

1. Toda pessoa terá direito a liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Esse direito implicará a liberdade de ter ou adotar uma religião ou uma crença de sua escolha e a liberdade de professar sua religião ou crença, individual ou coletivamente, tanto pública como privadamente, por meio do culto, da celebração de ritos, de práticas e do ensino.

A **alternativa B** está correta. O Pacto assegura a liberdade de expressão, que envolve o direito de procurar, receber e difundir informações e ideias:

ARTIGO 19



2. Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha.

A **alternativa C** está correta. O Pacto reconhece o direito à reunião com fins pacíficos no seu artigo 21:

ARTIGO 21

O direito de reunião pacífica será reconhecido. O exercício desse direito estará sujeito apenas às restrições previstas em lei e que se façam necessárias, em uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem pública, ou para proteger a saúde ou a moral pública ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.

A **alternativa D** está incorreta e é o gabarito da questão. A alternativa estaria correta se não fosse pela parte final, uma vez que o Pacto garante a aplicação da lei mais benéfica ao réu que seja posterior ao fato, conforme o artigo 15:

ARTIGO 15

1. ninguém poderá ser condenado por atos omissões que não constituam delito de acordo com o direito nacional ou internacional, no momento em que foram cometidos. Tampouco poder-se-á impor pena mais grave do que a aplicável no momento da ocorrência do delito. Se, depois de perpetrado o delito, a lei estipular a imposição de pena mais leve, o delinqüente deverá dela beneficiar-se.

81. (FEPESE/SAP-SC - 2019) Considere as seguintes disposições de tratados internacionais de direitos humanos:

Art. 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos: “Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo” .

Art. 9.3 do Pacto dos Direitos Civis e Políticos: “Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. A prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir a regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a garantias que assegurem o comparecimento da pessoa em questão à audiência, a todos os atos do processo e, se necessário for, para a execução da sentença” .

As disposições descritas se referem à:

- a) audiência preliminar.
- b) audiência de conciliação.



- c) audiência de instrução e julgamento.
- d) audiência admonitória.
- e) audiência de custódia.

Comentários

Audiência de custódia é a audiência que é realizada imediatamente após a prisão de qualquer pessoa para que o juiz averigue as condições em que se deram a prisão, evitando a prática de abuso pelas autoridades responsáveis pela prisão. Portanto, a **alternativa E** é correta e é o gabarito da questão.

82. (TRF-2ªR/TRF-2ªR - 2017) Leia as assertivas e, ao fim, marque a opção correta:

I- Segundo a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, o Estado soberano é autorizado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, ou a ele aderir, formular reserva, salvo nos casos em que a reserva não seja permitida pelo tratado, o tratado seja restritivo quanto às reservas que podem ser feitas ou quando a reserva manifestada seja incompatível com o objeto e a finalidade do tratado.

II - Segundo o Pacto Internacional sobre Direitos Civil e Políticos, o estrangeiro que se encontre legalmente no território brasileiro só poderá dele ser expulso em decorrência de decisão adotada em conformidade com a lei e, a menos que razões imperativas de segurança a isso se oponham, terá a possibilidade de expor as razões que militem contra a sua expulsão e de ter seu caso reexaminado pelas autoridades competentes, ou por uma ou várias pessoas especialmente designadas pelas referidas autoridades, e de fazer-se representar com este objetivo.

III - A Convenção sobre os Direitos das Crianças estabelece, como critério de definição de incidência, que são consideradas como crianças todo e qualquer ser humano menor de 18 (dezoito) anos de idade, em nítido caso de presunção absoluta.

- a) Apenas a assertiva I está errada.
- b) Apenas a assertiva II está errada.
- c) Apenas a assertiva III está errada.
- d) Apenas as assertivas I e III estão erradas.
- e) Todas estão erradas.

Comentários

Vamos analisar cada um dos itens.

O item I está correto, com base no art. 19, da Convenção de Viena:

Artigo 19

Formulação de Reservas

Um Estado pode, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, ou a ele aderir, formular uma reserva, a não ser que:



- a) a reserva seja proibida pelo tratado;
- b) o tratado disponha que só possam ser formuladas determinadas reservas, entre as quais não figure a reserva em questão; ou
- c) nos casos não previstos nas alíneas a e b, a reserva seja incompatível com o objeto e a finalidade do tratado.

O item II está correto, conforme prevê o art. 13, do Pacto Internacional sobre Direitos Civil e Políticos:

ARTIGO 13

Um estrangeiro que se ache legalmente no território de um Estado Parte do presente Pacto só poderá dele ser expulso em decorrência de decisão adotada em conformidade com a lei e, a menos que razões imperativas de segurança nacional a isso se oponham, terá a possibilidade de expor as razões que militem contra sua expulsão e de ter seu caso reexaminado pelas autoridades competentes, ou por uma ou várias pessoas especialmente designadas pelas referidas autoridades, e de fazer-se representar com esse objetivo.

O item III está incorreto. De acordo com o art. 1º, da Convenção sobre os Direitos das Crianças, considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes.

Assim, a **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.

83. (FUNCAB/PC-PA - 2016) Assinale a alternativa correta em relação ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

- a) Dispõe que qualquer condenado à morte terá o direito de pedir indulto ou comutação da pena.
- b) Reconhece o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida.
- c) Proíbe a pena de morte em qualquer hipótese para menores de 21 anos e para as mulheres grávidas.
- d) Estabelece que o ensino superior deve ser tornado acessível a todos em plena igualdade, em função das capacidades de cada um, por todos os meios apropriados e nomeadamente pela instauração progressiva da educação gratuita.
- e) Reconhece expressamente o direito de todas as pessoas à segurança social, incluindo os seguros sociais.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão, pois é o que dispõe o art. 6º, 4, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos:



4. Qualquer condenado à morte terá o direito de pedir indulto ou comutação da pena. A anistia, o indulto ou a comutação da pena poderá ser concedido em todos os casos.

A **alternativa B** está incorreta. Esse direito é reconhecido pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, previsto em seu art. 11:

1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

A **alternativa C** está incorreta. De acordo com o art. 6º, 5, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, é proibido a pena de morte em qualquer hipótese para menores de 18 anos, e não 21 anos, e para as mulheres grávidas.

5. A pena de morte não deverá ser imposta em casos de crimes cometidos por pessoas menores de 18 anos, nem aplicada a mulheres em estado de gravidez.

A **alternativa D** está incorreta. Esse direito é reconhecido pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, previsto em seu art. 13, 2, "c":

c) A educação de nível superior deverá igualmente torna-se acessível a todos, com base na capacidade de cada um, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito;

A **alternativa E** está incorreta. Esse direito é reconhecido pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, previsto em seu art. 9º:

ARTIGO 9º

Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à previdência social, inclusive ao seguro social.

84. (UNESP/TJM-SP - 2016) O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966,

- a) garante o direito do homem e da mulher de contrair casamento e constituir família, porém, a fim de evitar confrontos de caráter cultural com alguns dos Estados-membros não tratou da dissolução dessa união.
- b) prevê que a pena de morte não deverá ser imposta sob nenhuma hipótese, salvo em situação de guerra.
- c) garante o direito de autodeterminação dos povos, exprimindo, assim, uma tomada de consciência universal sobre a urgência de se superar o colonialismo e o imperialismo.
- d) reconhece, sem restrições, o direito de reunião pacífica.



e) já apresenta uma preocupação com os imigrantes clandestinos, estabelecendo que estes também têm o direito de circular livremente no território de um Estado.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. De acordo com o art. 23, 4, do PIDCP, os Estados Partes do presente Pacto deverão adotar as medidas apropriadas para assegurar a igualdade de direitos e responsabilidades dos esposos quanto ao casamento, durante o mesmo e por ocasião de sua dissolução. Em caso de dissolução, deverão adotar-se disposições que assegurem a proteção necessária para os filhos.

A **alternativa B** está incorreta. Com base no art. 6º, 2, do PIDCP, nos países em que a pena de morte não tenha sido abolida, esta poderá ser imposta apenas nos casos de crimes mais graves.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão, conforme prevê o art. 1º, 1, do referido Pacto:

1. Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

A **alternativa D** está incorreta. Segundo o art. 21, do PIDCP, o direito de reunião pacífica será reconhecido. O exercício desse direito estará sujeito apenas às restrições previstas em lei e que se façam necessárias, em uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem pública, ou para proteger a saúde ou a moral pública ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.

A **alternativa E** está incorreta. O art. 12, 1, do referido Pacto, estabelece que toda pessoa que se ache legalmente no território de um Estado terá o direito de nele livremente circular e escolher sua residência.

LISTA DE QUESTÕES

Declaração Universal dos Direitos Humanos

FCC

1. (FCC/Pref. Recife/2022) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda que, como diz o nome, proclame direitos, também estabelece expressamente que todos os seres humanos têm deveres para com

- A) o planeta terra, para garantir condições de sobrevivência às gerações futuras.
- B) a pátria, espaço privilegiado de exercício da igualdade, fraternidade e liberdade.
- C) o Estado, por meio do qual as pessoas humanas têm preservados seus direitos.
- D) os povos estrangeiros, participando de ações solidárias sempre que sua dignidade esteja ameaçada.
- E) a comunidade fora da qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade não é possível.



2. (FCC/Pref. Recife/2022) A Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos referem-se à religião para, expressamente,

- A) afirmar que seus princípios de direitos humanos, em caso de conflito, sempre prevalecem sobre os princípios religiosos.
- B) declarar que a liberdade de manifestar a própria religião não poderá se sujeitar a limitações por parte das leis internas de cada país.
- C) afirmar que será proibida por lei qualquer apologia ao ódio religioso que constitua incitamento à hostilidade.
- D) declarar que o Estado deve ser laico, não devendo se orientar em qualquer hipótese por preceitos religiosos.
- E) reconhecer o dever do Estado em garantir com plenitude o direito de acesso do cidadão a cultos e práticas religiosas de sua escolha.

3. (FCC/Pref. Recife/2022) É exemplo de situação fática de violação de um direito social e/ou econômico a condição de

- A) uma pessoa impedida de escolher seus governantes por meio de eleições periódicas e legítimas.
- B) um idoso sem condições de trabalhar e excluído de qualquer benefício previdenciário ou assistencial.
- C) uma pessoa que não pode circular pelas ruas pelo risco de ser vítima de bala perdida.
- D) um preso assassinado por facções criminosas dentro do sistema penitenciário.
- E) uma pessoa que, em razão de ser mulher e negra, não consegue oportunidade de emprego.

4. (FCC/DPE-SC - 2017) Os Direitos Civis e Políticos foram reconhecidos no sistema global de direitos humanos pelo Pacto Internacional pelos Direitos Civis e Políticos. O Brasil é signatário deste pacto

- a) sendo somente as comunicações interestaduais aplicadas em nosso país.
- b) que tem o direito de reunião pacífica consagrado e tornou-se um direito humano sem restrições.
- c) cujo primeiro protocolo facultativo tratou da abolição da pena de morte, protocolo este assinado pelo Estado Brasileiro, com a ressalva prevista em nosso texto constitucional.
- d) que entrou em vigor somente em 1976, após 35 ratificações.
- e) que, de maneira inovadora, já previu na sua origem o sistema de peticionamento individual ao Comitê.

5. (FCC/DPE-ES - 2016) A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948

- a) não tratou do direito à instrução, como direito à educação.
- b) proibiu a pena de morte.
- c) restringiu-se aos direitos civis e políticos por se tratar de um documento inaugural.
- d) não tratou do direito ao voto, por se tratar de um direito político não reconhecido por todos os Estados signatários.
- e) consolida a ética universal e, combinando o valor da liberdade com o da igualdade, enumera tanto os direitos civis e políticos quanto os direitos econômicos sociais e culturais.



FGV

6. (FGV/PCAM/2022) Antônio e Pedro, estudiosos do Direito Internacional Público, travaram intenso debate a respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), instituída pela Resolução nº 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948.

Por fim, alcançaram as seguintes conclusões:

- I. a DUDH é um tratado internacional, integrando o direito internacional público convencional;
- II. a DUDH é conceitualmente distinta do jus cogens, não influenciando no seu surgimento e não sendo por ele afetada;
- III. a DUDH exorta a unidade dos direitos humanos, que devem ser observados tanto na dimensão das liberdades, como na perspectiva da fruição de direitos prestacionais.

Está correto o que se conclui em

- A) II e III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I, II e III.
- D) I, apenas.
- E) III, apenas.

7. (FGV/DPE-RJ - 2019) O trabalho escravo é uma das mais graves formas de violação de direitos humanos. Essa prática revela como uma mesma situação pode violar diferentes tipos de direitos. Diante disso, a Declaração dos Direitos Humanos de Viena (1993) – afirmou que todos os direitos humanos devem ser considerados:

- (A) universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados;
- (B) naturais, positivos, nacionais e internacionais;
- (C) civis, políticos, morais e existenciais;
- (D) individuais, coletivos e transgeracionais;
- (E) morais, legais e constitucionais.

8. (FGV/DPE-RJ - 2019) Após a II Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas, e uma de suas primeiras atividades foi aprovar uma Declaração de Direitos Humanos que vinculasse o conceito e a ideia desses direitos a valores fundamentais afirmados na modernidade. Isso fica expresso no próprio preâmbulo da Declaração de 1948 ao afirmar que:

- (A) os direitos humanitários limitam os efeitos de conflitos armados para proteger pessoas que não participam ou que deixaram de participar das hostilidades da guerra;
- (B) o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;



- (C) os direitos humanos devem ser reconhecidos e expressos pelo lema "o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim";
- (D) os estados nacionais somente poderão viver em paz e apreço mútuo de seus cidadãos na medida em que respeitem os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade;
- (E) a soberania é o valor maior a ser protegido nas relações internacionais, pois é ela que permite a verdadeira autodeterminação de povos livres.

Outras Bancas

9. (Instituto AOC/PCPA/2021) Os direitos humanos constituem matéria cuja tutela não se reserva unicamente ao âmbito doméstico dos Estados nacionais, mas também ocupa lugar na agenda da comunidade internacional. Sobre a teoria contemporânea dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- A) Os Direitos Humanos de defesa relacionam-se com a prerrogativa de a pessoa solicitar uma conduta ativa do Estado a fim de promover seus direitos fundamentais.
- B) Pode-se afirmar que a concepção contemporânea de Direitos Humanos é marcada pela universalidade e pela divisibilidade desses direitos.
- C) Pode ser conferida interpretação aos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) de forma que o exercício de um direito ali previsto anule ou restrinja o exercício de outro, destruindo esse último direito.
- D) Positivistas como Hans Kelsen e Alf Ross afirmam que os direitos humanos são direitos inatos à pessoa, que decorrem da sua própria condição de ser humano.
- E) A partir de um resgate da visão kantiana, a única condição exigida para que alguém seja titular de Direitos Humanos é sua condição de ser humano.

10. (IBFC/PM-SE - 2018) Com relação ao Histórico dos Direitos Humanos, em particular, em atenção ao preceituado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, assinale a alternativa que não corresponde ao texto da citada Declaração:

- a) Toda a pessoa acusada de um ato delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.
- b) Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.
- c) Diante da necessidade de se reprimir os crimes, será admitida a possibilidade de imposição de pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o ato delituoso foi cometido.
- d) Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.



11. (SELECON/DEPENMG/2022) “Em pleno século 21, há notícias de resgate de trabalhadores que se sujeitam a trabalhos forçados e condições degradantes em razão da precariedade da situação econômica e social que alcança esse grupo de trabalhadores.”

(Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardosakamoto/2021/10/07/resgates-de-escravizados-ja-batem-os-de-2020-e-ganham-a-cara-da-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 29/11/2021).

Nesse passo, os países signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos - Resolução 217- A (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1948, ao permitirem a sujeição do ser humano a trabalhos forçados e condições degradantes:

- A) contrariam regras e/ou recomendações previstas na respectiva Declaração
- B) não contrariam regras e/ou recomendações previstas na respectiva Declaração pela ausência da totalidade de anuência dos países membros signatários desse documento
- C) podem contrariar regras e/ou recomendações previstas na respectiva Declaração no caso de declaração de guerra envolvendo os países membros signatários desse documento
- D) não contrariam regras e/ou recomendações previstas na respectiva Declaração em razão da vigência temporária dessa Declaração limitada ao período do pós-guerra

12. (SELECON/DEPENMG/2022) “O Observatório Sírio para os Direitos Humanos, um grupo de monitoramento com base no Reino Unido e uma rede de fontes na Síria, registrou a morte de 387.118 pessoas até dezembro de 2020, entre elas 116.911 civis. O número de mortos não incluiu as 205.300 pessoas que estavam desaparecidas e presumidamente mortas, entre eles 88 mil civis que teriam morrido em prisões administradas pelo governo onde se praticava entre eles tortura.”

(Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56378202> - adaptado)

Com relação aos países membros signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos - Resolução 217- A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1948, a prática de tortura, de penas ou de tratamentos degradantes em seres humanos, com base nas regras e/ou recomendações contidas nessa Declaração, é:

- A) vedada em qualquer hipótese
- B) permitida apenas na hipótese de guerra civil
- C) permitida apenas na hipótese de calamidade pública
- D) permitida apenas na hipótese de mudança de regime político

13. (FUMARC/PCMG/2022) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), é CORRETO afirmar que todo ser humano tem direito

- A) à liberdade de pensamento, sendo vedado o anonimato.
- B) à liberdade de reunião e associação pacífica, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- C) à propriedade, que atenderá sua função social.
- D) a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.



14. (FUMARC/PCMG/2022) Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é correto afirmar, EXCETO:

- A) No âmbito do direito interno brasileiro, a Declaração de 1948 serviu de paradigma para a Constituição Federal de 1988, o que demonstra que o direito constitucional brasileiro atual está em perfeita consonância com o sistema internacional de proteção dos direitos humanos.
- B) O propósito da Declaração, como proclama seu preâmbulo, é promover o reconhecimento universal dos direitos humanos e das liberdades fundamentais a que faz menção a Carta da ONU.
- C) Sua importância histórica reside no fato de consagrar a ótica contratualista liberal, pela qual os direitos humanos se reduzem aos direitos à liberdade, segurança e propriedade, complementados pela resistência à opressão.
- D) Tem servido de paradigma e de referencial ético para a conclusão de inúmeros tratados internacionais de direitos humanos, tanto do sistema global como dos contextos regionais.

15. (Instituto Consulplan/Pref. Caeté/2022) “Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.”

Tal afirmação encontra-se na:

- A) Reforma Trabalhista de 2017.
- B) Constituição Federal de 1988.
- C) Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).
- D) Declaração Universal dos Direitos Humanos.

16. (Instituto AOCP/PCPA/2021) A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 surge no pós-guerra como reação aos horrores vivenciados pelo mundo com as experiências nazi- fascistas. Dentre as seguintes alternativas, assinale a que NÃO representa uma garantia prevista nesse importante instrumento.

- A) Direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.
- B) Direito à prestação jurisdicional efetiva para defesa contra atos que violem direitos fundamentais.
- C) Direito de acesso à Corte Interamericana de Direitos Humanos em duplo grau de jurisdição no caso de ações propostas diretamente no Supremo Tribunal Federal.
- D) Direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
- E) Direito de contrair matrimônio e fundar uma família.

17. (IBFC/SEJUFPR/2021) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, é o primeiro texto jurídico internacional que apresenta uma lista completa dos Direitos Humanos. No que se refere a esse importante documento, assinale a alternativa correta.

- A) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada por 58 países, membros das Nações Unidas, teve 8 abstenções, 2 ausências e 3 votos contrários



B) Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades

C) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi elaborada no ano de 1968

D) A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um instrumento jurídico que tem força de lei internacional, a que estão submetidas as nações que a aprovaram

E) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi pensada para se realizar em duas fases: primeiramente com o desenvolvimento de uma verdadeira proteção internacional dos direitos humanos e, em seguida com a elaboração de um instrumento jurídico internacional que fosse efetivamente vinculante, que desenvolvesse a Declaração.

18. (IBADE/IAPENAC/2021) Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Resolução nº 217ª (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948, assinale a alternativa CORRETA.

A) Todo ser humano acusado de um ato delituoso será presumidamente culpado até que a sua inocência tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa (Artigo 11)

B) Todo ser humano poderá ser obrigado a fazer parte de uma associação (Artigo 20)

C) Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado (Artigo 9)

D) Somente os cidadãos capazes têm o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei (Artigo 6)

E) Todo ser humano estará sujeito à interferências do Poder Público em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência (Artigo 12)

19. (IBADE/IAPENAC/2021) Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Resolução nº 217ª (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948, assinale a alternativa CORRETA.

A) Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado (Art. 9º)

B) Toda a pessoa acusada de um ato delituoso presume-se culpado até que se prove o contrário (Art. 11º §1)

C) Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade, exceto por conflitos civis (Art. 17º §2)

D) Todos deverão fazer parte de uma associação (Art. 20º §2)

E) Todos têm direito a salário diferente por trabalho igual, devido a condições peculiares do indivíduo (Art. 23º §2)

20. (IBADE/ISEAC/2021) Conforme preconiza o documento internacional de direitos humanos conhecido como W, a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais, sendo que todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social. Considerando essas informações, é certo que W se trata do documento conhecido como:

A) Carta Magna de 1215.



- B) Bill of Rights de 1689.
- C) Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.
- D) Princípios Orientadores de Riad de 1990.
- E) Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade de 1990.

21. (IBADE/ISEAC/2021) “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” é máxima ensinada pelo seguinte documento sobre Direitos Humanos:

- A) Carta do Rei João Sem Terra (1215).
- B) Declaração de direitos do homem e do cidadão (1789).
- C) Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).
- D) Declaração dos Direitos da Criança (1959).
- E) Princípios Orientadores de Riad (1990).

22. (IBADE/ISEAC/2021) A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê expressamente que, via de regra, todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar:

- A) asilo em outros países.
- B) refúgio nos Estados Unidos da América.
- C) proteção no Consulado da Organização das Nações Unidas em Sydney, na Austrália.
- D) garantia de permanecer em silêncio caso seja processado por ato ilícito.
- E) prerrogativa de foro caso seja processado por ato ilícito.

23. (IBFC/PM-BA - 2020) A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 foi elaborada pela extinta Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Ela era uma das etapas para uma futura elaboração de um “tratado internacional de direitos humanos” que acabou não acontecendo por conta da Guerra Fria. Procurou colocar a dignidade da pessoa humana como núcleo de todos os direitos humanos. Assim, sobre seu âmbito de proteção, assinale a alternativa correta.

- a) Nem todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei
- b) O exílio é permitido em determinadas situações
- c) Reconhece a possibilidade da norma retroagir para prejudicar o réu
- d) Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenha sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa
- e) A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio censitário, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto

24. (IBFC/CBM-BA - 2020) Em 10 de dezembro de 1948, em Paris, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou solenemente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que enumerou os



direitos e liberdades fundamentais a que a Carta de São Francisco apenas havia feito referência genérica. Sobre a Declaração, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Declaração Universal procurou colocar a dignidade da pessoa humana como núcleo de todos os direitos humanos
- b) A Declaração Universal trata do direito do trabalho, à livre escolha do emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego
- c) A Declaração Universal trata do direito a um padrão digno de vida, em que restem assegurados saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis
- d) A Declaração Universal por ter sido criada na França, só se aplica aos seus cidadãos
- e) A Declaração Universal trata do direito à educação e do direito a participar livremente da vida cultural da comunidade

25. (Unifil/Pref Ângulo - 2020) A Assembleia Geral da ONU proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, a fim de que os indivíduos e todos os órgãos da sociedade se esforcem por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover o seu reconhecimento e a sua aplicação universal e efetiva, tanto entre as populações dos próprios Estados membros, como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição. De acordo com Art. 7, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise as assertivas e assinale a alternativa que não condiz com a lei.

- I. Todos podem ter direitos iguais perante a lei.
 - II. Todos são iguais perante a lei.
 - III. Todos têm direito à igual proteção da lei, desde que não seja contra discriminação.
 - IV. Alguns têm direito à proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.
 - V. Todos têm direitos garantidos desde que não apresente nenhuma deficiência.
- a) Apenas I, III e IV.
 - b) Apenas II.
 - c) Apenas I, II, III, IV e V.
 - d) Todas estão incorretas.

26. (AOC/Pref Novo Hamburgo - 2020) Consoante a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- b) Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.
- c) A vontade do povo será a base da autoridade do governo. Essa vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.



- d) Todo ser humano vítima de perseguição, ainda que esta seja legitimamente motivada por crimes de direito comum, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
- e) A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

27. (AOCP/Pref Novo Hamburgo - 2020) São princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

- a) dignidade, equidade e individualidade.
- b) igualdade, equidade e singularidade.
- c) dignidade, igualdade e liberdade.
- d) paz, pão e terra.
- e) terra, família e trabalho.

28. (AOCP/Pref Betim - 2020) A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê, no artigo III, que todo ser humano tem direito

- a) à vida, à liberdade e à democracia.
- b) à vida, à família e ao trabalho.
- c) à vida, à saúde e ao trabalho.
- d) à vida, à segurança pessoal e ao pleno emprego.
- e) à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

29. (CONSULPLAN/CDP - 2020) A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos DUDH, analise as afirmativas a seguir.

- I. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
- II. Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.
- III. Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I, II e III.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas,
- d) I e III, apenas.
- e) II e III, apenas.

30. (INSTITUTO EXCELÊNCIA/Pref Canoinhas - 2019) Sobre os direitos humanos analise as afirmativas abaixo.



I- O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.

II- No exercício deste direito e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.

III- Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente e aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas II e III.
- d) I, II e III.
- e) Nenhuma das alternativas.

31. (UNIFIL/Pref Jardim Alegre - 2019) Nos termos do Art. 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Em alguns casos será feita a distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou território da naturalidade da pessoa.
- b) Não haverá distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.
- c) Não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.
- d) Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração.

32. (INSTITUTO ACESSO/PC-ES - 2019) O artigo 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) prevê que todo ser humano tem direito a uma nacionalidade e que ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade. Não obstante, há em variados países populações que etnicamente são autoproclamadas “ciganas”. Estas se distinguem por não possuírem uma nacionalidade, embora reclamem tratamento digno diante de arbitrariedades a que podem ser sujeitas, como a que ocorreu, por exemplo, na França, por ocasião do mandato do presidente Sarkozy. O direito a essa identidade pode ser representado, em termos de suas garantias, considerando o que se prescreve no âmbito da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Assinale a alternativa correta que estabelece a relação descrita no enunciado com os direitos abrangidos na DUDH.

- a) Ninguém será sujeito a interferências em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção legal contra tais interferências ou ataques, salvo quando submetido a um julgamento justo.



- b) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade, liberdade e igualdade.
- c) Todo ser humano tem direito à liberdade de movimento e residência dentro das fronteiras de cada Estado. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.
- d) Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade formal jurídica.
- e) Todo ser humano tem capacidade para gozar dos direitos e das liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição.

33. (CEFETMINAS/Pref B Vista MG - 2019) A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que ninguém

- a) será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, exceto no caso de cometimento de crime hediondo.
- b) terá direito de expressar sua religião, seja pela prática, culto ou rito, em espaço público.
- c) poderá ser arbitrariamente preso, detido ou exilado, exceto quando se encontra em território de país estrangeiro.
- d) poderá ser arbitrariamente privado de sua propriedade, nem sofrer intromissões arbitrárias em sua vida privada, sua família ou em seu domicílio.

34. (CEFETMINAS/Pref B Vista MG - 2019) NÃO é um direito fundamental anunciado na Declaração Universal dos Direitos Humanos o

- a) livre circular e a escolha da residência no interior de um Estado.
- b) acesso, em condições de igualdade, a funções públicas no próprio país.
- c) salário igual por trabalho igual.
- d) acesso à internet de banda larga de qualidade.

35. (FUNDATEC/Pref Campo Bom - 2019) Assinale a alternativa que NÃO se refere a um artigo contido na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- a) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- b) Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- c) A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.
- d) A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.
- e) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.



36. (FUNDATEC/Pref Campo Bom - 2019) A respeito do tema da educação, no que se refere ao conteúdo contido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- a) A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental.
- b) Somente as pessoas que cumprem seus deveres civis e políticos têm direito à educação.
- c) O ensino técnico e profissional deve ser generalizado, sem a necessidade de plena igualdade em sua oferta.
- d) A educação deve visar à plena expansão da personalidade, reforçando a tolerância exclusivamente aos grupos raciais e religiosos dominantes econômico e politicamente.
- e) O acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, sem levar em consideração a função do seu mérito.

37. (Unifil/Pref Tupãssi - 2019) De acordo com o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.
- b) Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- c) Ninguém será mantido em escravidão ou em servidão; a escravidão e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.
- d) Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, exceto aqueles que cometerem crimes hediondos.

38. (Unifil/Pref Tupãssi - 2019) Conforme o Art. 18^o da Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião e este direito implica

- a) a proibição de mudar de religião.
- b) a impossibilidade de manifestar sua religião em público.
- c) a liberdade de mudar de religião ou de convicção.
- d) a proibição em manifestar sua religião por meio do ensino.

39. (OBJETIVA CONCURSOS/Pref Viadutos - 2019) “A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o documento mais conhecido e mais influente do mundo na área de direitos humanos. Ela lista, em 30 artigos, os direitos inerentes (com os quais todo ser humano nasce) e inalienáveis (que não podem ser retirados de ninguém)”.

<https://www.nexojornal.com.br/explicado...> - adaptado.

Em relação ao exposto acima, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

() Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, à igual proteção da lei. Todos têm direito à igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.



() Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

() O casamento será válido mesmo sem o livre consentimento de um dos nubentes.

- a) C - C - E.
- b) E - C - C.
- c) C - E - E.
- d) E - C - E.

40. (UNEB/PM-BA - 2019) Assinale a alternativa correta.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos no Brasil. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais e todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. A DUDH, em conjunto com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus dois Protocolos Opcionais (sobre procedimentos de queixa e sobre a pena de morte) e com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu Protocolo Opcional, formam:

- a) A Convenção para Prevenção e Repressão de Todas as Formas de Discriminação.
- b) O Pacto de Direitos Humanos.
- c) Carta da Terra.
- d) A Declaração do Milênio.
- e) Carta Internacional dos Direitos Humanos.

41. (FAUEL/Pref Honório Serpa - 2019) Com base na Declaração Universal de Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948, analise as seguintes alternativas e marque a que NÃO apresenta o conteúdo de um de seus artigos.

- a) Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.
- b) Todas as pessoas têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- c) Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
- d) Toda pessoa acusada de um crime deve ter sua liberdade suprimida, até que prove juridicamente sua inocência.

42. (CRESCER/Pref Jijoca de J – 2019) De acordo com o disposto no art. XXIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise os itens a seguir.

I. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

II. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses

III. Todo ser humano, respeitadas algumas distinções, tem direito a igual remuneração por igual trabalho



IV. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

A quantidade de itens corretos é:

- a) 3
- b) 4
- c) 2
- d) 1

43. (CONSULPLAN/Pref Suzano – 2019) A Declaração Universal dos Direitos Humanos nasce como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios países-membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. Composta por 30 artigos, que expressam os direitos que devem ser assegurados a todos os seres humanos. NÃO constitui um direito expreso nesta declaração:

- a) Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela Lei.
- b) Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da Lei contra tais interferências ou ataques.
- c) A vontade do povo será a base da autoridade do governo democrático ou ditatorial; essa vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.
- d) Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a Lei, em julgamento público, no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

44. (FUNDEP/Pref Uberlândia – 2019) O artigo XVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que “toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular”.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS.

Diversidade Religiosa e Direitos Humanos. Brasília, 2004.

Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_sedh_diversidade_religiosa.pdf>.

Acesso em: 22 jul. 2019.



O direito citado visa garantir e proteger a(o)

- a) liberdade religiosa.
- b) verdade de cada religião.
- c) relativismo religioso.
- d) proselitismo religioso.

45. (CONSULPLAN/Pref Pitangueiras – 2019) O direito à educação é um direito social e está intimamente relacionado à concretização da Dignidade da Pessoa Humana. Neste sentido, a Constituição de 1988, denominada Constituição Cidadã, busca alcançar amplamente os direitos humanos de larga definição, dentre eles os direitos sociais, e coaduna-se às normas internacionais, que observam a educação como eixo de grande relevância ao desenvolvimento do ser humano. Com base na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- a) A educação e a formação do indivíduo deverão ser orientadas no sentido de permitir o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.
- b) A extirpação de correntes pedagógicas, com imposições ideológicas de único viés, constitui-se necessária à formação do humano e não ofende ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, apresentado pela Constituição Federal.
- c) A ministração do ensino exclusivamente em língua portuguesa, mesmo para indígenas, é imposição regular, decorrente da necessidade de valorização da linguagem oficial do país e da promoção do contato entre as diversas etnias que habitam seu território.
- d) Ao permitir que a iniciativa privada atue diretamente na prestação da educação à sociedade, a Constituição o fez sem condicionantes; isso é dizer que a educação privada não está obrigada a observar regramentos específicos oriundos do Poder Público, mesmo quanto aos patamares mínimos de conteúdo para a Educação Fundamental.

46. (INSTITUTO MAIS/Pref Mairiporã – 2019) Assinale a alternativa que apresenta uma disposição da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

- a) Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- b) Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, independentemente de qualquer motivação.
- c) Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, exceto, a nacionalidade concedida por país que não seja o de seu nascimento.
- d) Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, mas pode ser impedido de a esse regressar.

47. (INSTITUTO MAIS/Pref Guaxupé – 2019) Com base na Declaração Universal dos Direitos do Homem, assinale a alternativa correta.

- a) Todo País tem o direito de impedir que o ser humano deixe suas fronteiras.



- b) Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar asilo em outros países, que avaliará a possibilidade de concessão, por meio de decisão soberana.
- c) Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.
- d) O ser humano pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

48. (IBFC/AGEPEN-MG - 2018) A partir de 1945, com a criação das Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial, normas e tratados têm conferido uma forma legal à prática dos direitos humanos para todos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948, dispõem em seus artigos:

“Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será _____, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será _____ a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito”.

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas.

- a) Paga, acessível
- b) Parcialmente paga, gratuita
- c) Paga, gratuita
- d) Gratuita, paga
- e) Gratuita, acessível

49. (IBFC/AGEPEN-MG - 2018) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948, destaca:

- I. Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- II. Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.
- III. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido culpado até que a sua inocência tenha sido provada de acordo com a lei.
- IV. Todo ser em julgamento público pode ter asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa dependendo do delito praticado.
- V. Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Assinale a alternativa correta:

- a) I, II, V apenas
- b) II, III, IV, apenas
- c) II, IV apenas
- d) III apenas
- e) I, II, III apenas



50. (PM-MG - 2018) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos assinale “V” para a (s) assertiva (s) verdadeira (s) e “F” para a (s) assertiva (s) falsa (s).

() Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa audiência por parte do Tribunal Internacional da ONU, para decidir sobre seus direitos e deveres na esfera do Direito Internacional.

() Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, sem prévia autorização da autoridade policial.

() Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

() Todo ser humano tem direito a repouso semanal, diversão e lazer oferecido pelo Estado, inclusive a limitação máxima de 44 horas semanais de trabalho e férias anuais remuneradas com adicional de 1/3.

() Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos possam ser plenamente realizados.

Marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

a) V, F, F, V, F.

b) F, F, V, F, V.

c) F, V, F, V, F.

d) V, F, V, F, V.

51. (IBFC/PM-SE - 2018) Assinale a alternativa que não se apresenta em consonância com as justificativas delineadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948:

a) Os Estados Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do homem e a observância desses direitos e liberdades

b) É essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o homem possa ser compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão

c) O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo

d) O desprezo e o desrespeito pelos direitos do homem resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade.

52. (FUMARC/PC-MG - 2018) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, retomando os ideais da Revolução Francesa, representou a manifestação histórica de que se formara, enfim, em âmbito universal, o reconhecimento dos valores supremos da igualdade, da liberdade e da fraternidade. Em decorrência disso, os direitos fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988:

a) como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, esses direitos fundamentais são considerados uma recomendação sem força vinculante, uma etapa preliminar para ulterior implementação na medida em que a sociedade se desenvolver.

b) não consideram as diferenças humanas como fonte de valores positivos a serem protegidos e estimulados, pois, ao criar dispositivos afirmativos legais, as diferenças passam a ser tratadas como deficiências.



- c) obrigam que o princípio da solidariedade seja interpretado com a base dos direitos econômicos e sociais, que são exigências elementares de proteção às classes ou aos grupos sociais mais fracos ou necessitados.
- d) tratam a liberdade como um princípio político e não individual, pois o reconhecimento de liberdades individuais em sociedades complexas esconde a dominação oligárquica dos mais ricos.

53. (NUCEPE/PC-PI - 2018) Tendo como base a Declaração de Direitos Humanos, diante das seguintes situações, podemos afirmar que se encontra de acordo com a referida Declaração:

- a) Manuel é português e foi extraditado pelo Brasil para Portugal, após cumprir a pena que lhe foi imposta em Portugal, o referido país não o deixou abandonar o país, por ser nacional;
- b) Ninguém pode ser arbitrariamente privado de sua propriedade;
- c) Caio, perseguido politicamente, não pode deixar seu país, pois de acordo com o direito interno não é possível qualquer nacional solicitar asilo em outro país;
- d) É possível, em respeito às tradições, que os futuros esposos sejam prometidos, e que ambos devem se sujeitar ao casamento. Entretanto, nenhum poderá ser obrigado a permanecer casado;
- e) Marcos resolveu vir para o Brasil, e seu país de origem, o privou de sua nacionalidade. Segundo a Declaração de Direitos do Homem, não há problema algum Marcos permanecer apátrida.

54. (FEPESE/PC-SC - 2017) Assinale a alternativa que indica corretamente o organismo internacional cujo preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos aponta que se compromete a promover, em cooperação com os Estados Membros, o respeito universal e efetivo dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais.

- a) Comunidade Europeia.
- b) Organização do Tratado Norte.
- c) Organização das Nações Unidas.
- d) Organização Internacional do Trabalho.
- e) Fundo das Nações Unidas para a Infância.

55. (FEPESE/PC-SC - 2017) É correto afirmar sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- a) Admite-se a tortura, excepcionalmente, para se penalizar crimes hediondos.
- b) É vedada a escravatura, porém, admite-se a servidão de pessoas até dezoito anos.
- c) Todo acusado deverá ser considerado culpado até que se prove a sua inocência.
- d) Não se admite a prisão, a detenção ou o exílio arbitrário.
- e) É obrigação dos Estados signatários da Declaração instituírem tribunais parciais e dependentes.

56. (FEPESE/PC-SC - 2017) É correto afirmar sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- a) A proteção à opinião política é reduzida em razão da salvaguarda das liberdades.
- b) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.
- c) O caráter laico do Estado dispensa proteção ao direito de religião.



- d) Por não possuir natureza comercial, não há previsão de proteção e satisfação de direitos econômicos.
- e) A Declaração somente protege direitos de cidadãos residentes em países ou territórios plenamente livres e soberanos.

57. (FEPESE/PC-SC - 2017) A Declaração Universal dos Direitos dos Homens prevê que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.

Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros:

- a) em espírito de fraternidade.
- b) em espírito de fragmentariedade.
- c) em espírito de preservar a estratificação social.
- d) de modo a influenciar a vida privada alheia.
- e) de forma a compartilhar as riquezas individuais.

58. (FEPESE/PC-SC - 2017) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo indivíduo tem direito à:

- 1. vida.
- 2. liberdade.
- 3. segurança pessoal.
- 4. discriminação.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

59. (MPE-SP/MPE-SP - 2017) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi a responsável por definir direitos e liberdades fundamentais que deveriam ser garantidos por todos os Estados.

Sem embargo, enquanto Carta de Declaração de Direitos, o texto não apresentava, por si próprio, força jurídica obrigatória e vinculante, donde indispensável o estudo de mecanismos capazes de assegurar o reconhecimento e a efetiva observância, pelos Estados, dos princípios por ela consagrados.

Tais estudos resultaram na formação da denominada Carta Internacional dos Direitos Humanos (International Bill of Rights), que decorre

- a) da conjugação do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Declaração Universal.
- b) da alteração do status conferido à Declaração Universal pela Comissão dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.



- c) do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- d) da alteração do status conferido à Declaração Universal pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.
- e) do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

60. (IDECAN/SEJUC-RN - 2017) Nos termos expressos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo encontra amparo no(a):

- a) Prescindibilidade de proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.
- b) Reconhecimento de que todos os países signatários abominam a pena de morte.
- c) Poder soberano dos países signatários da declaração universal dos direitos humanos.
- d) Dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis.

61. (IDECAN/SEJUC-RN - 2017) Conforme expressa previsão na Declaração Universal dos Direitos Humanos, ninguém

- a) será submetido à tortura.
- b) será preso, detido ou exilado.
- c) pode mudar de nacionalidade.
- d) pode reunir-se sem autorização.

62. (IDECAN/SEJUC-RN - 2017) Quanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise as afirmativas a seguir.

I. Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.

II. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

III. Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.

63. (IDECAN/SEJUC-RN - 2017) No que concerne a Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise as afirmativas a seguir.

I. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e



direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

II. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, ao que é vedado acrescentar outros meios de proteção social.

III. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta, baseada no mérito.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- a) I.
- b) III.
- c) I e II.
- d) I e III.

64. (IBADE/SEJUDH-MT - 2017) Considerando o quanto disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- a) não será feita qualquer distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, desde que tal território não esteja sujeito a qualquer tipo de limitação de soberania.
- b) a liberdade de opinião e de expressão não inclui a liberdade de transmitir informações por qualquer meio e independente de fronteiras.
- c) toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas não remuneradas.
- d) toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
- e) toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países com os quais existe tratado de reciprocidade.

65. (IBADE/SEJUDH-MT - 2017) Com relação à liberdade religiosa e o quanto é estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- a) É assegurada a liberdade de ensino da crença religiosa somente de forma coletiva.
- b) A liberdade de manifestação de religião ou crença deve se dar apenas em âmbito particular.
- c) O direito à liberdade de pensamento inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença.
- d) Os direitos e as liberdades estabelecidos na Declaração podem ser usufruídos por qualquer pessoa com a capacidade de obedecer aos preceitos de sua religião.
- e) Os homens e mulheres de maior idade têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família, observadas as restrições de suas religiões ou crenças.



66. (IBADE/SEJUDH-MT - 2017) Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- a) não trata da liberdade religiosa.
- b) não faz referência a direitos políticos.
- c) foi editada em 1958.
- d) é vinculante em sua integralidade, por se tratar de resolução da Organização das Nações Unidas.
- e) prega os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

67. (FUNCAB/PC-PA - 2016) Com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que a(os):

- a) três valores fundamentais dos direitos humanos são a liberdade, a igualdade e a fraternidade.
- b) pessoas vítimas de perseguição tem direito de procurar asilo em outro país, mesmo nos casos em que a perseguição é motivada por crimes de direito comum.
- c) liberdade de opinião e de expressão não inclui a liberdade de transmitir informações por qualquer meio e independente de fronteiras.
- d) direitos de liberdade previsto são relativos à esfera individual, não prevendo liberdades políticas relativas à participação do povo no governo.
- e) liberdade religiosa é acessível a qualquer pessoa desde que sua manifestação seja feita de forma coletiva e em particular apenas.

68. (FUNCAB/PC-PA - 2016) Com relação ao trabalho e ao que estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- a) Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure apenas a si uma existência compatível com a dignidade humana, não sendo necessário acrescentar outros meios de proteção social.
- b) Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego e a condições justas e favoráveis de trabalho, sendo opcional a proteção contra o desemprego.
- c) A remuneração por igual trabalho permite distinção desde que prevista em lei nacional.
- d) Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses.
- e) Toda pessoa tem direito a repouso e lazer inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas não remuneradas.

69. (FUNCAB/PC-PA - 2016) A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, assinale a alternativa correta.

- a) Estabelece que a vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos, devendo se exprimir por meio de eleições honestas, realizadas periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.
- b) Prevê a criação de um Tribunal Internacional para a verificação do cumprimento dos direitos humanos por ela estabelecidos.



- c) Dispõe que a educação gratuita abrange o ensino elementar, técnico e profissional.
- d) Possui natureza de tratado internacional e força vinculante em relação a todos os países que a ratificaram.
- e) Foi primeiro documento internacional a tratar expressamente de direitos humanos de terceira dimensão, como a paz e o meio ambiente.

70. (SEGPLAN-GO/SEAP-GO - 2016) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro do ano de:

- a) 1945
- b) 1948
- c) 1950
- d) 1954
- e) 1960

71. (SEGPLAN-GO/SEAP-GO - 2016) A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, tendo sido proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas reunida em Paris através da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. De acordo com o que prescreve a Declaração Universal dos Direitos Humanos é INCORRETO afirmar que:

- a) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
- b) Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
- c) Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- d) Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.
- e) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, exceto aqueles que por ventura estiverem recolhidos em alguma unidade prisional.

72. (SEGPLAN-GO/SEAP-GO - 2016) Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. De acordo com o que prescreve a Declaração Universal dos Direitos Humanos leia e analise as assertivas abaixo:

- I - Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.



II - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

III - Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- d) Somente a assertiva I está correta.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

73. (IDECAN/Prefeitura de Natal-RN - 2016) Assinale a alternativa que NÃO está de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- a) Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, mas não a este regressar.
- b) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
- c) Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.
- d) Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

74. (SENAI-PR/ITAIPU BINACIONAL - 2016) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- b) A escravatura e o trato dos escravos, em tempos de paz, são proibidos.
- c) Ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
- d) Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica.
- e) Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Pacto Internacional dos Direitos Civil e Políticos

FCC

75. (FCC/Pref. Recife/2022) Segundo regra expressa do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, ninguém poderá ser preso

- A) sem que haja ordem de prisão determinada pela autoridade judicial competente.
- B) sem que tenha sido condenado definitivamente em segunda instância.



- C) se descumprir lei que afronte os princípios e regras de direitos humanos.
- D) apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual.
- E) enquanto estiver prestando trabalho cívico, por convocação oficial, em ação destinada à preservação do bem-estar social.

76. (FCC/DPE-PR - 2017) O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos somente considera justificável que os Estados-partes signatários restrinjam o direito de reunião pacífica caso

- I. haja interesse da segurança nacional.
- II. haja interesse da segurança ou ordem públicas.
- III. seja necessário para proteção da saúde ou a moral públicas.
- IV. haja falta de autorização da autoridade competente.
- V. seja necessário para proteção dos direitos e liberdades das demais pessoas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II, III e IV.
- b) I, II, III e V.
- c) II e V.
- d) I, II e IV.
- e) I e III.

77. (FCC/DPE-BA - 2016) Segundo o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, qualquer pessoa acusada de infração penal goza de presunção de inocência até que a sua culpabilidade tenha sido legalmente estabelecida, tendo direito, pelo menos, às seguintes garantias:

- I. Ser prontamente informada, numa língua que ela compreenda, de modo detalhado, acerca da natureza e dos motivos da acusação apresentada contra ela.
- II. Ser julgada em no máximo um ano.
- III. Fazer-se assistir de um intérprete, se não compreender ou não falar a língua utilizada no tribunal.
- IV. Comunicar com um advogado da sua escolha e dispor do tempo, no mínimo dez dias, para a preparação da defesa.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) II e IV.



Outras Bancas

78. (IBFC/PM-BA - 2020) O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966) instituiu um Comitê de Direitos Humanos. Sobre este, assinale a alternativa correta.

- a) Os Estados-partes devem enviar ao Comitê, sempre que solicitados, relatórios sobre as medidas por eles adotadas para concretizar os direitos mencionados no Pacto
- b) O Comitê é composto por 28 membros
- c) O quorum para instalação dos trabalhos é de 22 membros
- d) O Comitê é integrado exclusivamente por americanos eleitos
- e) Os membros do Comitê serão eleitos para um mandato de 2 anos

79. (IBFC/CBM-BA - 2020) Adotado pela Resolução n.2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, e ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos trouxe em seu bojo um número maior de direitos dessa espécie que o previsto na Declaração Universal. Analise as afirmativas abaixo.

- I. Há no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos um acréscimo do número de direitos dessa espécie em relação à Declaração Universal.
- II. Proíbe a escravidão e todas as formas de tráfico de escravos.
- III. Veda a prisão arbitrária, com garantia do julgamento em tempo razoável.
- IV. Não protege a vida privada, o domicílio e a correspondência.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas
- b) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas
- c) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- e) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas

80. (IBGP-GM/Pref Uberaba - 2019) No que tange ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Toda pessoa terá direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Esse direito implicará liberdade de ter ou adotar uma religião ou uma crença de sua escolha e liberdade de professar sua religião ou crença, individual ou coletivamente, tanto pública como privadamente, por meio do culto, da celebração de ritos, de práticas e do ensino.
- b) Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha.
- c) O direito de reunião pacífica será reconhecido. O exercício desse direito estará sujeito apenas às restrições previstas em lei e que se façam necessárias, em uma sociedade democrática, no interesse da segurança



nacional, da segurança ou da ordem pública, ou para proteger a saúde ou a moral pública ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.

d) Ninguém poderá ser condenado por atos e omissões que não constituam delito de acordo com o direito nacional ou internacional, no momento em que foram cometidos, devendo ser aplicada a pena vigente no momento da ocorrência do delito, independentemente de qualquer modificação posterior na legislação.

81. (FEPESE/SAP-SC - 2019) Considere as seguintes disposições de tratados internacionais de direitos humanos:

Art. 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos: “Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo” .

Art. 9.3 do Pacto dos Direitos Civis e Políticos: “Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. A prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir a regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a garantias que assegurem o comparecimento da pessoa em questão à audiência, a todos os atos do processo e, se necessário for, para a execução da sentença” .

As disposições descritas se referem à:

- a) audiência preliminar.
- b) audiência de conciliação.
- c) audiência de instrução e julgamento.
- d) audiência admonitória.
- e) audiência de custódia.

82. (TRF-2ªR/TRF-2ªR - 2017) Leia as assertivas e, ao fim, marque a opção correta:

I- Segundo a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, o Estado soberano é autorizado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, ou a ele aderir, formular reserva, salvo nos casos em que a reserva não seja permitida pelo tratado, o tratado seja restritivo quanto às reservas que podem ser feitas ou quando a reserva manifestada seja incompatível com o objeto e a finalidade do tratado.

II - Segundo o Pacto Internacional sobre Direitos Civil e Políticos, o estrangeiro que se encontre legalmente no território brasileiro só poderá dele ser expulso em decorrência de decisão adotada em conformidade com a lei e, a menos que razões imperativas de segurança a isso se oponham, terá a possibilidade de expor as razões que militem contra a sua expulsão e de ter seu caso reexaminado pelas autoridades competentes, ou por uma ou várias pessoas especialmente designadas pelas referidas autoridades, e de fazer-se representar com este objetivo.

III - A Convenção sobre os Direitos das Crianças estabelece, como critério de definição de incidência, que são consideradas como crianças todo e qualquer ser humano menor de 18 (dezoito) anos de idade, em nítido caso de presunção absoluta.

- a) Apenas a assertiva 1 está errada.



- b) Apenas a assertiva II está errada.
- c) Apenas a assertiva III está errada.
- d) Apenas as assertivas I e III estão erradas.
- e) Todas estão erradas.

83. (FUNCAB/PC-PA - 2016) Assinale a alternativa correta em relação ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

- a) Dispõe que qualquer condenado à morte terá o direito de pedir indulto ou comutação da pena.
- b) Reconhece o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida.
- c) Proíbe a pena de morte em qualquer hipótese para menores de 21 anos e para as mulheres grávidas.
- d) Estabelece que o ensino superior deve ser tornado acessível a todos em plena igualdade, em função das capacidades de cada um, por todos os meios apropriados e nomeadamente pela instauração progressiva da educação gratuita.
- e) Reconhece expressamente o direito de todas as pessoas à segurança social, incluindo os seguros sociais.

84. (UNESP/TJM-SP - 2016) O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966,

- a) garante o direito do homem e da mulher de contrair casamento e constituir família, porém, a fim de evitar confrontos de caráter cultural com alguns dos Estados-membros não tratou da dissolução dessa união.
- b) prevê que a pena de morte não deverá ser imposta sob nenhuma hipótese, salvo em situação de guerra.
- c) garante o direito de autodeterminação dos povos, exprimindo, assim, uma tomada de consciência universal sobre a urgência de se superar o colonialismo e o imperialismo.
- d) reconhece, sem restrições, o direito de reunião pacífica.
- e) já apresenta uma preocupação com os imigrantes clandestinos, estabelecendo que estes também têm o direito de circular livremente no território de um Estado.

GABARITO

- | | | | | | |
|-----|---|-----|---|-----|---------|
| 1. | E | 12. | A | 23. | D |
| 2. | C | 13. | D | 24. | D |
| 3. | B | 14. | C | 25. | ANULADA |
| 4. | D | 15. | D | 26. | D |
| 5. | E | 16. | D | 27. | C |
| 6. | E | 17. | B | 28. | E |
| 7. | A | 18. | C | 29. | A |
| 8. | B | 19. | A | 30. | D |
| 9. | E | 20. | C | 31. | A |
| 10. | C | 21. | C | 32. | E |
| 11. | A | 22. | A | 33. | D |



- | | | | | | |
|-----|---|-----|---|-----|---------|
| 34. | D | 51. | B | 68. | D |
| 35. | A | 52. | C | 69. | A |
| 36. | A | 53. | B | 70. | B |
| 37. | D | 54. | C | 71. | E |
| 38. | C | 55. | D | 72. | E |
| 39. | A | 56. | B | 73. | A |
| 40. | E | 57. | A | 74. | B |
| 41. | D | 58. | C | 75. | D |
| 42. | A | 59. | A | 76. | B |
| 43. | C | 60. | D | 77. | A |
| 44. | A | 61. | A | 78. | ANULADA |
| 45. | A | 62. | A | 79. | B |
| 46. | A | 63. | D | 80. | D |
| 47. | C | 64. | D | 81. | E |
| 48. | E | 65. | C | 82. | C |
| 49. | A | 66. | E | 83. | A |
| 50. | B | 67. | A | 84. | C |



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.